

**Novas Substâncias Psicoativas (NSP) nas festas e no
ciberespaço: o retrato português de um fenómeno complexo**

*New Psychoactive Substances among parties and cyberspace: the portuguese portrait of a complex
phenomenon*

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Sociologia

JOANA PAULA PEREIRA BARBOSA ROQUE DA SILVA

Orientadora:

Susana Alexandra Frutuoso Henriques
Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – IUL; Universidade Aberta

Dezembro de 2018
Lisboa

**Novas Substâncias Psicoativas (NSP) nas festas e no
ciberespaço: o retrato português de um fenómeno complexo**

*New Psychoactive Substances among parties and cyberspace: the portuguese portrait of a complex
phenomenon*

JOANA PAULA PEREIRA BARBOSA ROQUE DA SILVA

Tese especialmente elaborada para obtenção do grau de Doutor em Sociologia

Júri:

Professora Doutora Liana Romera, Professora Auxiliar, Universidade Federal do Espírito
Santo, Brasil

Professor Doutor Rui Brites, Professor Associado Convidado, Instituto Superior de
Economia e Gestão, Universidade de Lisboa

Professora Doutora Maria de Fátima Goulão, Professora Auxiliar, Departamento de
Educação e Ensino à Distância, Universidade Aberta

Professor Doutor António Firmino da Costa, Professor Catedrático, ISCTE-Instituto
Universitário de Lisboa

Professora Doutora Susana Henriques, Professora Auxiliar, Departamento de Educação e
Ensino à Distância, Universidade Aberta

Dezembro de 2018

Lisboa

AGRADECIMENTOS

E finalmente chego a uma das minhas fases favoritas: os agradecimentos. A meu ver, gratidão é uma das maiores virtudes humanas e a receita perfeita para ser feliz.

À minha orientadora, Doutora Susana Henriques, que ao longo destes últimos 5 anos apostou em mim e soube levar-me tão profissional e carinhosamente, sendo este o principal resultado, esta tese de doutoramento sobre um tema que desde logo nos desafiou e uniu para a vida. Obrigada, do mais sincero e profundo que há.

Aos meus pais, meus queridos pais, que para eles isto é tudo o que não tiveram oportunidade de fazer, mas hoje o seu grande motivo de orgulho. Se este é um dos momentos mais felizes da minha vida, ver e sentir-vos a sorrir por minha causa é a razão da minha alegria e isso basta. Obrigada por me darem o melhor exemplo de família, casal, profissionais e lutadores da vida. Sem vocês jamais seria esta Joana Paula e por isso sou eternamente grata.

Sem qualquer dúvida, porque um autor deste tipo de trabalhos de investigação também partilha uma história de vida com outros autores e atores, o agradecimento aos colegas e amigos que me acompanharam até aqui: o Professor Rui Pedro e a Professora Manuela Machado dos meus tempos da Psicologia; a equipa docente do doutoramento em sociologia; alguns dos meus colegas do curso de políticas públicas; a Sara Silva, dos serviços administrativos, e a Diana, que me ajudou e inspirou tanto neste processo de investigação e mudança.

Aos meus amigos, meus amigos de infância ou mais recentes, eu sempre soube que, quanto mais velhos, mais especiais nos tornamos uns para os outros e cá está: obrigada por me aturarem e acompanharem até hoje, pois é sinal que sobreviveram à minha ausência com um sorriso e saudades.

Muito obrigada aos participantes e entrevistados deste estudo, que pacientemente responderam a este questionário e (só alguns) à entrevista proposta, reconhecendo a importância deste estudo. A todos eles, parabéns por todo o interesse e por fazerem parte do grupo de pessoas que tentam tornar o mundo melhor e mais justo todos os dias.

RESUMO

A presente investigação reflete um trabalho que, desenvolvido a partir de 2012 e culminando na presente tese, tem como objetivo principal enquadrar o fenómeno das Novas Substâncias Psicoativas (NSP) no contexto português a partir de uma análise a dois grupos de consumidores de NSP – os *consumidores recreativos* e os “*consumidores virtuais*”.

Beneficiando da participação num projeto de investigação transnacional *NPS Transnational Project on different user groups, user characteristics, extent and patterns of use, markets dynamics and best practices in prevention* (NPS-trans), o grande contributo desta pesquisa passa pela possibilidade de reconhecer as particularidades associadas ao fenómeno das novas drogas (NSP), enumerando-as no contexto português de uso e abuso de substâncias.

Começamos por enquadrar o fenómeno do consumo de drogas no âmbito da sociologia, descrever o período que marca o surgimento das NSP no mercado e na vida dos portugueses, desde 2007 até aos dias de hoje, para prosseguirmos com a apresentação de resultados empíricos. Com uma amostra total de 233 indivíduos consumidores de NSP, este estudo pretende responder a questões de investigação acerca do fenómeno das NSP em Portugal, tais como a sua própria definição; os perfis dos seus consumidores; a sua prevalência em determinados contextos e as diferentes formas de consumo típicos de um utilizador de NSP.

Assim sendo, o presente estudo permitiu não só listar um conjunto de NSP disponíveis no mercado português de substâncias ilegais, como perceber que existe um longo caminho a percorrer até encontrar uma definição concreta de NSP, sendo este um dos grandes desafios a desenvolver em pesquisas futuras.

Palavras-chave: novas substâncias psicoativas; smartshops; drogas; consumos; consumidores recreativos; consumidores virtuais.

ABSTRACT

The main objective of this study is to frame the New Psychoactive Substances' (NPS) phenomenon in the Portuguese context based on the analysis of two groups of NPS users - the recreational users and the virtual users.

This study reflects the work pursued since 2012 and it benefited from our participation in a transnational research project *NPS Transnational Project on different user groups, user characteristics, extent and patterns of use, markets dynamics and best practices in prevention* (NPS-trans). The great contribution of this research is the possibility of recognizing the particularities associated with the phenomenon of new drugs (NSP) in Portugal, listing them according to the Portuguese context of its use and abuse.

We start describing the consumption of drugs within the sociology framework and some of its contributes, the period that marks the emergence of the NPS in the market and in Portugal, from 2007 to the present, to then present the empirical results. This study aims to define the NPS phenomenon in Portugal and describe its user' profiles (i.e. their prevalence in certain contexts and the common consumption habits of a frequent NPS user. The study relied on a total sample of 233 NPS users to describe the key aspects of their consumption practices.

The main outcomes of this study were allowing the recognition of the different NPSs available in the Portuguese market of illegal substances and the acknowledgement that there is still a long way to find a concrete definition of NPS.

Keywords: new psychoactive substances; smartshops; drugs; drugs use; recreational users; virtual users.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	i
RESUMO/ABSTRACT	iii
ÍNDICE	v
ÍNDICE DE QUADROS	vii
ÍNDICE DE FIGURAS	ix
GLOSSÁRIO DE SIGLAS	xi
Notas introdutórias	1

I PARTE

1. O FENÓMENO SOCIOLOGICO DO CONSUMO DE DROGAS	9
1.1. Drogas, identidades e estilos de vida	9
1.2. Drogas e NSP – do marginal estigmatizado ao consumidor recreativo	24
2. NSP: CONTEXTO TEÓRICO-SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS	27
2.1. Surgimento e expansão das NSP em Portugal.....	27
2.2. Enquadramento sociopolítico das substâncias psicoativas – a perspetiva dos estudos.....	33
2.3.1. Entre 1970 e 1999	38
2.3.2. Entre 2000 e 2007	40
2.3.3. Desde 2007 até à atualidade	41
3. AS NOVAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS (NSP)	45
3.1. Um mundo de drogas: sugerindo uma categorização das NSP	45
3.1.1. NSP tipo canabinóides.....	47
3.1.2. NSP tipo estimulantes sintéticos	48
3.1.3. NSP tipo alucinogénias /psicadélicas	51
3.1.4. NSP depressoras ou dissociativas tipo-opiáceos	55
4. MERCADOS EMERGENTES DE DROGAS	57
4.1. Novas drogas, novos mercados: o lugar do espaço virtual	57
4.2. NSP, mercados virtuais e suas características particulares.....	60

II PARTE

5. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS	65
5.1. Contextualização do estudo no quadro de uma investigação europeia	65
5.2. Colaboração na elaboração do questionário.....	69

5.3. O processo de recolha de informação	73
5.3.1. Alcançando os consumidores recreativos de NSP.....	74
5.3.2 Alcançando os consumidores virtuais de NSP	79
5.3.3. Entrevista dirigida a informantes privilegiados para recolha de informação complementar	81
5.4. Tratamento dos dados e recategorização de variáveis.....	83
6. ANÁLISE DE RESULTADOS	89
6.1. Consumos e Consumidores de NSP em Portugal: quem são?.....	89
6.2. Prevalência do consumo de NSP entre os participantes.....	92
6.2.1. Prevalência de consumo de NSP por grupo de substâncias	92
NSP do tipo canabinóides.....	93
NSP do tipo estimulantes sintéticos	94
NSP do tipo dissociativas.....	97
“Outras” NSP	98
6.3. Grupos de idade e de consumidores de NSP por tipo de substâncias	100
6.3.1 NSP do tipo canabinóides.....	100
6.3.2. NSP do tipo estimulantes sintéticos	101
6.3.3. NSP do tipo alucinogénios/psicadélicos.....	104
6.3.4. NSP do tipo dissociativas	105
6.3.5. Outras NSP	107
6.4. Prevalência de consumo de substâncias ilícitas convencionais (SIC).....	109
6.5. Contextos, problemas e efeitos negativos associados ao consumo de NSP.....	113
6.5.1. Locais e contextos habituais de consumo de NSP	1133
6.5.2. Companhias e locais habituais de consumo de NSP.....	114
6.5.3. Formas de preparação e consumo de NSP com outras substâncias	1155
6.5.4. Problemas e efeitos associados ao consumo de NSP	1177
6.6. Meios e locais de aquisição de NSP	1188
6.7. Reduzir os problemas da droga: como?	121
7. CONCLUSÃO.....	125
BIBLIOGRAFIA.....	137
ANEXOS.....	I
CV.....	XXXIII

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 5.1. Organizações/comunidades ou grupos protagonistas e colaboradores no processo de recolha de informação entre os grupos de consumidores de NSP.....	72
Quadro 5.2. Eventos e locais onde a amostra de consumidores recreativos de NSP foi recolhida.....	76
Quadro 5.3. Processo de transformação das variáveis em estudo.....	85
Quadro 6.1. Caracterização dos participantes do estudo (N=233).....	90
Quadro 6.2. Prevalência de consumo de NSP do tipo canabinóides por grupos de idade e grupos de consumidores (consumidores recreativos CR e consumidores virtuais CV).....	100
Quadro 6.3. Prevalência de consumo de NSP tipo estimulantes por grupos de idade e grupos de consumidores (consumidores recreativos CR e consumidores virtuais CV).....	99
Quadro 6.4. Prevalência de consumo de NSP tipo alucinogénios/psicadélicos por grupos de idade e grupos de consumidores (consumidores recreativos CR e consumidores virtuais CV).....	104
Quadro 6.5. Prevalência de consumo de NSP tipo dissociativas por grupos de idade e grupos de consumidores (consumidores recreativos CR e consumidores virtuais CV).....	105
Quadro 6.6. Prevalência de consumo de “outras NSP” por grupos de idade e grupos de consumidores (consumidores recreativos CR e consumidores virtuais CV).....	107
Quadro 6.7. Companhias habituais de consumo de NSP entre os participantes.....	115
Quadro 6.8. Substâncias ou produtos que os participantes afirmaram trocar por NSP.....	120
Quadro 6.9. Tabela relativa ao grupo de profissionais que, de acordo com os participantes, melhor podem contribuir para o problema das NSP.....	123

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2.1. Peça jornalística sobre a primeira <i>smartshop</i> em Portugal.....	28
Figura 2.2. Porta de entrada de uma <i>smartshop</i>	29
Figura 2.3. Interior de uma <i>smartshop</i>	29
Figura 3.1. Apresentação da <i>Sálvia Divinorum</i> no mercado.....	54
Figura 6.1. Gráfico relativo à dimensão populacional da cidade/vila onde os participantes do estudo residem.....	91
Figura 6.2. Gráfico relativo à prevalência de consumo de NSP entre os participantes.....	93
Figura 6.3. Nuvem de palavras (menções) relativas as NSP do tipo alucinogénias apresentadas pelos participantes do estudo.....	96
Figura 6.4. Nuvem de palavras (menções) relativas a “outras NSP” apresentadas pelos participantes do estudo.....	98

GLOSSÁRIO DE SIGLAS

[APDES] Associação Piaget para o Desenvolvimento

[CIES] Centro de Investigação e Estudos de Sociologia

[CR] Consumidores Recreativos de NSP

[CV] Consumidores Virtuais de NSP

[DGS] Direção Geral de Saúde

[DGSP] Direção Geral dos Serviços Prisionais

[EUROPOL] Polícia Europeia

[IDT] Instituto da Droga e da Toxicodependência

[INFARMED, IP.] Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde

[IPDT] Instituto Português da Droga e da Toxicodependência

[ISCTE] Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

[NSP] Nova(s) Substância(s) Psicoativa(s)

[OEDT] Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência

[RAM] Região Autónoma da Madeira

[SIC] Substâncias Ilícitas Convencionais

[SICAD] Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências

[SNC] Sistema Nervoso Central

[UNODC] *United Nations Office on Drugs and Crime*

Notas introdutórias

A presente tese reflete um trabalho de investigação que, desenvolvido a partir de 2012 e culminando na presente pesquisa, tem como objetivo principal enquadrar o fenómeno das Novas Substâncias Psicoativas (NSP) no contexto português a partir de uma análise a dois grupos de consumidores de NSP – os *consumidores recreativos* (CR) e os “*consumidores virtuais*”.

Beneficiando da participação num projeto de investigação transnacional sobre Novas Substâncias Psicoativas (NSP) intitulado *NPS Transnational Project on different user groups, user characteristics, extent and patterns of use, markets dynamics and best practices in prevention* (NPS-trans), este estudo deve ser entendido como um dos resultados desse mesmo projeto e uma tentativa, por parte da autora, de desenvolver muitos dos aspetos que ficaram por explicar e enquadrar no que toca ao fenómeno das NSP na realidade portuguesa. Desenvolvido em 6 países da União Europeia e contando com Portugal como um dos parceiros através do Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES-IUL), este projeto deu forma às questões de investigação deste estudo, já que nos fomos confrontando com duas questões essenciais relativamente a este fenómeno: por um lado, demonstrou-nos que a definição de NSP não é clara em Portugal, desafiando-nos assim para a procura do seu significado entre os consumidores destas substâncias; por outro, que o contexto português em matéria de drogas e consumos apresenta particularidades que o distinguem de todos os outros países e realidades, sendo por isso importante aferir estas unicidades na discussão do tema das NSP.

Outra questão importante que destacamos neste fenómeno é o facto de, do ponto de vista sociológico, nos confrontarmos com inúmeros conceitos que parecem esbater-se ou mesmo esconder-se por detrás desta palavra “novo” – “novas substâncias”, “novas drogas”, “novo fenómeno”, “novos usos” – e que mais não são do que transformações normais e expectáveis de uma sociedade desenvolvida e em desenvolvimento. Assumindo que alguns destes conceitos se cruzam e perduram no tempo e no espaço, também percebemos que alguns são relativamente recentes, contemporâneos e que, de certa forma, nos exigem igualmente uma certa “plasticidade” no que toca à sua compreensão mais profunda.

Ao mesmo tempo que se procura debater cada vez mais este assunto das NSP, também se colocam novas questões de investigação e exigem formas inovadoras de chegar até aos seus

consumidores. Não só porque se trata de um fenómeno emergente, mas também porque se trata de algo que se passa num contexto para além do físico, o virtual, onde o anonimato prevalece. Se por um lado os indivíduos se movimentam agora de forma mais oculta, sendo para eles um grande benefício em termos da proteção da sua identidade e integridade, por outro, para os investigadores, representa novos desafios em termos práticos e de acesso à informação sobre este fenómeno e os seus respetivos sujeitos consumidores de NSP (Wouters e Fountain, 2015).

Consistindo no aparecimento de novas drogas a uma velocidade nunca antes vista, é uma problemática que apesar de sugerir alguma novidade, acompanha uma tendência e assume um destaque notável na história das drogas, tornando-se por isso um objeto sociológico especialmente interessante. Para além de se tratar de um fenómeno social assente numa das práticas mais antigas do indivíduo – o consumo de substâncias psicoativas -, as NSP são atualmente consideradas um tema emergente pelas suas características inovadoras associadas, nomeadamente graças ao papel que as novas formas e meios de informação e comunicação desempenham entre os indivíduos e neste assunto, em particular.

Procurar compreender esta temática a partir de um olhar sociológico é um contributo para o entendimento de um fenómeno que é multidisciplinar. Porém, a sua atualidade conciliada com a necessidade de desenvolvimento científico e de conhecimento prático na área reforça a pertinência deste estudo e suscita, ao longo deste, um enorme conjunto de questões adicionais que necessitam ser explicadas com recurso a novas abordagens e formas mais flexíveis de acesso à realidade. Embora focando a abordagem no contexto português de consumo de novas drogas, importa reforçar a dimensão global que o fenómeno das NSP apresenta e representa na atualidade. Dividida entre o real físico e o real virtual, a problemática do consumo de substâncias estende-se a todo um universo de informação, substâncias e encontros de pessoas que, anónima e voluntariamente, recorrem à mediação tecnológica para desenvolver ou facilitar uma transação, uma troca ou uma simples informação acerca de uma ou mais substâncias psicoativas, os seus efeitos esperados e possíveis efeitos indesejados ou colaterais, formas de uso, entre outras informações (Nabben, 2015; OEDT, 2009; 2015; 2016).

De acordo com a sua definição oficial, Novas Substâncias Psicoativas são novos estupefacientes ou substâncias psicotrópicas, em estado puro ou numa preparação, que não se encontram inscritas nas Convenções das Nações Unidas de 1961 e 1971, mas que podem constituir uma ameaça para a saúde pública quando comparadas às drogas já controladas (UNODC, 2013; OEDT, 2017). Enquanto fenómeno essencialmente europeu, este grupo de substâncias foi assumindo várias denominações ao longo da última década, desde *novas drogas*

a *designer drugs*, *drogas recreativas* (Henriques, 2002; Calado, 2006), *legal highs* ou *smart drugs* (Silva, 2012).

O caráter dúbio e de falsa sensação de inocuidade, forçaram os vários organismos responsáveis pela matéria de drogas a procurarem uma única definição para NSP, tanto para o seu melhor entendimento, como para evitar equívocos relativamente ao seu significado. Porém, ao que parece e tal como mencionado acima, esta não é uma definição simples e consensual entre alguns profissionais da área das drogas, verificando-se inclusivamente diferenças ao nível do seu entendimento nas mais diversas regiões de Portugal, tal como nas ilhas da Madeira e dos Açores (Henriques, Silva e Hsu, 2018). Atualmente, digamos que NSP parecer ser um conceito ainda muito pouco claro entre a população geral portuguesa, inclusivamente entre os seus próprios consumidores (Lavado et al., 2018).

Os termos *legal highs* ou “drogas legais” foram integrando os discursos dos media e da população em geral, devido à forma como estas substâncias se foram impondo na sociedade e nos mercados, nomeadamente graças ao surgimento de *smartshops* no país a partir de 2007. Trata-se de uma designação mais recente para referir (novas) substâncias ou produtos psicoativos não regulamentados que foram surgindo e sendo criados abrangendo uma ampla gama de substâncias e produtos sintéticos e/ou derivados de plantas, tornando-se particulares pela ênfase que dão ao seu estatuto legal. São ainda conhecidas como “party pills”, como alternativa às “party drugs” e às “herbal highs”, substâncias essencialmente feitas à base de plantas e produtos de origem vegetal (Winstock e Wilkins, 2011), que poderão ser legais ou não, em determinados países e utilizados com os mais variados propósitos, eventualmente acompanhando tendências muito específicas – espirituais, associadas a culturas musicais, urbanas ou outras.

Finalmente, a designação *smartdrugs* merece igualmente destaque, tanto pelos equívocos relativamente à sua denominação científica, como pelo seu uso enquanto categorização de determinados tipos de drogas e por associação à palavra *smartshops*. Embora tenha sido um conceito utilizado anteriormente e associado ao fenómeno das NSP, é um termo científico utilizado para definir substâncias que, utilizadas essencialmente por outro grupo de pessoas (estudantes, entre outros), visam estimular as funções cerebrais e aumentar a capacidade de concentração e vigília dos indivíduos, pelo que, à partida, não é o que aqui consideramos NSP.

Nesta multiplicidade de designações existentes, verifica-se ainda uma particularidade associada a este fenómeno que importa não ser esquecida quando o objetivo é refletir sobre a realidade portuguesa em matéria de NSP: as diferenças que se verificam ao nível do impacto e

predominância das NSP nas mais diversas regiões do país, como por exemplo o caso da Madeira e dos Açores. De acordo com informação recente, são realidades que aparentemente enfrentam o fenómeno das NSP de forma distinta do território continental, embora muito pouco se saiba sobre o assunto. Razões como a escassez de determinadas substâncias convencionais, os preços elevados (das ilícitas), ou novas tendências provenientes de países com fortes ligações a determinadas regiões (ex.: os Açores e a sua relação próxima com o Canadá e os Estados Unidos) parecem motivar diferenças ao nível dos consumos de NSP nestas ditas “micro-realidades” (Henriques et al., 2018; Lavado et al., 2018).

Mais, o facto destas substâncias serem “novas”, os seus efeitos ainda não estarem devidamente estudados, surgirem a um ritmo alucinante no mercado – cerca de 400 a cada ano (OEDT, 2018) – e fazerem parte de um mercado internauta paralelo que surge exatamente numa era em que o consumo de substâncias já se encontra banalizado e típico de uma sociedade moderna são tudo fatores que contribuem para a dificuldade sentida ao nível da sua definição e, por vezes, até ao nível do próprio processo de investigação científica. Parece que se cria uma espécie de “mundo novo” à parte, coberto por redes modernas de produção e distribuição de drogas, onde se encontram indivíduos, mais ou menos anónimos, que procuram algo muito específico, mas que dificilmente se conhece o seu paradeiro e identidade (OEDT, 2016; 2018).

Integrando todas estas questões e partindo das nossas perguntas de investigação, com este estudo pretendemos contextualizar a temática das NSP a partir de uma amostra recolhida em contextos-chave associados ao consumo destas substâncias em Portugal – contextos recreativos e contextos virtuais – e orientá-la a partir de uma rigorosa e detalhada discussão em torno da definição de Novas Substâncias Psicoativas (NSP) acompanhada de uma abordagem sociológica ao fenómeno do consumo de drogas.

Sendo assim, este trabalho guia-se pelas seguintes grandes questões de investigação:

1. Em termos teóricos e práticos, o que são Novas Substâncias Psicoativas (NSP)?
2. Quem são os consumidores de NSP em Portugal?
3. Quais são as principais NSP consumidas em contexto português?
4. Onde é que se adquirem e consomem as NSP?
5. No caso específico português, quais são as particularidades associadas a este fenómeno?

Importa, agora, introduzir a forma como estruturamos a apresentação deste estudo, estando este dividido em duas partes. A primeira comporta a introdução teórica, onde nos dedicamos ao enquadramento das NSP em Portugal e desenvolvemos alguns aspetos

sociológicos do mesmo aos olhos de alguns autores. Na segunda, descrevemos os métodos e os procedimentos, onde explicamos de forma detalhada como integrámos e procedemos à recolha da amostra deste estudo, bem como a sua organização para fins de análise em termos de resultados obtidos. Seguem-se aí integradas a análise e discussão dos resultados empíricos obtidos e, por último, as conclusões, onde procedemos a algumas reflexões em torno deste trabalho, enumerando algumas pistas úteis e dados relevantes para o desenvolvimento científico futuro sobre o tema.

Notamos ainda que os objetivos propostos para esta pesquisa não esgotam as várias interrogações que envolvem o fenómeno das NSP, despertando o nosso interesse e necessidade de ir mais além e procurar complementar a informação obtida através de uma entrevista a alguns indivíduos fortemente conhecedores deste assunto. Como as particularidades do fenómeno das NSP não se manifestam apenas nestas substâncias, todo este processo de investigação nos confirmou a necessidade de investir um pouco mais em certas características e contrastes que fomos percebendo no decorrer das várias possibilidades de contato com os consumidores de NSP. Por isto, embora os dados obtidos tenham um carácter pouco desenvolvido graças às limitações temporais, falta de disponibilidade por parte dos indivíduos, estes foram integrados como contributo para melhor compreender este fenómeno e alguns dos resultados que fomos obtendo nesta pesquisa.

I PARTE

1. O FENÓMENO SOCIOLÓGICO DO CONSUMO DE DROGAS

1.1. Drogas, identidades e estilos de vida

O fenómeno das Novas Substâncias Psicoativas (NSP) é uma problemática emergente que se traduz no aparecimento de novos compostos químicos ou de produtos naturais habitualmente não destinados ao consumo humano, mas com efeitos e propósitos semelhantes aos das drogas ilícitas mais tradicionais. É uma realidade que acompanha uma era de fortes transformações, tanto ao nível da sociedade, como dos próprios indivíduos e investigadores que lidam diariamente com o assunto “drogas e consumos”.

Em Portugal, desde 2007 que, com mais ou menos destaque, o debate público e os factos políticos e institucionais associados ao tema foram acontecendo e sendo balizados por um conjunto considerável de ações, polémicas e discussões. Entre 2007 e 2013 (data da implementação de regulamentação dos pontos de venda destas substâncias), o seu uso foi marcado por um profundo desconhecimento, que acima de tudo teve implicações ao nível da perceção dos jovens acerca do risco de consumo e estatuto legal das substâncias, confundindo, por exemplo, algumas pré-noções já aceites e reguladoras da ação humana, tais como os conceitos de “drogas legais”, as ditas substâncias disponíveis e regulamentadas pelo estado, e “drogas ilegais”, as substâncias proibidas e aparentemente prejudiciais para a saúde. Foi inclusivamente por isso que o órgão governamental português e outros organismos responsáveis em matéria de drogas se prontificaram na descoberta de uma definição mais exata sobre “novas substâncias psicoativas”.

Tal como apresentado acima relativamente ao que é “novo” ou não, a novidade que este fenómeno emergente representa dissipa-se quando voltamos uns poucos anos atrás, década de 90 do século XX com o assunto “drogas sintéticas”, e percebemos que, apesar da forte polémica que esta trouxe associada, mais não foi do que uma adaptação do mercado de drogas à sociedade, ou seja, às suas exigências práticas e naturais de uma sociedade em desenvolvimento, mesmo que de forma mais lenta. É como se este fenómeno se traduzisse numa simbiose entre a estrutura pré-existente (o mercado de substâncias e os próprios hábitos de consumo dos indivíduos) e as necessidades dos indivíduos (a sua história, motivações de consumo e acessibilidades, sejam elas geográficas ou meramente monetárias). Na verdade, existe um número considerável de elementos implicados no consumo de substâncias que não

devem ser analisados de forma isolada, como por exemplo as características do grupo dos consumidores (ex.: idade, sexo, habilitações literárias), os contextos em que o consumo ocorre (ex.: local de aquisição e consumo) e, por último, as escolhas que os sujeitos fazem das diversas substâncias disponíveis no mercado (ex.: tipos de substâncias), seja pelo seu preço (mais baratas ou não) ou pelas suas inovadoras possibilidades de aquisição. Todos estes elementos acompanham e se fazem acompanhar do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e da crescente possibilidade de recurso à internet de forma simples e instantânea, quase que criando uma espécie de outro sistema onde já não existem fronteiras, todos têm a possibilidade de ser anónimos e cada vez mais discretos no meio onde se movimentam.

Como se sabe, a problemática da droga é um tema multifacetado, complexo, ativo e ativado por inúmeros fatores que invariavelmente vão sofrendo alterações de geração para geração e de contexto para contexto. Pensar uma análise sobre o fenómeno do consumo de substâncias implica necessariamente uma ponderação sobre conceitos e significados que lhes estão associados ao longo de períodos mais ou menos relevantes da sua história, mesmo que alguns pareçam mais ou menos recentes, com mais ou menos sentido e relevância para o tema em questão. Perceber que estas modificações ou mudanças não passam de adaptações naturais a uma realidade pré-existente ajuda-nos a compreender o porquê de considerarmos que, apesar de “novo”, o fenómeno das NSP apresenta alguns padrões semelhantes no que respeita ao seu uso e abuso, por vezes até iguais às abordagens mais antigas e tradicionais do consumo de drogas (ex.: uso como busca de prazer, tendência ou até para fins ritualizantes).

Mesmo com novas particularidades, o consumo e aparição de NSP no mercado também são o resultado de múltiplas e inovadoras transformações ao nível da sua procura e formas de conhecimento entre os indivíduos. Existem novos consumos correspondentes a determinados estilos de vida, mas também novas drogas e tendências correspondentes a novas necessidades e oportunidades disponíveis para os indivíduos. Existem, por exemplo, as ditas substâncias “espirituais” e/ou “espiritualizantes”, que se têm revelado uma tendência nos últimos tempos e criado um movimento em torno de comunidades e encontros comerciais de consumo de *Ayahuasca*, que parecem apelar ao lado mais místico da droga (Springer, 2015), e os *criptomercados* e fóruns nacionais e internacionais sobre drogas, onde o comércio e a partilha de conhecimento em torno do tema droga está acessível a muitos mais e à distância de um simples “click” (Aldridge e Décary-Héту, 2014; Nabben, 2015; OEDT, 2016). Dito de outra forma, são formas alternativas de aquisição de drogas e conhecimento sobre elas que transformaram e têm vindo a transformar a experiência do individuo no mundo da droga, sendo

por isso uma novidade entre os consumidores, mas também entre os mais diversos profissionais da área (Lavado et al., 2018; OEDT, 2016; 2018; Pires, Borges e Valente, 2015).

Por outro lado, também se verifica o avanço da química moderna, que permite sintetizar e recriar substâncias antigas, alterando o seu princípio ativo-base considerado ilegal e já controlado, e a fácil e imediata comunicação entre os sujeitos, democratizando o acesso ao conhecimento, mas também aos múltiplos procedimentos de como produzir novas substâncias (ex.: tutoriais disponíveis online para a produção de NSP; séries televisivas, entre outros).

Esta realidade contemporânea e diversificada que caracteriza o fenómeno das NSP em Portugal, para além de fazer parte do quotidiano dos indivíduos, flui, absorve e acompanha a evolução das sociedades, assumindo obviamente características particulares ao nível do mercado de oferta e procura de drogas, das práticas sociais associadas e, conseqüentemente da percepção que os próprios sujeitos têm da mesma e de si mesmos.

Assim sendo, e voltando um bocadinho atrás, o fenómeno da droga é uma realidade milenar que ao longo dos anos tende a apropriar-se dos hábitos, das oportunidades e das necessidades dos sujeitos. Se antes dos anos 60 o consumo de drogas ilegais estava essencialmente associado a um tipo de grupo de pessoas, *os marginais*, hoje em dia parece ser possível distinguir mais do que um grupo de consumidores, como, por exemplo, o grupo de consumidores problemáticos de drogas¹, o grupo de consumidores recreativos e os internautas, conceitos estes que foram sendo naturalmente introduzidos no discurso das ciências sociais e, atualmente, em torno da discussão do fenómeno das NSP (Benschop et al., 2017; Vavrincikova, Fidesova, Janikova e Grund, 2016).

O grupo de consumidores problemáticos de drogas foi, por exemplo, uma designação desenvolvida e utilizada ao longo das últimas décadas, estando essencialmente associada aos consumidores de heroína e cocaína. É, de certa forma, uma maneira de associar o uso abusivo de determinadas drogas (ex.: heroína, cocaína) a um grupo específico de pessoas com alguns problemas sociais (ex.: dependência de drogas, criminalidade associada, exclusão social e económica). Por exemplo, de acordo com Jorge Negreiros (2003), na sua obra “As drogas e as cidades: Prevalências e perfis de consumidores problemáticos”, referindo-se e tomando como ponto de partida a definição fornecida pela Organização Mundial de Saúde (OMS), o uso problemático de drogas é entendido como um consumo prejudicial ou uma dependência de

¹ O conceito de “consumidor problemático de drogas” foi sendo desenvolvido por vários autores das ciências sociais ao longo das últimas décadas: “O sítio das drogas: etnografia das drogas numa periferia urbana”, de Luís Fernandes (1998); “Consumos problemáticos de drogas em populações ocultas” de Luís Fernandes e Maria do Carmo Carvalho (2000) e, mais tarde, o trabalho de Jorge Negreiros (2003) – “As drogas e as cidades: Prevalências e perfis de consumidores problemáticos”.

determinada ou determinadas substâncias psicoativas, ou seja, um padrão de consumo definido como algo que causa prejuízos diretos para a saúde física ou mental dos indivíduos consumidores e que integra um forte desejo de consumir a droga.

A forma como, por exemplo, o assunto “novas drogas” ou NSP tem vindo a ser abordado recentemente dá-nos a sensação que, no que respeita ao consumo de NSP entre este grupo de consumidores (problemáticos), só nalguns países é que se verifica (Benschop et al., 2017), sendo que em Portugal parece muito pouco expressivo (Pires et al., 2015). O que queremos retirar destas afirmações é que, provavelmente, de meros “consumidores marginalizados”, hoje em dia são reconhecidas características e perfis aparentemente normais aos consumidores de NSP (sujeitos trabalhadores, formados, com filhos, viajados etc.), transformando aquela ideia de aspeto degradado dos consumidores de drogas, de “fim de linha”, como estávamos habituados.

De acordo com um estudo europeu realizado em 5 países da União Europeia (EU), focado no consumo de NSP entre os ditos “consumidores problemáticos” e incluindo Portugal na sua amostra, verificou-se que o fenómeno das NSP no país, para além de ter pouca expressão na população geral portuguesa, o consumo de NSP não parece ocorrer entre este último grupo de consumidores. Isto parece acontecer não só graças às políticas de descriminalização do consumo de drogas no país, como à forte disponibilidade de drogas convencionais no mercado de rua, já que estas questões parecem reduzir substancialmente o medo associado à sua deteção e a necessidade de procurar “alternativas legais” às drogas já controladas (ilegais) (Vavrincikova et al., 2016).

Já no que respeita ao “consumo recreativo de drogas” ou “consumidores recreativos de drogas”, muito conhecimento científico se tem produzido nos últimos anos para alimentar tais designações, principalmente a partir da década de 90 com a chegada das *designers drugs* (Godinho, 1995) e prevalência de estudos realizados nos ditos contextos recreativos (Calado, 2006; Henriques, 2002; Ribeiro, 2004). Tal como tem vindo a acontecer e a ser estudado nos últimos anos (Carvalho, 2007; Calado, 2006; Henriques, 2002), também a imagem, os consumidores de substâncias e os contextos de consumo têm vindo a ganhar um novo significado na sociedade, onde a noção de recreativo e a liberdade de escolha se cruzam dando forma às numerosas possibilidades de ação e tendências típicas das sociedades contemporâneas que, de certa forma, tendem a legitimar algumas práticas dos indivíduos. Trata-se de um processo de estruturação assente num forte e consolidado mercado de oferta e procura, onde a ação do sujeito e a estrutura que o desafia se conjugam, determinando assim novas formas de ver e agir no mundo, sendo aqui considerado um processo fundamental para a compreensão do

fenómeno das NSP. Digamos que se tem vindo a reconhecer ou requalificar subgrupos de consumidores que, por sua vez, enquanto conceitos já trabalhados anteriormente, conferem e sugerem igualmente novas formas de perceção do fenómeno das drogas e do mundo que o circunda, incluindo a imagem dos próprios indivíduos consumidores.

Com a massificação das festas de música eletrónica, o consumo de “ecstasy” e o surgimento de “novas drogas”, estes grupos de consumidores (consumidores recreativos de drogas) foram uma espécie de perfis e tendências que se foram destacando essencialmente em determinados contextos, os meios festivos, modificando progressivamente a forma como se via o “consumidor de drogas”. Dá-nos a sensação que o tema drogas começava a perder, na altura, aquela conotação demasiado pesada e pejorativa, associada ao “coitado-consumidor de drogas”, passando a ganhar especial destaque entre determinados grupos de pessoas que, contrariamente, aparentavam um perfil mais saudável e consciente das suas escolhas.

De acordo com Susana Henriques (2002), eram normalmente os jovens que, enquanto “herdeiros de uma sociedade definida em termos de consumo e opulência”, pareciam ganhar espaço, pertinência e notoriedade na discussão do tema, já que “o lazer é assimilado pelo mercado e definido por critérios de consumo que deram origem a uma ativa indústria de lazer bem estabelecida e em expansão, com papel ativo na criação de estilos de vida”. Ou seja, o que queremos dizer aqui é que, de um papel “passivo”, onde os sujeitos eram vistos como marginais e vítimas de uma sociedade com um problema devastador como a droga, recentemente estes parecem passar a confrontar-se mais com uma vasta possibilidade de escolhas fruto exatamente da ação do sujeito neste campo, tendo, portanto, um papel assumidamente mais ativo. Fala-se até em subculturas juvenis (Calado, 2007; Carvalho, 2007; Fernandes, 1990; Resende e Vieira, 1992), sugerindo que são também os jovens o maior grupo de adeptos e consumidores de substâncias, das ditas “novas drogas” (Calado, 2006; Chaves, 1998; Henriques, 2002; Ribeiro, 2004), aquelas que são consumidas essencialmente em festas de *house* e música eletrónica variada, onde os contextos assentam no hedonismo puro, no risco cultivado e na consciencialização e apropriação de estilos de vida em que tudo parece normal e mais “aceitável” face às conjunturas do passado.

Atualmente, para além do consumo de drogas em geral parecer estar diretamente associado a estes contextos, os ambientes festivos, (Balsa, Vital, Urbano e Pascueiro, 2012; Balsa, Vital e Urbano, 2018; Calado, 2006; Calado, Lavado e Dias, 2017; Henriques, 2002), é consensual que o principal contexto de consumo de NSP em Portugal seja exatamente as festas e os contextos de diversão noturna (Balsa et al., 2018; Benschop et al., 2017; Lavado et al.,

2018), sendo por isso aqui considerado um grupo de consumidores especialmente interessante para o debate em torno do tema das NSP.

Por outro lado, e não menos importante, importa ainda destacar outro grupo de consumidores de substâncias, extremamente contemporâneo, que são os “internautas” e que têm vindo a ganhar espaço no âmbito da literatura sobre drogas, em geral (OEDT, 2009; 2016; 2017; 2018; UNODC, 2013), e NSP, em particular (Nabben, 2015; Calado, 2006; 2013).

É impossível desenvolver conhecimento em torno do tema das NSP sem concretizar que, efetivamente, o contexto virtual é também um espaço-chave no que toca ao acesso à informação e partilha de experiências entre os indivíduos, sendo mesmo um lugar privilegiado de recolha de informação para os investigadores. Porém, importa perceber que diferentes regiões e indivíduos poderão apresentar diferentes características em termos de acessibilidades e formas de obter informação. Por isso, recentemente Vavrincikova e seus colaboradores (2016) propuseram inclusivamente uma categorização dos consumidores de NSP, subdividindo-os em três tipos distintos: consumidores recreativos de NSP; consumidores problemáticos de NSP e os *psiconautas* ou *internautas*, aqueles que aqui designamos por “consumidores virtuais de NSP”. Estes últimos são, então, indivíduos que se movimentam em espaços virtuais em busca de novas experiências e conhecimento acerca do tema “drogas”, sendo, aparentemente, o grande grupo de consumidores de NSP nalguns países da Europa, como na Alemanha e na Holanda (Benschop et al., 2017).

Num relatório publicado recentemente sobre NSP em Portugal (2018), onde foi feita uma análise aos vários contributos científicos existentes e aplicados questionários aos consumidores de NSP e profissionais da área, os dados obtidos demonstram-nos informações muito interessantes acerca do papel da internet no processo de aquisição de NSP. De acordo com os resultados conseguidos a partir de dois questionários preenchidos online (21 a consumidores de, pelo menos, uma NSP ao longo da vida e 58 a profissionais da área que já tinham tido contacto com consumidores de NSP) verificou-se que, embora seja opinião geral dos respondentes que as NSP continuam a ser vendidas em Portugal, apenas 25% dos inquiridos consumidores de NSP deste estudo admitiu ter recorrido à internet para adquirir NSP. Já no que respeita à opinião e perceção dos profissionais da área, 94% destes considerou que a internet é a principal fonte de acesso a NSP (Lavado et al., 2018), o que destoa um pouco da opinião dos próprios consumidores de NSP.

Na última década, a problemática da droga tem vindo a sofrer várias alterações que a investigação científica tem procurado acompanhar e responder e esta diferença é uma delas. O atual foco de atenção colocado no papel que a internet desempenha no mercado de oferta e

procura de drogas ilícitas, no geral, e de novas substâncias psicoativas, em particular, tem sido uma das principais evidências, mas também um dos principais desafios no que respeita às dinâmicas mais tradicionais de intervenção (Pires et al., 2015) e investigação nos últimos anos (Nabben, 2015; OEDT, 2016; Wouters e Fountain, 2015). Note-se que, apesar de alguns estudos nos demonstrarem a prevalência dos ditos consumidores virtuais face aos restantes tipos de consumidores de NSP (Benschop et al., 2017; Lavado et al., 2018), o exemplo português parece distinguir-se de todos os outros, já que apresenta um número de *internautas* consumidores de NSP bastante reduzido face aos outros grupos: num total de 240 respondentes portugueses, apenas 63 pertenciam ao grupo de consumidores virtuais de NSP; 170 ao grupo de consumidores recreativos e 7 ao grupo de consumidores problemáticos de NSP (Benschop et al., 2017).

Neste sentido, olhando para baixa prevalência de consumidores ditos problemáticos de NSP em Portugal (Benschop et al., 2017; Vavrincikova et al., 2016), embora a dimensão problemática do consumo de drogas nunca tenha sido abandonada, pois estamos efetivamente a falar de dependência, seja ela psicológica ou física, nos últimos anos verifica-se uma tendência para apresentar esta problemática de forma mais “leve”, ou seja, sem uma ênfase tão forte no “problema” e mais nos estilos de vida contemporâneos, onde os consumos recreativos parecem ainda ter primazia e a internet um lugar especialmente pertinente na temática das NSP.

Esta questão, apresentada detalhadamente já de seguida, é uma das forças motriz e o próprio resultado da opção empírica e metodológica deste trabalho, já que nos parece relevante focar a atenção em torno dos dois grandes grupos de consumidores de NSP em Portugal - os consumidores recreativos de NSP, encontrados em contextos festivos, e os consumidores virtuais de NSP, encontrados nos espaços virtuais.

Focando agora mais a nossa atenção nas substâncias propriamente ditas e menos nos sujeitos consumidores, esta oscilação ou passagem que se verifica entre os conceitos de “designer drugs”, “novas drogas” e “nova substância psicoativa” parece-nos igualmente fundamental explicar e trazer para debate neste estudo, não só porque é sobre isso que este trabalho se debruça, como pelo facto de ser essencial proceder a uma definição rigorosa destes conceitos antes de o iniciar. Tratam-se, mais uma vez, de transformações que ocorrem ao nível conceptual, mas também ao nível do comportamento das pessoas em torno desta problemática dos consumos.

Em 1995, José Godinho, psicólogo e estudioso das drogas, já parecia introduzir estes conceitos a partir do seu trabalho em torno do conceito de “designer drugs”, ou seja, de novas substâncias ou produtos com efeitos muito similares aos já controlados, mas “escapando às

malhas da legislação”, não sendo a sua produção e posse facilmente penalizáveis (Godinho, 1995). Foi, portanto, o início do debate em torno destas drogas de última geração, as que hoje apelidamos de NSP.

Mais tarde, em 1998, ainda antes da descriminalização do consumo de drogas, o conceito de “novas drogas” foi abordado por Miguel Chaves (1998) de uma maneira muito interessante e perfeitamente capaz de ilustrar uma possível analogia ao fenómeno das NSP que aqui nos propomos analisar do ponto de vista sociológico. Nesse artigo, intitulado “Consumos de ‘Novas Drogas’: pontos de partida para a investigação sociológica”, o autor, sociólogo, procurou delimitar de forma rigorosa o conceito de “novas drogas”, enfatizando questões como a sua difícil identificação e o desenvolvimento ao nível das técnicas laboratoriais que iam progressivamente permitindo uma diversidade nunca antes vista de substâncias disponíveis no mercado e, portanto, na vida dos sujeitos. O que autor tentou fazer e nós queremos destacar aqui foi o facto de este ter procurado agrupar todo um conjunto de substâncias que conquistavam uma posição no mercado naquela altura e que, de certa forma, alteravam o paradigma da droga progressivamente, tal como sentimos face às NSP no contexto português.

De acordo com Chaves (1998: p.15) “‘novas drogas’ são todas as que viram o seu consumo multiplicar-se por várias vezes ao longo da presente década de 90 e que parecem perfilar-se para ser as drogas de entrada no próximo milénio. Trata-se geralmente de substâncias sintéticas. Entre elas destacam-se algumas anfetaminas e alucinogénios, bem como outros produtos de difícil categorização”. Ora, 20 anos depois, fazendo a ponte para o fenómeno das NSP, tema mediático e objeto de investigação recente na história das ciências sociais, não podemos deixar de assumir que realmente deparamo-nos agora com conceitos, desafios e características semelhantes, embora com uma dinâmica situada numa era diferente, extremamente marcada pelo desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação.

Atualmente, o que se vê multiplicar-se não é apenas o consumo de novas drogas, mas sim as novas drogas em si, ou seja, a criação e as possibilidades de colocar no mercado todo o tipo de drogas e compostos, mais ou menos recentes, de forma ainda mais facilitada graças à sua performance nos espaços virtuais e formas fáceis de produção. Parecem ser, por isto mesmo, conceitos parecidos e cruzados, mas abrangendo um conjunto mais amplo de novos compostos, as ditas “novas substâncias psicoativas” que surgiram essencialmente na última década e que aparecem à velocidade de cerca de uma por semana. Não sendo o ecstasy, as anfetaminas ou outros alucinogénios convencionais, são substâncias sintetizadas, incluídas igualmente na categoria das *designer drugs*, mas com toda uma presença forte e normalizada nos espaços físicos, mas também nos virtuais, sendo esta uma questão fundamental e única que as distingue

de todas as outras. São, então, novas drogas associadas a novas práticas de consumo que, já no início dos anos 2000, antes do surgimento de *smartshops* no país e na perspectiva de alguns autores da sociologia e não só, tornavam necessário recolocar questões antigas de uma nova forma e à luz da complexidade e exigências das sociedades contemporâneas (Chaves, 1998; Henriques, 2002).

Olhando para o caso específico das NSP, por exemplo, destacam-se os trabalhos de Vasco Calado e colaboradores (Calado, 2006; 2007; 2013; Calado e Lavado, 2016; Calado et al., 2017) que, sempre desenvolvendo conhecimento em torno das “novas drogas”, introduz as Novas Substâncias Psicoativas (NSP) a partir de 2013 quando foca essencialmente a sua dinâmica virtual e alerta para a importância dos espaços online no debate deste assunto. Embora abordado numa outra perspectiva, já em 2006, este autor, na sua obra “Drogas Sintéticas. Mundos Culturais, Música Trance e Ciberespaço”, identificava o espaço virtual como um contexto privilegiado de recolha de informação sobre o tema drogas, não só para ele, enquanto investigador, como para os próprios consumidores de substâncias em geral. Só mais tarde, nos seus trabalhos focados nas NSP (Calado, 2013; 2016; 2017) é que este assume o papel fulcral das tecnologias no âmbito do fenómeno do consumo destas, dedicando-se exclusivamente ao tema.

Já no que concerne ao universo simbólico do consumo de substâncias, parece-nos igualmente pertinente perceber o que distingue efetivamente o consumo de “novas drogas” e de NSP no que toca ao seu significado para os sujeitos que as consomem e procuram. Entre os finais da década de 90 e os dias de hoje verificou-se uma crescente preocupação neste sentido, a fim de perceber as várias dimensões envolvidas no ato de consumir drogas e compreender a dinâmica que as mesmas apresentam forçosa e naturalmente na sociedade atual e em constante desenvolvimento. Tanto a prevalência de consumo, como as representações sociais e atitudes dos sujeitos face às drogas foram dimensões que, especialmente nos últimos anos, ganharam visibilidade pela sua efetiva importância no estudo do tema droga e nas práticas de intervenção e prevenção neste âmbito. Como fortes contributos que são à compreensão do seu significado para os mais variados indivíduos e grupos, destacamos de seguida alguns autores que nos ajudam a compreender o que representa e significa o consumo de drogas para o indivíduo, exemplificando diversos eixos tipológicos de consumidores e consumos que, sugeridos anteriormente, parecem ainda fazer sentido para a discussão em torno do tema das NSP e, por isso, para o nosso estudo.

No final da década de 90, por exemplo, a “droga” enquanto objeto de investigação sociológica passou a dar especial atenção ao tema das representações sociais dos sujeitos, não

só porque interessava saber o porquê dos consumos existirem e ocorrerem em determinados contextos e ocasiões, mas também porque aquela altura foi fortemente marcada pela mudança no paradigma e na forma como o consumidor de drogas era encarado, passando de uma abordagem meramente criminalizante, ou seja, centrada nas leis vigentes e no desvio enquanto fuga à norma, para uma abordagem centrada no indivíduo, mais focada em questões de saúde, sanitárias e de proteção dos mesmos.

Dito de outra maneira, o que podemos perceber aqui é que a construção social do “problema-droga” não cessa em modificar-se e, mesmo com novas particularidades, está coberta de significados para os sujeitos que, neste caso específico das NSP, poderão envolver questões mais antigas, muito interessantes, agora entendidas de outra forma e com respeito a grupos específicos de pessoas e/ou comunidades com proveitos e formas de estar na vida distintos, legitimando a sua aparição nas sociedades contemporâneas. Por isso, e para explicar melhor o nosso raciocínio, introduzimos de seguida alguns exemplos e contributos importantes que nos ajudam ao enquadramento do estudo das NSP no agora, reconhecendo-o como um fenómeno continuado e produto de um passado composto por fortes mudanças político-sociais que foram alterando a forma como os sujeitos lidam e se movimentam neste campo.

A perceção social que os indivíduos e a sociedade têm das drogas e dos consumos é essencial para o nosso estudo e, por sua vez, para a compreensão do fenómeno das NSP num contexto tão particular como o português em matéria de drogas e consumos. Se por um lado, ultimamente percebemos uma tolerância acrescida face ao consumo de drogas, em geral, e de NSP, em particular, por outro percebemos que há opiniões distintas entre os vários sujeitos envolvidos neste debate (ex.: opinião dos sujeitos consumidores versus opinião dos profissionais da área). Estamos, portanto, a falar de realidades “objetivas”, mas também muito “subjetivas”, pois são e têm sido alvo de uma definição socialmente produzida, mas aparentemente pouco consensual e conhecida, graças às suas próprias características.

Neste trabalho, assumindo que os indivíduos (os atores sociais) são sujeitos-agentes, capazes de atribuir sentido às suas ações e recriar ambientes para verem respondidas as suas necessidades, percebemos a importância de, primeiramente, perceber do que estamos realmente a falar. Começando por identificar, explicar, procurar significado e entender a forma como os sujeitos lidam com as NSP e se movimentam neste campo em que muita coisa mudou e se tornou novidade, interessa-nos saber o que os move e levam a optar por consumir as NSP nos mais diversos contextos. Importa diferenciá-los dentro do seu subgrupo e reinventar novas formas de aceder aos mesmos, nunca esquecendo os locais onde se movem, agem e acreditam ser parte da sua forma de ser e estar na vida nos dias de hoje.

Mesmo referindo-nos a um paradigma novo, a um fenómeno relativamente recente no mundo, algumas teorias clássicas da sociologia também nos ajudam a perceber toda esta dimensão coletiva que o fenómeno das NSP traz associado a si. São os tais momentos partilhados, os contextos sociais e de lazer onde o sujeito se relaciona com a droga e a droga com o sujeito, que dão forma às representações coletivas, identidades e estilos de vida que agora se multiplicam em oportunidades e formas de lidar com o tema “droga”, eventualmente com algumas NSP específicas.

A teoria das representações sociais foi fortemente impulsionada no âmbito da Psicologia Social, através da obra “La Psychanalyse: Son image et son public” (1961) do francês Serge Moscovici. No entanto, é no pensamento sociológico que esta nasce e reconhece a força concreta da realidade social, a partir do conceito de representações coletivas sugerido por Émile Durkheim (1912). Sendo progressivamente introduzido por este autor ao longo das suas publicações, é a partir da obra “As Formas Elementares da Vida Religiosa” (2002) que o conceito de representação coletiva se aprofunda, nomeadamente porque se dedica à operacionalização de conceitos extremamente úteis e atuais para a compreensão do fenómeno das NSP.

Durkheim (1912), introduzindo os conceitos de disposições, crenças e hábitos, leva-nos também um pouco a pensar sobre as características voluntárias, ritualizantes e habituais que levam os sujeitos a consumir determinadas substâncias, nomeadamente quando percebemos que há efetivamente contextos que ultimamente parecem estar mais associados ao consumo de substâncias (os espaços recreativos e de lazer) e subgrupos de consumidores que prevalecem nas últimas décadas (os jovens, os consumidores recreativos e os consumidores virtuais de substâncias). Estas tendências de consumo e consumidores, marcadas por características e transformações culturais ao longo da história, têm resultado numa ideia globalizada acerca do fenómeno da droga, onde não existe só uma realidade, mas sim várias (os subgrupos ou subculturas) e partilhadas entre grupos de pessoas de forma ritualizada e assentes numa consciência coletiva de riscos e práticas sociais atualmente muito mais facilitadas graças às possibilidades de contato anónimas e confidenciais que o registo virtual permite.

Hoje em dia, sem grandes limitações geográficas, fronteiras e receios de confronto, parece existir um campo mais alargado de ação e contato em que o anonimato marca uma posição importante nesta era e no fenómeno específico das NSP. Para além de beneficiar os sujeitos envolvidos, protegendo-os de conflitos, encontros e possíveis conotações associadas, parece dificultar ou mesmo ocultar todo o processo natural da transformação das perceções, representações ou ideias, sendo por isso um dos grandes desafios da atualidade.

Sendo, por exemplo, o setor juvenil o mais associado ao consumo de substâncias, em geral, e de novas drogas, em particular (Balsa et al., 2018; Balsa et al., 2012; Henriques, 2002; Silva, 2012), temas como a identidade e a sua construção entre os grupos de pares são igualmente fundamentais para uma melhor compreensão dos significados e contextualização do fenómeno do consumo de drogas entre a população, mas nem por isso fáceis de aceder. Não se pode esquecer a pluralidade do conceito de identidade, sendo necessário trazê-lo para o debate em torno das drogas e de NSP, em particular, mas também não se deve ignorar o facto de ser em função dela mesmo e da sua proteção que os sujeitos se movimentam. Afinal, quem são estes novos consumidores de novas drogas que se escondem por detrás de um ecrã?

A temática das drogas é entendida pela grande maioria da população como algo negativo, extremamente danoso para a saúde e uma das primeiras razões para a violência e morte entre os jovens. Em parte, esta ideia não é totalmente falsa, mas estas representações generalizantes podem ser tão redutoras ao ponto de negligenciarem outros subgrupos, outras características e outras perceções que realmente movem os indivíduos naquele caminho e nas suas escolhas (de NSP, neste caso). Para além do estatuto legal, tal como foi explicado acima, as substâncias estão também associadas a determinados grupos e perfis que dificilmente se conhecem hoje em dia, mas importa lembrar que o grupo de pares e a pertença grupal são inquestionáveis para o processo de construção identitária e explicativo de determinada ação e tendências. De uma forma geral, é a partir do grupo de pares que o indivíduo se experimenta e desenvolve, servindo de suporte emocional e meio de integração no grupo e na sociedade em que se insere, adquirindo determinados valores, competências e preferências que os ajudam a orientar o seu comportamento e, por isso, adaptar-se às exigências da realidade social.

Se o que é consumido diz muito a respeito de cada indivíduo e também do coletivo (grupo, comunidade, movimento cultural) a que ele se reporta a partir das escolhas que faz de bens (materiais ou imateriais) e serviços, esta relação entre o passado e o presente que segue uma lógica de necessidade-oportunidade e custo-benefício, as questões legais, económicas e sociais associadas ao fenómeno das NSP são elementos que se interligam de alguma forma e ajudam a compreendê-lo. Por exemplo, a decisão de comprar determinado bem ou serviço não é só filtrada pelo estilo de vida do indivíduo, mas também pelas oportunidades que apresenta para o sujeito e os recursos que o mesmo tem disponíveis.

Segundo Georg Simmel, na sua obra “A Filosofia do Dinheiro” (1978), consumo é uma questão central no processo de desenvolvimento e integração do indivíduo na sociedade e, por isso, uma teoria que muito nos explica esta nova forma das NSP aparecerem, apresentarem e prevalecerem na sociedade e nos mercados. Para este autor, o consumo é, por excelência, a

chave que estabelece a interação entre o sujeito e determinado objeto, pois é através desta relação que o indivíduo encontra sentido na ação com os objetos no mundo e, desta forma, se adapta à sociedade. Dito de outra forma, o consumo é, de acordo com a visão do autor, uma atividade profundamente moral e associada aos ideais normativos daquilo que se entende como o “cultivo” do indivíduo, tanto ao nível da sua personalidade, como enquanto membro de uma sociedade ou grupo (idem), onde o mesmo tende e procura respeitar regras e normas sociais pré-estabelecidas.

Ora, se percebemos que as NSP são essencialmente substâncias consumidas nos contextos recreativos e, aparentemente, adquiridas online (Calado, 2013; Calado et al., 2017; Calado e Lavado, 2016; OEDT, 2016; UNODC, 2013), também não nos podemos esquecer das motivações que parecem incentivar os sujeitos a optarem pelas NSP ao invés das drogas tradicionais: apesar de dados sugerirem que a curiosidade é a principal razão associada ao seu consumo (Balsa et al., 2018; Lavado et al., 2018), questões como a escassez de determinadas substâncias no mercado, o preço elevado e a possibilidade de evitar deteções parecem ser determinantes para o seu consumo (Henriques et al., 2018; Lavado et al., 2018). Evocamos, por exemplo, as diferenças que se verificam nas diversas regiões de Portugal, onde a realidade das ilhas (Açores e Madeira) nos leva a perceber que, efetivamente, recursos diferentes (ex.: difícil acesso a determinadas drogas, preços elevados das substâncias convencionais) explicam comportamentos e motivações distintas para o consumo de NSP (Henriques et al., 2018).

Quanto aos estilos de vida, outro conceito que nos ajuda a compreender a evolução e criação dos ditos subgrupos de consumidores de drogas e de NSP (ex.: consumidores recreativos, consumidores virtuais, jovens), Bourdieu (1979) refere que estes se prendem com práticas quotidianas e formas de consumo que envolvem escolhas particulares e identitárias em domínios tão díspares como o uso do corpo, e entre outras coisas, o lazer e os hábitos de consumo. Para este autor, o consumo enquanto prática é o produto de um habitus individual, do capital (cultural, social, etc.) dos indivíduos e da estrutura expressa pelos meios específicos do campo ou do contexto onde o agente se encontra, o que aqui procuramos explicar a partir desta relação “consumidor-práticas de lazer” e “consumidor-meios de consumo” que sustenta a análise que propomos fazer a partir de dois grupos distintos de consumidores de NSP - os consumidores recreativos (CR) e virtuais de NSP (CV). Não é que estejamos a afirmar, à partida, que estes dois subgrupos de indivíduos existam efetivamente e possam ser encarados como grupos totalmente distintos, mas sim que possam coexistir e manifestar algumas características semelhantes e úteis para percebermos a dimensão que o fenómeno das NSP tem no estilo de vida dos indivíduos e nas suas próprias escolhas.

Para melhor explicar esta distinção entre estes dois grupos de consumidores de NSP (recreativos e virtuais) que nos propomos analisar, importa também refletir sobre a forma como, por exemplo, os meios de comunicação social (a internet e a forte cobertura mediática em torno do tema) se referem aos consumos e implicam transformações ao nível dos modos de estar, perceber e lidar com o fenómeno das NSP por parte dos indivíduos. Para isso, parece-nos igualmente importante retomar alguns conceitos como o de normas sociais que, tendo em conta a sua capacidade transformadora da ação social, muito nos ajuda a compreender o propósito e a origem desta forte expansão das NSP no mundo, já que nos remete para questões como o proibicionismo e contorno de leis vigentes, questões reconhecidamente associadas a este fenómeno (UNODC, 2013; OEDT, 2016).

Foram e são vários os teóricos que procuram saber e explicar se há ou não prevalência do indivíduo sobre o meio social ou vice-versa. Fazendo um paralelismo, o fenómeno da droga poderá ser questionado da mesma forma: em que medida é que a ação humana (o consumidor) prevalece sobre o meio e estrutura social (políticas públicas, instituições, mercados, comunicação social)? É uma questão que, particularmente no caso das NSP, nos faz sentido e ajuda a perceber um pouco mais a dinâmica das NSP no mundo e na sociedade.

A Teoria da Estruturação proposta por Anthony Giddens (1984), através do conceito da dualidade de estrutura (Giddens, 2000), ajuda-nos aqui a compreender e explicar a simbiose de fatores e indicadores implicados no fenómeno das drogas e das NSP, por exemplo, em Portugal. É através dela que percebemos que estudar um sistema social, que neste caso compreende um sistema de normas e leis internacionais já vigentes em matéria de drogas, significa também estudar as múltiplas formas pelas quais o mesmo se constitui. No caso português, embora se trate de um país de tendência humanista e não proibicionista em termos de políticas públicas da droga (Dias, 2007), existe um plano de ação concreto e subordinado a um conjunto de regras e normas jurídico-políticas que inevitavelmente circunscrevem a ação humana e a estigmatização subjacente ao fenómeno dos consumos. Mesmo seguindo a lógica da despenalização dos consumos, desde 2001, tende a persistir algum preconceito sobre os consumidores de drogas, embora com as NSP os conceitos de “droga legal” e “droga ilegal” se tenham baralhado um pouco entre 2007 e 2013, altura em que existiam as tais lojas de NSP espalhadas pelo país. Por esta altura, a conotação negativa atribuída às drogas ilegais esbatia-se pela existência destes estabelecimentos que vendiam réplicas, percursos e substâncias miméticas das ditas “ilegais” de porta aberta, verificando-se, de alguma maneira, uma certa permissividade ao consumo e aquisição destes novos compostos e, por sua vez, novas formas de perceber os consumos e os perigos associados.

Posto isto, retomando alguns dados nacionais obtidos recentemente, apesar de reconhecermos que as NSP são um fenómeno crescente em Portugal, nomeadamente entre os mais jovens (Balsa et al., 2018; Lavado et al., 2018), sabemos que o cenário de despenalização do consumo de drogas vigente desde 2001 parece deixar cair a possibilidade dos indivíduos consumirem NSP numa tentativa de respeitar as leis tornando o caso particular português especial (Vavrincikova et al., 2016). Porém, ao que parece, nalguns casos os sujeitos podem optar por consumir NSP ao invés de substâncias ilícitas tradicionais para evitar a sua deteção, como acontece nalgumas profissões específicas (ex.: condutores, militares e até indivíduos em processo de tratamento de dependências), embora em Portugal ainda não seja possível desenvolver este aspeto dada a ausência de dados concretos (Lavado et al., 2018).

É também neste sentido que a história das drogas, sendo constantemente criada e recriada pelas ações e atividades intencionais produzidas pelos indivíduos, resulta em esforços e ações que buscam um caminho mais adequado, acessível e “consciente” para os comportamentos socialmente esperados que, neste caso, é o consumo de NSP, as ditas “drogas legais” alternativas às ilícitas convencionais. Isto pode-se verificar tanto ao nível do indivíduo, como explicado e exemplificado acima a partir da definição de “consumidores recreativos de substâncias”, como ao nível da própria sociedade, a partir da implementação de leis e de práticas institucionais, estando sempre interligados.

Por exemplo, com o decreto-lei nº54/2013, que proibiu e tentou controlar o fenómeno das NSP em Portugal, as *smatshops* acabaram por encerrar e este conceito (NSP) afastou-se física e publicamente, mas terá sido isto suficiente para explicar a pouca expressividade destas drogas no país atualmente? Realmente, estudos sugerem que as “drogas legais” e os pontos de vendas de NSP parecem ter desaparecido do mapa e da vida das pessoas, fazendo apenas parte da realidade de alguns grupos pequenos e específicos de indivíduos, como por exemplo os internautas e/ou grupos de indivíduos que as consomem com propósitos muito especiais ou porque não sabem simplesmente o que estão a consumir (Calado et al, 2017; Calado e Lavado, 2016; Vavrincikova et al., 2016). Note-se que, por exemplo, apesar do aparente encerramento dos pontos de venda de NSP no país, alguns indivíduos continuam a afirmar que adquirem estas substâncias neste tipo de estabelecimentos físicos, sugerindo que alguns estabelecimentos possam permanecer abertos e com este tipo de venda de produtos de forma clandestina (Benschop, et al., 2017; Lavado et al., 2018)

Nesta linha de pensamento, a criação e recriação de novas formas de comunicação, comercialização e aquisição de drogas que caracterizam de forma tão particular o fenómeno das NSP e dos seus consumos são elementos, são condição e resultado da própria ação humana, tal

como apresentando por Giddens (1984: p.26). Seja pela recursividade das práticas de consumo e do comércio de substâncias (ex.: novas ou antigas drogas com novos usos; criação de novos produtos e locais de aquisição – internet ou a partir de lojas de comercialização clandestina destes produtos) ou pelas suas próprias características inovadoras que apresentam novas possibilidades para os sujeitos que as consomem (ex.: difícil detecção, produção facilitada, não controladas, novidade, mais acessíveis), percebe-se que é todo um processo interligado onde as várias dimensões envolvidas se explicam e fundamentam em si mesmas, como se de um “jogo do gato e do rato” se tratasse.

1.2. Drogas e NSP – do marginal estigmatizado ao consumidor recreativo

Como se sabe, a palavra “droga” implica necessariamente um posicionamento moral sobre a substância. Desde substâncias legalizadas para fins terapêuticos, a substâncias culturalmente aceites e/ou de uso perverso e abusivo, a história das drogas é marcada por uma vigorosa oscilação entre aquilo que é permitido e socialmente aceite e aquilo que é criminalizado, não permitido e socialmente marginalizado. Utilizadas desde sempre e em vários contextos e culturas, as drogas e a sua proibição a nível mundial é um facto relativamente recente, datado do início do século XX, com a organização das Convenções Unidas das Nações Unidas Para a Droga e para o Crime, a partir de 1961, que em muito contribuiu para a criação deste tipo de conotações.

Embora permaneça atual nalgumas regiões e países do mundo a partir de designações como “consumidores problemáticos” ou “marginalizados” de substâncias (Benschop et al., 20017; Vavrincikova et al., 2016), uma mudança que se tem verificado nos últimos anos é o romper do processo de estigmatização do consumidor com péssima aparência que adquire substâncias no mercado negro em cenários de degradação urbana (Fernandes, 1998). No caso específico das NSP, todo este processo estigmatizante associado ao consumo de drogas apresentou novos contornos, graças a todas as questões acima apresentadas e à tal tolerância que o consumo destas novas drogas foi ganhando nos últimos anos, principalmente por parecer essencialmente associado a estilos de vida mais normais e subgrupos de indivíduos mais saudáveis, os ditos “consumidores recreativos” (Calado, 2006; 2007; Henriques, 2002).

A partir de 2007 e até um pouco antes, se por um lado a identidade de um consumidor podia, a partir da chegada das NSP ao mercado, estar mais escondida e legitimada pelo seu estatuto legal e formas alternativas de aquisição (online, por exemplo), por outro os indivíduos já beneficiavam de uma herança categórica que os retirava das possíveis conotações negativas

associadas ao consumo de drogas, obtendo exatamente os mesmos efeitos, não sendo por isso incluídos no perfil de “consumidores marginalizados” de substâncias. Nesta linha de pensamento, também a evolução das tecnologias de informação e comunicação foi reconfigurando o espaço e o impacto destes novos mercados na percepção daquilo que são indivíduos consumidores de drogas.

Também o estatuto legal das substâncias, bem como a representação que o consumo das mesmas tem na população geral são fatores explicativos desta nova forma de refletir sobre os consumos e consumidores de NSP. Se por um lado surgiram como alternativas legais às substâncias ilícitas tradicionais, por outro serviram para “mascarar” ainda mais aquilo que hoje se entende como conduta desviante que os indivíduos adotam ao consumirem, venderem ou simplesmente estarem associados ao universo da droga. Apropriando-se do significado socialmente construído em torno das drogas e dos consumos, as NSP foram assim quebrando o estigma e configurando novos tipos de consumidores, com novos padrões de consumo, os que aqui recriamos e atualizamos em função do seu espaço de atuação – os “consumidores recreativos” e os “consumidores virtuais”.

Ou seja, considerando que as NSP são também fruto das tendências morais e intelectuais da época, bem como de toda a estrutura social e cultural enquanto elementos essenciais à construção da representação do significado social das drogas, este fenómeno veio também desafiar a noção de desvio proposta por Howard Becker (1963), já que de certa forma surgiram com o propósito de legitimar algumas substâncias e padrões de consumo. Este conceito, sempre associado ao contexto social e cultural onde é utilizado, encontra-se muito presente no assunto da droga e das toxicodependências, ganhando especialmente sentido no debate acerca deste tema, tanto pelo seu impacto e culpa no fenómeno da expansão das NSP pelo mundo, como pelo seu significado para os indivíduos, que por sua vez se esforçam para se afastar dele.

Ao terem surgido como uma resposta alternativa às drogas ilícitas estigmatizadas, as NSP foram capazes de alterar realidades e desresponsabilizar o mercado de oferta e procura de quaisquer práticas ilegais, fomentando a adoção de comportamentos de risco baseados no desconhecimento destas substâncias e no seu carácter legal associado. Dito de outra forma, aproveitando-se deste mesmo estigma em torno do tema “toxicodependência”, as NSP conseguiram, entre 2007 e 2013, transparecer uma falsa ideia de segurança graças à sua definição base - drogas legais - e, atualmente, garantir uma maior confidencialidade entre os agentes envolvidos, evitando assim todos os processos de estigmatização associados, tais como a fuga à lei, a adoção de comportamentos considerados desviantes ou inclusão nos ditos grupos de consumidores marginalizados. Também a capacidade das NSP contornarem todos os

esquemas de deteção rápida do consumo de drogas e, desta forma, ultrapassarem as questões de moralidade, foram fatores importantes na proliferação destas substâncias em Portugal. Estamos, portanto, perante uma identidade modernizada do consumir de substâncias, onde determinados perfis e hábitos de consumo entram no campo de desconhecido e onde o estatuto legal se dissipa na celeridade com que as NSP são capazes de se reinventar e colocar no mercado de oferta e procura.

Por outro lado, também a distinção entre o certo e o errado, o saudável e a ameaça para a saúde pública são produto dos significados incorporados a partir de uma ideologia política que se tem vindo a alterar nos últimos anos. Graças ao poder que o próprio sistema tem sobre a realidade e a função social das drogas na vida dos indivíduos e na sociedade é que, no caso das NSP, podemos aqui ilustrar facilmente estas transformações através da dicotomia droga legal versus droga ilegal, embora tal se possa não verificar ao nível da perceção de risco dos indivíduos em matéria de NSP. Por exemplo, apesar de a designação “drogas legais” sugerir alguma sensação de alguma inocuidade associada às mesmas e ter vindo a desculpar a entrada deste fenómeno no país (a partir do seu caráter legal), em Portugal parece que alguns consumidores de NSP reconhecem que as estas poderão apresentar ainda mais riscos para a saúde do que as substâncias ilícitas (Lavado et al., 2018), fazendo-nos questionar sobre o real impacto do estatuto legal das substâncias nas mais diversas escolhas dos consumidores.

Por isto mesmo, neste trabalho preocupamo-nos em respeitar o seu espaço de ação (das NSP face aos indivíduos) e formas de contato com os consumidores (onde? Como?), bem como a sua capacidade em determinar os moldes que o sujeito lida atualmente com o “objeto-droga”. Reforçamos ainda que o que aqui pretendemos fazer não é dissociar ou relativizar os malefícios inerentes ao consumo de NSP, sejam elas legais ou ilegais, mas sim realçar e contextualizar o seu aparecimento numa era tecnológica e de uma certa tolerância face aos consumidores de drogas, desafiando assim as formas mais tradicionais de pesquisa e contato com estas populações. Para isso, não menos importante é clarificar que apesar do fenómeno das NSP parecer estar essencialmente relacionado com os ditos consumidores recreativos (CR) e virtuais de NSP (CV) em Portugal (Carapinha e Calado, 2018; Calado, Lavado e Dias, 2017; Lavado et al., 2018), noutros países o mesmo não acontece.

Por exemplo, no estudo europeu de onde partimos para a conceção desta tese, verifica-se que apesar do número de consumidores problemáticos ou marginalizados (CM) ser, em geral, inferior ao dos outros grupos de consumidores de NSP (266 consumidores marginalizados; 647 consumidores recreativos e 2110 consumidores virtuais de NSP), nalguns países estes números são relevantes: a Irlanda, a Polónia e a Hungria foram os países que apresentaram um maior

número de participantes pertencentes ao grupo de consumidores marginalizados face aos outros países, o que poderá ser também explicado pela sua própria conjuntura em termos de legislação sobre drogas. Há efetivamente números que merecem especial destaque: na Irlanda o número de sujeitos do grupo de consumidores marginalizados de NSP é superior ao número de indivíduos dos outros grupos (48 CM; 3 CR e 11 CV) e, na Hungria e na Polónia, embora não apresentando números superiores aos outros grupos, estes distribuem-se de forma curiosa: 101 CM; 15 CR e 156 CV na Hungria e 86 CM, 172 CR e 338 CV na Polónia (Benschop et al., 2017). São, portanto, questões e designações ou grupos de sujeitos que não se distribuem de forma igual em todas as realidades, sendo por isso necessário conhecer quais as NSP ou grupos de NSP de que falamos concretamente, definindo-as de forma clara, e conhecer, de forma mais aprofundada, a realidade e os hábitos de consumo associados a cada país.

2. NSP: CONTEXTO TEÓRICO-SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

2.1. Surgimento e expansão das NSP em Portugal

Apesar de todos os esforços feitos entre a década de 90 e os anos 2000, o governo português e o seu posicionamento face à temática das drogas continuaram a ser polémicos. Embora fortemente munidos de reconhecimento internacional no que respeita às políticas da droga, Portugal foi novamente desafiado pela emergência de novas drogas que, proliferando em toda a Europa, entraram no país em 2007 (cf. figura 1.1) através do aparecimento das *smartshops*². Foi neste ano, no centro comercial “Oita” na cidade de Aveiro, que abriu o primeiro ponto de venda de NSP no país. Com um aspeto *cool*, este estabelecimento fazia-se ainda acompanhar de uma apelativa plataforma de encomendas e *shopping* online. Na altura, a sensação de se tratar de um negócio rentável era clara a partir do momento em que, de uma *smartshop* nascida em fevereiro de 2007, o país passou a contar com mais de 60 lojas em 2013 e ao longo de todo o território nacional, incluindo na Madeira a partir de 2009, e nos Açores,

²*Smartshops* é a definição corrente dos locais onde, entre 2007 e 2013, foram vendidas as novas substâncias psicoativas (NSP). É um termo que terá sido primeiramente utilizado na Holanda, na cidade de Amesterdão, em 1994, para designar estabelecimentos comerciais de venda de substâncias não proibidas (Calado, 2006). Só em 2013, através de um comunicado publicado pelo Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, foi possível retificar este conceito e nomear este tipo de estabelecimentos como *pontos de venda de novas substâncias psicoativas*.

em 2012. De norte a sul do país, ao longo de 6 anos, o fenómeno das “drogas legais” parece ter passado a configurar a realidade portuguesa e, estas substâncias, objetos de consumo para alguns indivíduos.

Essencialmente utilizadas para fins recreativos e de lazer, as NSP alcançaram fama a partir do seu estatuto legal e acessibilidade, bem como do seu poder comunicativo e do mercado que as sustenta agora e foi sustentando entre estas datas. Trata-se hoje de substâncias com efeitos semelhantes aos das drogas ilícitas tradicionais, mas que não se encontram incluídas nas listas de proibição das Convenções das Nações Unidas de 1961 e 1971 sobre estupefacientes. Paralelamente, para além de todas estas características, as NSP vieram também abrir novas oportunidades para um consumo mais dissimulado, dificilmente testável e muito acessível graças à sua fácil produção e comercialização a preços bastante competitivos face às ditas substâncias convencionais e ilegais.



PROPRIETÁRIO DA COGUMELO MÁGICO GARANTE NÃO COMERCIALIZAR NENHUM PRODUTO ILÍCITO

Primeira loja de "drogas legais" aberta em Aveiro

ADELINO GOMES 09/02/2007 - 11:22



Na loja é possível encontrar produtos kits para cultivo de cogumelos mágicos DR

Sobre o fundo verde fluorescente da montra é exibido o principal cartão-de-visita do estabelecimento comercial: "A tua loja de drogas legais." É desta forma que a Cogumelo Mágico, a primeira smart shop a abrir fora da Holanda na Europa, se apresenta à clientela que vai circulando pelo Centro Comercial Oita, em Aveiro.

No seu interior, é possível encontrar ervas, sementes, cactos ou cápsulas que "não estão proibidos por lei", mas que contêm princípios alucinogénicos. É o próprio dono da loja que o afiança, acrescentando estar convencido de que, ao comercializar estes produtos, está até a fazer um favor às autoridades

Figura 2.1. Peça jornalística sobre a primeira *smartshop* em Portugal, publicada ao dia 9 de fevereiro de 2007, por Adelino Gomes, O Público

Fonte: <http://www.publico.pt/>

Entre cores alucinantes, nomes sonantes e substâncias embaladas a rigor, estas substâncias vendidas em lojas especializadas, apresentavam-se, aparentemente, dentro de todos os trâmites legais: era interdita a entrada a menores de idade nas lojas; a grande maioria dos produtos era imprópria para consumo humano e os colaboradores encontravam-se, de acordo com os responsáveis dos estabelecimentos, devidamente formados para o atendimento ao público (cf. figura 2.2 e 2.3).



Figura 2.2. Porta de entrada de uma *smartshop*

Fonte: <http://etcetaljornal.pt/>



Figura 2.3. Interior de uma *smartshop*

Fonte: <http://pensologosou.pt/>

Sempre com forte cobertura mediática, o surgimento da primeira loja foi polémico e Carlos Marabuto, o proprietário da primeira *smartshop* do país, foi obrigado a fechar portas e a prestar declarações à Polícia Judiciária (PJ), em novembro de 2007. Acusado de crime de tráfico de estupefacientes, foram muitos os produtos apreendidos na loja, embora nada tenha sido suficiente para limitar o seu negócio: poucos dias depois a loja reabriu e voltou a funcionar em pleno. Só mais tarde, em 2014, um ano após o encerramento global das *smartshops* em Portugal, é que este caso é retomado: o Tribunal de Aveiro acaba por condenar o proprietário da primeira *smartshop* do país a um ano e nove meses de prisão com pena suspensa.

Entretanto, as NSP foram sendo introduzidas no mercado, aí apresentadas como novas drogas legais, recreativas, psicoativas e com efeitos semelhantes às substâncias mais tradicionais, tais como a canábida, a cocaína, estimulantes, alguns alucinogénios e depressores. No entanto, o seu uso não foi necessariamente novo. Algumas foram inclusivamente reintroduzidas no mercado, tal como o exemplo da Sálvia³ que, entre 2007 e 2013, foi uma das grandes novidades entre as NSP disponíveis para venda, embora a sua existência seja muito anterior.

Estamos, portanto, perante um conjunto de designações que facilmente se confundem e coexistem no tempo e no espaço, sendo este também um dos nossos grandes pontos de reflexão ao longo deste trabalho – as “drogas novas” e as “drogas velhas” ou “convencionais”: afinal, o que representa isto no nosso país, para os indivíduos e para o seu próprio entendimento?

³ A Sálvia é uma planta tradicionalmente usada em contexto cerimonial e religioso numa zona remota do México. Sendo «descoberta» por antropólogos e trazida depois para o mundo ocidental, nos anos 60 do século XX, na época do psicadelismo, foi das substâncias mais populares, entre 2007 e 2013, na época das *smartshops* (Calado, 2013).

O forte mediatismo associado ao aparecimento das NSP foi um marco importante em todo este processo e, por isso, focamos agora aqui a nossa atenção. Entre jornais, canais televisivos, debates e peças jornalísticas dedicadas à descrição e discussão deste fenómeno, a esfera pública foi-se apropriando de um conhecimento e representação acerca das NSP. Estudado muito recentemente, o impacto dos meios de comunicação social nos consumos e nos estilos de vida é determinante para a construção de um conhecimento, mesmo que por momentos mais ou menos curtos, mais ou menos expressivos (Henriques, 2007) e isto é algo que não podemos excluir da discussão em torno deste fenómeno.

Entre 2007 e 2013, o assunto “drogas legais”, *smartshops* ou *novas drogas* foi chegando a casa sob diversas formas e fazendo parte do quotidiano dos indivíduos. Se por um lado incentivava o debate sobre o impacto do fenómeno em questão, tanto ao nível político como social, por outro introduzia novos conceitos e formas de lidar com o consumo de drogas, tanto do ponto de vista da sua aquisição, como das novas possibilidades que cada substância oferecia, como por exemplo: mais ou menos estimulante; mais ou menos psicadélica; mais adequada para dançar ou para “viajar”⁴.

A atenção dos media e dos investigadores à problemática das NSP teve impacto na agenda política essencialmente a partir do início de 2012, evidenciando-se como uma ameaça para a saúde pública. Portugal confrontava assim uma realidade que se revelou de todos – dos produtores, dos revendedores, dos comerciantes, dos jovens, de todos os consumidores deste tipo de substâncias e dos legisladores em matéria de drogas. Foram vários os projetos-lei e diplomas legais que surgiram com vista ao encerramento das *smartshops*. Após o Decreto-Lei nº13/2012 de 26 março, que acrescenta às tabelas anexas a mefedrona e o tapentadol, surgiu também, na Região Autónoma da Madeira (RAM), o Decreto Legislativo Regional nº28/2012 de 25 outubro que aprova normas para a proteção dos cidadãos e medidas para a redução da oferta de ‘drogas legais’ na região. Na altura, poucos dias antes da entrada em vigor destes diplomas e a fim de garantir o escoamento dos produtos, os estabelecimentos comerciais de venda de NSP, tanto na RAM como em Portugal continental, procederam à liquidação total das substâncias com estes compostos.

Só mais tarde, em 2013, é que se verificaram mudanças concretas e com um impacto visível na proliferação dos pontos de venda de NSP. Com a Portaria 154/2013 de 17 abril, foi aprovada uma lista de novas substâncias psicoativas que, com a entrada em vigor do Decreto-

⁴ “Viajar” é um termo da gíria portuguesa que optamos por utilizar aqui de forma ilustrativa e que remete para uma “alucinação” ou estado alterado de consciência.

lei nº54/2013 da mesma data, procede à definição do regime jurídico de prevenção e proteção contra a publicidade e comércio das novas substâncias psicoativas forçando o encerramento das *smartshops* por todo o país. Foi solicitado a todos os consumidores e clientes que devolvessem, nas esquadras mais próximas das suas residências, as NSP que tinham em sua posse e pudessem constituir uma infração a partir daquele momento. Sem grandes notícias posteriores, a partir de abril de 2013, o tema parece desaparecer do debate e da esfera pública.

Apesar da fraca atenção mediática e da preocupação generalizada em torno do assunto “drogas legais” e *smartshops* a partir de abril de 2013, é possível perceber que o fenómeno não ficou por ali. Embora essa tenha sido a sensação que deixou, os poucos e recentes dados nacionais (Calado et al., 2017; Lavado et al., 2018; Martins, Valente e Pires, 2015; Ribeiro et al., 2014) e internacionais (Benschop et al., 2017; Eurobarómetro, 2014; Vavrincikova et al., 2016) demonstram que não só é um tema atual, como um fenómeno que acontece em Portugal, mesmo que acompanhado de novas particularidades muito interessantes do ponto de vista científico. De acordo com o mais recente relatório sobre NSP em Portugal (2018), tanto do ponto de vista dos consumidores de NSP como dos profissionais da área, as NSP continuam a ser vendidas em Portugal, sendo que 94% dos participantes pertencentes a este último grupo (profissionais) considerou ser a internet o principal local de aquisição de NSP (Lavado et al., 2018).

Tal como mencionado anteriormente, em Portugal e também noutros países da Europa, os pontos de venda de NSP fizeram-se acompanhar de um marketing sofisticado, cuja atividade extrapolava aquilo que era fisicamente visível. Combinados com plataformas e mercados de venda online, já em 2007 era possível enumerar um vasto conjunto de estabelecimentos virtuais que disponibilizavam, para além de informação, várias substâncias que, encomendadas, se faziam chegar a casa a partir de um simples *click*. A comunicação, para além da venda de NSP e outras substâncias, já se verificava, nomeadamente porque a aproximação aos possíveis consumidores era feita de várias formas e por múltiplos canais (ex.: marketing online; patrocínio de festas e artistas; comunicação social).

Em Portugal, apesar de se saber muito pouco sobre a dinâmica dos indivíduos nestes espaços comerciais e informativos, sabe-se que as NSP podem, sim, ser compradas na internet, embora este não pareça ser o seu principal local de aquisição (Balsa et al., 2018; Carapinha e Calado, 2018; Lavado et al., 2018). No entanto, sabe-se que a internet desempenha um papel fundamental e inquestionável global no fenómeno das NSP, em geral, e da sua comercialização, em particular. Por um lado, dados recentes de um relatório europeu sobre drogas (OEDT, 2018) chama a atenção para o papel da internet entre fornecedores e consumidores de NSP, afirmando

que apesar de os mercados virtuais serem menos expressivos que os mercados de rua, este parece ser um cenário e hábito crescente no mundo (OEDT, 2018). Por outro, estudos também nos sugerem que, mesmo não sendo para fins de aquisição de produtos, a internet parece ser a primeira fonte e recurso de busca de informação sobre tudo, nomeadamente substâncias e os seus efeitos entre os indivíduos (Eurobarómetro, 2014; Pires, 2015; Ribeiro et al., 2014).

Embora estudos sustentem há muito a ideia que o consumo de drogas sintéticas acontece essencialmente em contextos festivos (Calado, 2006; Henriques, 2002), o espaço virtual tem vindo a ganhar território na realidade e no próprio discurso dos consumidores de substâncias psicoativas, em geral, e de NSP, em particular (Calado, 2013; OEDT, 2016), sendo por isso considerado um espaço privilegiado de recolha de informação.

Um dos aspetos que também nos interessa neste trabalho é o facto de as NSP serem um fenómeno também virtual, ou seja, algo que transcende as fronteiras físicas e vem permitindo novas oportunidades aos sujeitos consumidores e, claro, aos próprios revendedores deste tipo de substâncias (Calado, 2013; OEDT, 2016; 2018). Dito de outra forma, interessa-nos neste trabalho perceber o espaço e a dinâmica virtual que o fenómeno das NSP ocupa no contexto português a partir de uma amostra de utilizadores recentes⁵ de NSP que, de forma direta e indireta, nos direcionam para a produção de conhecimento em todo de uma realidade tão específica e escondida como este tema o é.

Outra questão que nos atrai especialmente neste tema é o facto de este não parecer estar claro para todos e, apesar de ter feito história em Portugal, ser agora um assunto pouco presente entre os consumidores de substâncias em geral e até entre os profissionais da área. Esta última afirmação é o resultado de algumas conclusões de estudos mais recentes que, para além de sugerirem uma baixa prevalência de NSP entre os consumidores de substâncias (SICAD, 2013; Ribeiro et al., 2014; Calado e Lavado, 2016; Calado, Lavado e Dias, 2017), ressaltam a falta de consenso e intervenção específica e focada neste fenómeno por parte dos profissionais especializados na temática das drogas e consumos (Henriques et al., 2018).

Assim, nunca sendo possível seguir uma ordem cronológica de acontecimentos que forçosamente perduram no tempo e seguem combinados, a contextualização que propomos neste trabalho procurou situar este fenómeno em Portugal, assumindo a sua expansão nas seguintes fases que comportam as alterações ao nível das políticas públicas:

⁵ Por utilizadores recentes entendemos todos os consumidores de, pelo menos, uma NSP nos últimos 12 meses.

1. Surgimento e expansão das NSP no mercado (2007 até agora);
2. Mediatismo e identificação da problemática (entre 2007 e 2013);
3. Regulamentação e ação (a partir de 2013).

É a partir deste contexto e de todas estas interrogações que a presente pesquisa se propõe estudar o tema das NSP, destacando os múltiplos agentes envolvidos, os escassos dados que inevitavelmente forçaram a idealização de um trabalho deste carácter e as mais diversas características que configuram este fenómeno em Portugal. O estudo procura conhecer as NSP a partir de um conjunto de acontecimentos e perspetivas distintas que combinam as perspetivas teóricas convocadas e os dados empíricos recolhidos entre consumidores de NSP.

2.2. Enquadramento sociopolítico das substâncias psicoativas – a perspetiva dos estudos

Em Portugal, principalmente a partir dos anos 70, o fenómeno das drogas foi marcado por fortes mudanças em termos da sua dinâmica social e política. Esta década assinalou o que hoje em dia podemos considerar o princípio da consciencialização pública da problemática da droga no país e, por sua vez, o caminho que foi sendo traçado no sentido da sua institucionalização.

Enquanto problemática social, múltiplas sugestões de como descrever e explicar as políticas da droga em Portugal e o seu impacto entre os consumidores foram sendo expressas nos últimos 20 anos. Entre várias organizações nacionais, dotadas de mais ou menos reconhecimento (SICAD, universidades, ministérios da saúde e da justiça e algumas associações voltadas para o tema em questão), importantes mudanças até à presente década foram surgindo, sendo acompanhadas e acompanhando diversos trabalhos de investigação no âmbito das ciências sociais que se vêm dedicando ao estudo do tema das drogas. Com mais ou menos expressividade, o objeto drogas e comportamentos aditivos surge na investigação sociológica, sendo por isso importante reconhecer os contributos de alguns autores como o de Artur Valentim, em 1996, com os seus primeiros passinhos científicos dados em torno da perceção social do consumo de drogas; Cândido Agra e Jorge Negreiros, em 1997, com o seu estudo em torno do consumo de drogas em meio prisional, e os estudos da Anália Torres, de 2001, 2007 e 2016, que abordam o tema do consumo de drogas a partir de uma análise extensiva aos reclusos das prisões portuguesas.

Através do recurso a metodologias extensivas de investigação destacamos, por exemplo, o trabalho de Cândido Agra desenvolvido por Jorge Negreiros em 1997, que se centrou no consumo de drogas em meio prisional e que se constituiu como uma referência no estudo do tema das drogas em contextos ditos mais “ocultos”, nomeadamente em realidades tão difíceis de aceder. Com uma amostra que contou com a participação de 362 reclusos de diversos estabelecimentos prisionais do país, este estudo enfatizava, na altura, alguma relação causal entre crime e consumo de drogas, algo que se tem vindo a alterar nos últimos anos graças à forma como legalmente se vê um consumidor de substâncias (perspetiva proibicionista versus perspetiva mais tolerante, como a descriminalização), principalmente a partir do ano 2000, com as discussões e esforços feitos em torno da criação das leis da descriminalização do consumo de drogas.

Porém, um dos trabalhos que ficou para a história da investigação neste domínio e marcou uma viragem considerável no campo de ação e compreensão mais profunda desta problemática nos contextos ditos ocultos, foi o estudo “Drogas e Prisões em Portugal” que, mesmo com ligeiras adaptações, foi realizado a primeira vez em 2001 e replicado posteriormente em 2007 e em 2014 (Torres e Gomes, 2002; Torres, Maciel, Sousa e Cruz, 2009; Torres et al., 2016). Coordenado por Anália Torres e contando com a colaboração de uma equipa de investigadores e consultores, esta pesquisa foi fruto da conjugação de esforços de várias instituições, entidades e pessoas, marcando a diferença no âmbito da temática sensível que, até à data, é o da toxicod dependência. Esta “viagem”, que se inicia em 2001 com uma solicitação explícita de conhecimento da realidade sobre grandes tendências relacionadas com a circulação e o consumo de substâncias ilícitas no universo prisional, teve como objetivo último o desenho de políticas públicas que, na altura, ganhava sentido pela situação legal e esforços feitos associados à regulamentação do consumo de substâncias psicoativas. Esta investigação surge por decisão conjunta do Ministro da Ciência, do Ministro da Justiça e do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros do XIV Governo Constitucional, com o financiamento do então IPDT (Instituto Português da Droga e da Toxicod dependência) e a colaboração da DGSP (Direção Geral dos Serviços Prisionais) e dos diretores e de todo o pessoal dos estabelecimentos prisionais.

Lembramos que esta primeira das três versões surge num ano (2001) marcado por profundas mudanças neste paradigma, já que nesta altura Portugal encontrava-se a dar um passo fundamental neste âmbito através da implementação da política da descriminalização do consumo de drogas. O objetivo foi essencialmente proceder à continuação e elaboração de um exercício metodologicamente complexo que permitisse avaliar tendências e evoluções no que

diz respeito ao consumo de drogas, álcool e tabaco, incluindo ainda mais tarde, em 2014, as práticas de jogo e a sua relação com a reclusão.

Procurando retratar a realidade dos reclusos portugueses em matéria de drogas e comportamentos aditivos, estes trabalhos recorreram a métodos extensivos-quantitativos, baseando-se essencialmente na técnica de inquérito por questionário para a recolha dos dados. De forma a identificar semelhanças e dissemelhanças nos comportamentos de consumidores de drogas e compreender a evolução dos últimos anos, um dos aspetos mais interessantes destes estudos é a sua capacidade de retratar os efeitos das alterações legislativas e da implementação de medidas específicas como a descriminalização do consumo de substâncias psicoativas.

Em 2001 a aplicação do questionário contemplou uma amostra representativa de reclusos (12656 reclusos), abarcando 47 prisões e 2057 reclusos dos 2601 (20%) que foram selecionados, contando ainda com o inquérito aos diretores dos estabelecimentos prisionais envolvidos que, em 2001, obteve 43 respostas. Já em 2007 foi aplicada a uma amostra representativa dos reclusos (2394 reclusos selecionados aleatoriamente que correspondem a 20% da população prisional) de todos os estabelecimentos prisionais nacionais (11968 reclusos), tendo sido visitadas 44 prisões e obtido 1986 respostas. Neste ano, realizou-se igualmente um inquérito aos diretores, embora com um número mais reduzido de participantes (n=37). Mais recentemente, durante o ano de 2014, uma nova fase deste estudo acontece e, a partir de um universo de 14258 reclusos portugueses, foram selecionados 2749 indivíduos de onde se obteve uma amostra de 2149 participantes. Tal como nos anos anteriores, em 2014 também se procedeu à inquirição dos diretores, sendo que dos 49 estabelecimentos prisionais participantes do estudo, apenas 47 participaram nesta parte do trabalho.

Apesar de nos focarmos em estudos sociológicos sobre o tema e, neste caso, a exercícios que recorrem a metodologias extensivas de investigação, se nos alargarmos às ciências sociais em geral conseguimos perceber que outros autores foram abordando o tema de forma inovadora e progressiva, mesmo que com impactos distintos.

Outros estudiosos que contribuíram para o desenvolvimento de conhecimento em torno do tema das drogas e perfis de consumidores foram os célebres trabalhos desenvolvidos por Luís Fernandes e Maria Carmo Carvalho, nomeadamente sobre “Consumos problemáticos de drogas em populações ocultas”. Estes, realizados na Faculdade de Psicologia do Porto, representaram também um passo importante no que respeita à forma como se fazia investigação na altura, sendo um grande contributo para a comunidade científica, tanto pelos dados obtidos, como pelas próprias reflexões que foi provocando ao longo da sua execução. Com recurso à técnica dos excertos semiprojetivos e a amostragem por *snowball*, este trabalho permitiu aceder

aos ditos “submundos” em que viviam estas tais populações ocultas, conceito este igualmente bem desenvolvido pelos autores. Na altura, portanto, há mais de 10 anos, este estudo representava uma tentativa em aceder precisamente aos indivíduos que habitualmente estão sub-representados ou mesmo ausentes nos estudos sobre o fenómeno da droga, o que se torna especialmente interessante e inspirador para o tema das NSP que apresenta, em 2018, muitos outros desafios que exigem novas abordagens, não só metodológicas, como até de acesso às ditas “populações ocultas”.

Retomando a informação apresentada no início deste trabalho sobre o facto de as NSP serem um fenómeno essencialmente internauta, onde o contato, a comunicação, a venda e a aquisição destas substâncias se passa quase só numa dimensão virtual e não pessoal, ou seja, sem implicar necessariamente algum tipo de encontro ou contato físico entre os envolvidos (vendedor e consumidor), percebemos que, na atualidade, questões como o acesso e a identificação dos indivíduos consumidores de NSP tendem a sugerir novos contornos no que respeita aos procedimentos metodológicos de qualquer trabalho de investigação, ou seja, novas formas de acesso a este tipo de população. Um artigo publicado na revista “Toxicoddependências”, da autoria de Luís Fernandes e Maria Carmo Carvalho, apresenta uma distinção entre “população rara”, aquela em que determinada característica em causa exhibe baixa prevalência na população geral, não obstante a facilidade na sua localização, e “população oculta”, aquela em que no caso não está a prevalência do traço ou característica em causa, mas sim as dificuldades que se colocam na sua localização e identificação, graças à sua natureza ameaçadora, habitualmente de cariz ilegal ou socialmente reprovada (Fernandes e Carvalho, 2000). No que respeita ao tema das NSP em particular, ambos os conceitos fazem atualmente sentido, não só porque os consumidores de NSP parecem ser uma “população rara”, ou seja, com pouca prevalência na população geral (Balsa et al., 2018; Calado et al., 2017; Ribeiro et al., 2014), mas também por serem uma “população oculta”, ou seja, não muito fácil de aceder graças ao seu anonimato e, portanto, forte resistência à sua identificação e localização (OEDT, 2016).

Dito de outra maneira, sendo abordado de formas diferenciadas, o tema das drogas é delicado e tem vindo a exigir registos mais inovadores de recolha de informação, seja porque o tema se tem vindo a banalizar, abrindo espaço para novos contributos e participação dos sujeitos consumidores, ou porque efetivamente ocorre agora numa outra realidade, num outro espaço (virtual) e com uma nova dinâmica. É uma realidade social partilhada que, embora pouco estudada em Portugal, no tema das drogas ganha especial importância, sendo quase

obrigatoriamente incluída no discurso e debate sobre a temática das NSP a nível internacional (Nabben, 2015; OEDT, 2016; 2018).

Não menos importante, mas distinto e mais focalizado na evolução dos fatores jurídico-políticos associados ao fenómeno da droga no país, destacamos a tese de doutoramento da Lúcia Dias, mais tarde, em 2007. Este exercício, para além de um precioso contributo no que respeita a organização de todos os elementos envolvidos em todo o processo que foram as novas políticas de descriminalização do consumo, o seu antes e depois, também é uma inspiração para nós no que toca a análise do fenómeno das NSP enquanto substâncias que vieram justamente contrariar e contornar o registo político habitual em Portugal. Para além de virem desafiar todas as normas e leis associadas às substâncias de uso e abuso, as NSP tiveram certamente um impacto na própria representação que os sujeitos têm do consumo de drogas, nem que seja pelo facto de também já terem surgido numa altura em que se falava mais de consumidores recreativos de substâncias em detrimento de consumidores problemáticos de drogas, por serem “legais” a determinado momento e por relativizarem, de certa forma, o reconhecimento de qualquer tipo de problemas maiores associados.

2.3. Enquadramento sociopolítico das substâncias psicoativas – a perspetiva das políticas públicas

Dada a especificidade e características do fenómeno das novas substâncias psicoativas, para este trabalho consideramos também imperativo reorganizar todos estes factos e tendências, focando a atenção na génese das NSP, mas nunca esquecendo o seu contexto de aparecimento e expansão no mercado. Para tal, apropriando-nos dos factos políticos e sociais já anteriormente associados e organizados em função da evolução do fenómeno da droga, em geral, identificamos três períodos-chave para melhor compreender o impacto das NSP no panorama sociopolítico do país, descrevendo-os logo de seguida:

- Entre 1970 e 1999, onde Portugal começa por expressar um quadro de referência essencialmente repressivo e termina, em 1999, a repensar o modelo bio-psico-social no sentido de humanizar a ação no âmbito do fenómeno;
- Entre 2000 e 2007, o momento que marca uma referência histórica mundial assente nos princípios e benefícios de uma política de descriminalização do consumo de drogas;
- A partir de 2007 até aos dias de hoje, com o aparecimento das NSP no país, a sua expansão e posterior regulamentação em Portugal.

2.3.1. Entre 1970 e 1999

Apesar do consumo de drogas ser muito anterior à década de 70, foi a partir desta altura que, em Portugal, se notou uma preocupação social em torno do tema, dando-se por isso um conjunto de transformações a partir daí, seja porque se investiu mais na investigação científica ou porque simplesmente o problema-droga se tornou mais visível para todos e um flagelo em termos de mortes e crimes associados.

Até determinada altura, o uso de drogas parecia fazer parte de um grupo restrito e discreto de indivíduos, reservando principalmente a presença e o uso de LSD entre as comunidades de artistas e boémios do país. Embora o consumo de drogas seja ancestral, é possível perceber uma diferença nos hábitos de consumo entre a população portuguesa principalmente a partir de 1970, após a Guerra Colonial em África, com o retorno das colónias e a queda da ditadura de Salazar em 1974. Nesta altura, tudo o que parecia “fechado” e controlado tornou-se acessível e também uma forma dos indivíduos provarem a liberdade alcançada e conseguida com a mudança do paradigma político. Depois de quase meio século de forte isolamento, os portugueses deparavam-se assim com uma nova realidade repleta de novos desafios, oportunidades e formas de estar na vida.

Estas novas tendências, também deveras marcadas pela escassez ou mesmo ausência de informação no que toca ao fenómeno da droga e suas variantes, foram delineando novas necessidades e, por sua vez, criando formas alternativas de compreender as problemáticas sociais da altura. O consumo visível, a descoberta de substâncias que alteram o comportamento e o estado de espírito promoveram, na altura, o poder de disseminação social através da imitação ingênua e experimentações ocasionais e de contexto entre a população portuguesa. A distinção entre drogas, bem como os vários problemas que o consumo de substâncias poderia causar e representar para a saúde e para a sociedade eram ainda pouco falados e trabalhados ao nível social.

Apesar de Portugal ter seguido um quadro de referência essencialmente repressivo entre 1970 e 1982, encarando a dependência de drogas numa perspetiva criminalizante, foi essencialmente a partir de 1975 que se verificou mudanças. Nesta altura, uma rutura com um modelo anterior – o modelo criminal – conferiu à problemática da droga a possibilidade de se apropriar de novos significados e, a partir daí, absorver novas abordagens e consolidar a eficácia do modelo psicossocial em termos de ação. Foram então criadas as primeiras estruturas governamentais com o objetivo de facilitar mais e melhores respostas sociais para a problemática em questão. Porém, só entre 1983 e 1999 é que, de acordo com algumas mudanças

globais, Portugal assumiu uma nova abordagem assente no paradigma bio-psico-social, modelo esse capaz de combinar os aspetos biológicos, psicológicos e sociais na compreensão do fenómeno da droga.

Mesmo assim, o consumo de heroína fazia-se sentir em Portugal com taxas de consumo que, quando comparadas com as da União Europeia, se revelavam elevadas. Estes factos, muito associados também à preocupação pública que se foi instalando face ao problema, promoveram cada vez mais uma maior discussão evidenciando a necessidade de intervenção.

Embora, por esta altura, a saúde tenha desempenhado um papel fundamental neste domínio, cedo foi possível perceber que só um trabalho mais alargado e multidisciplinar seria capaz de fazer avançar esta matéria. Foi assim que o Ministério da Saúde se associou ao Ministério da Justiça, sendo criado, em 1987, o “Projeto Vida”, um plano integrado no combate ao fenómeno da droga e das toxicodependências e o Centro das Taipais em Lisboa, em junho de 1987, a primeira unidade terapêutica a funcionar no país enquanto hospital especializado nesta problemática.

Mais tarde, em 1990, apesar de todas estas alterações, o problema-droga ainda não se via resolvido. A necessidade de encontrar mais e melhores respostas sociais motivou a criação de novos serviços mais especializados. Foi assim que, em 1997, foi criado o Serviço de Prevenção e Tratamento das Toxicodependências (SPTT) que, sob a tutela do Ministério da Saúde, acaba por provocar a extinção dos departamentos criados até então e unificar a sua ação em função da criação de uma rede de serviços públicos capazes de dar resposta ao nível da prevenção, tratamento, reabilitação e inclusão social.

Sabendo que o consumo de drogas é um fenómeno dinâmico e complexo, apesar de todos os esforços feitos pelo governo português, o aparecimento de novas drogas sintéticas na década de 90, tais como o Ecstasy e o MDMA, continuaram a colocar desafios e a provocar o aumento dos casos de consumidores no país. Para além disto, também a emergência de zonas urbanas muito associadas ao consumo e tráfico de drogas chamavam a atenção de muitos. Até 1988, sempre fortemente mediatizado, o bairro do casal Ventoso fez parte de um dos maiores exemplos dos ditos territórios psicotrópicos, ou seja, um local muito associado ao consumo problemático de drogas.

A necessidade de reconstruir aqueles locais, por forma a eliminar a concentração do problema em determinado ponto fez com que, a partir de 1988, fosse possível dar passos neste sentido. A recuperação progressiva deste bairro fez com que as consequências de um consumo danoso e problemático deixassem de ser visíveis aos olhos de todos e, por sua vez, alterasse a perceção e o significado daqueles lugares para os seus frequentadores ou visitantes. Acreditou-

se, na altura, que esta seria uma das medidas capazes de alterar de forma positiva o problema. Entretanto, a prevenção era também um assunto premente na busca das melhores soluções para o problema do consumo de drogas.

Já em 1999, o governo anuncia a aprovação da estratégia nacional para o combate ao fenómeno da droga e a criação do Instituto Português da Droga e da Toxicodependência (IPDT). Esta instituição, baseada em oito princípios-chave orientadores da ação – cooperação internacional, prevenção, humanismo, pragmatismo, segurança, coordenação e gestão de recursos, subsidiariedade e participação global – tinha como objetivo central contribuir para uma melhor, mais adequada e eficaz estratégia internacional. Reforçando o papel decisivo das políticas de prevenção de drogas, da redução do consumo entre jovens, da garantia no acesso ao tratamento e reintegração social dos consumidores, da proteção e promoção da segurança entre os indivíduos, bem como através da sua tentativa de supressão do tráfico de substâncias e branqueamento de capitais, esta instituição permitiu ainda que a temática da droga ganhasse outra dimensão e espaço na discussão pública, transformando mais uma vez a forma o tema “droga” era encarado e vivido por todos.

2.3.2. Entre 2000 e 2007

Apesar de todas as medidas enumeradas anteriormente, foi com a aprovação da lei N°30/2000 de 29 de novembro que Portugal se distinguiu e colocou na frente dos países com políticas de droga inovadoras e de sucesso, através da sua lógica de descriminalização do consumo de substâncias psicoativas. Esta, para além de definir o regime jurídico aplicável ao estatuto legal de drogas e substâncias psicotrópicas, assegurava ainda a proteção social dos indivíduos consumidores de drogas com ou sem prescrição. A par disto, esta decisão veio ainda acrescentar e mudar por completo a forma como o fenómeno da droga existia e era tratado em Portugal, tanto pela sua abordagem inovadora, como pelos avanços que se puderam verificar posteriormente no âmbito do tratamento dos toxicodependentes.

Um pouco mais tarde, ainda o Decreto-Lei N°130/2001 de 23 de abril veio acrescentar algumas mudanças: delimitar a relação existente entre consumidor e crime era o seu principal objetivo. Ao determinar que o consumo, procura e posse de substâncias até determinada quantidade em nada poderiam ser considerados crimes, este diploma acabou por suscitar novas formas de olhar para um consumidor de drogas e interpretar o consumo em si mesmo, dando por isso um espaço para a distinção entre “consumidor”, digno de tratamento, e “traficante”, merecedor de uma pena.

Invariavelmente, esta nova posição que o país apresentava face ao fenómeno do consumo de drogas provocou alterações em vários domínios, requerendo alguma reorganização nos serviços e nas respostas sociais ao mesmo. Para isso, foram então criadas as Comissões para a Dissuasão das Toxicodependências por forma a substituir o papel dos tribunais criminais nesta matéria e facilitando assim todo este processo. Estas, sempre sob a supervisão do Ministério da Saúde, eram compostas por técnicos de saúde e da justiça que tinham como missão fundamental informar e dissuadir os indivíduos do consumo de substâncias. Para além disto, tinham ainda autonomia para determinar sanções administrativas acessórias para cada um dos casos, mediante a sua situação e contornos. Paralelamente, foram ainda criadas novas respostas no que respeita à redução de riscos, tais como os gabinetes de apoio, programas de substituição opiácea (ex. metadona), centros de tratamentos e pontos de informação e contato que, eventualmente, ainda caracterizam a rede nacional de redução de riscos e minimização de danos.

Assim, em 2002, todas as estruturas criadas até à data passaram a estar sob tutela do ministério da saúde, transformando-se num só instituto - Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT, IP.). Na altura, com vista à manutenção de um sistema de coordenação transnacional, esta fusão teve como principal vantagem a capacidade de manter unificadas todas as áreas da intervenção, assegurando o seu planeamento, desenho, gestão, supervisão e avaliação. Ao mesmo tempo, este novo instituto veio ainda clarificar e estreitar as relações entre as obrigações do governo português e o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência (OEDT).

Para cumprir com todos estes objetivos, o IDT, IP., enquanto unidades especiais organizadas, passou a definir-se por regras próprias capazes de guiar o trabalho feito tanto ao nível local como regional do país. Desta forma, foi possível dotar a temática das drogas e da toxicodependência de outros significados, atribuindo novos apoios e perceções no que respeita ao consumidor de substâncias. Acredita-se que tenham sido, até hoje, as mudanças mais determinantes na forma como compreendemos a problemática da droga na sociedade portuguesa contemporânea.

2.3.3. Desde 2007 até à atualidade

Para além de todos os novos significados que foram sendo atribuídos ao consumo de drogas e às próprias substâncias em si, também as organizações foram sofrendo algumas alterações, sejam elas pela alteração do seu plano de ação ou pela reconfiguração da sua

estrutura, tal como aconteceu em 2012 com a publicação da nova orgânica do Ministério da Saúde. Aprovada pelo Decreto-Lei n.º 124/2011, de 29 de dezembro, o Governo procede à criação do Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (SICAD), extinguindo, em consequência, o Instituto da Droga e da Toxicodependência, I. P., cometendo às Administrações Regionais de Saúde, I. P. a componente de operacionalização das políticas de saúde. Porém, este não foi o acontecimento com especial destaque e impacto na forma como olhamos para o fenómeno das drogas, nem tão pouco a grande transformação que se assinalou já nesta fase.

Sendo progressivamente debatido em vários países e organizações de todo o mundo, o assunto Novas Substâncias Psicoativas (NSP) entra fortemente na realidade portuguesa a partir 2007, introduzindo novos desafios a qualquer instância, seja ela nacional ou internacional. Embora com maior destaque a partir de 2011, a vasta proliferação de espaços físicos e virtuais voltados exclusivamente para a venda de NSP (através das *smartshops* ou lojas online) foram um marco determinante para a história das drogas no país e, por isso, o tema central do presente trabalho de investigação.

Desde o início de 2007 até abril de 2013, as NSP apresentaram-se sob diversas formas no mercado, destacando-se sempre pela sua capacidade criativa, inovadora e de rápido surgimento. A sua rotulagem, muitas vezes falsa e inadequada, foi abrindo igualmente espaço para novas oportunidades, capazes de contornar leis, perceções, hábitos e até formas de consumo de substâncias. Entre patrocínios a artistas, organização de eventos para um público específico (jovens) e festas noturnas temáticas forte e minuciosamente publicitadas, a atenção e o debate públicos foram-se voltando para o tema das NSP. Estendendo-se a todos os níveis e idades, foi considerado um tema emergente e uma ameaça para a saúde pública, especialmente entre os mais jovens (DGS, 2012; Eurobarómetro, 2014).

Em Portugal, a RAM foi a primeira região a debater mais profundamente este tema. Notícias locais foram dando conta acerca da forma como este fenómeno entrou na região: responsáveis por quatro mortes e cerca de 190 hospitalizações até outubro de 2012, foram os dados facultados em 2013. Assim, o debate parlamentar na RAM teve, desde cedo, uma forte expressão, antecipando assim a implementação do Decreto-legislativo regional N.º 28/2012M de 25 de outubro. Este diploma, ao proibir a venda e o uso de NSP, limitou o seu comércio na região e fez diminuir drasticamente o número de problemas de saúde relacionados com o uso e abuso destas drogas entre a população da ilha.

Ao longo da última década, o fenómeno das NSP tornou-se assim uma das preocupações centrais dos organismos nacionais e internacionais responsáveis pela monitorização, controlo e

implementação de leis da droga. Neste sentido, no dia 17 de janeiro de 2012, a Associação Piaget para o Desenvolvimento (APDES), trabalhando ativamente para o desenvolvimento e proteção de comunidades vulneráveis e em risco, publicou uma recomendação ao governo solicitando a sua atenção para o impacto do fenómeno das NSP no país e sugerindo novas formas de ação e intervenção nesta área (APDES, 2012). No entanto, a primeira resposta com impacto nacional e com vista à regulamentação deste fenómeno só se assinalou com a entrada em vigor do Decreto-Lei Nº 13/2012 de 26 de março, já que o mesmo acrescentou a mefedrona e o tapentadol às tabelas de substâncias ilegais do país.

Considerando este diploma insuficiente, no dia 4 de setembro de 2012, também a Juventude Social Democrata da Madeira (JSD-M) publica uma carta aberta ao Primeiro Ministro da época, Cavaco Silva, onde descrevia e sugeria uma apreciação do fenómeno das NSP e a sua regulamentação. Um pouco depois, em dezembro de 2012, o Partido Social Democrata (PSD) introduz ainda o projeto de resolução 520/XII, com vista à monitorização das NSP em Portugal, acabando por ser debatido no parlamento no dia 3 de janeiro de 2013.

O rápido aparecimento destas substâncias, tanto a nível nacional como global, bem como a sua forte capacidade de contornar as leis vigentes, fez com que estes diplomas se revelassem pouco eficazes no combate a este fenómeno. Estávamos, portanto, a enfrentar uma época de fortes desafios sociais e políticos, onde o que era anteriormente regulatório das ações se revelava agora vantajoso para o crescimento e perpetuação destas drogas no mercado.

Em 2012, o Ministro da Saúde começa a trabalhar com o parlamento no sentido da criação de legislação mais eficaz no combate ao fenómeno das NSP. Com vista à fiscalização deste tipo de estabelecimento e controlo da entrada e venda de NSP em Portugal. Foi também nesta altura que a Direção-Geral da Saúde apresenta um relatório com dados relacionados ao uso e abuso de NSP, identificando 34 casos graves associados ao consumo de NSP, principalmente entre os menores de idade (DGS, 2012).

Mesmo que as medidas enumeradas até agora possam, de certa forma, parecer contrariar os princípios do modelo da descriminalização do consumo em vigor desde 2001, em 2013 foi introduzido o Decreto-Lei Nº 54/2013 de 17 de abril e a Portaria 154/2013 da mesma data. Estes documentos, ilegalizando 159 novas drogas e limitando a proliferação das *smartshops* que chegaram a ser cerca de 60 por todo o país, foram a grande força motriz para o fim do debate aceso verificado entre 2007 e 2013.

Definindo Novas Substâncias Psicoativas como substâncias que, não especificamente enquadradas e controladas ao abrigo de legislação própria, em estado puro ou numa preparação, podem constituir uma ameaça para a saúde pública comparável à das substâncias já ilegalizadas,

este diploma veio tornar possível a sua identificação e, desta forma, proibir a sua venda, produção, importação ou exportação, publicidade, distribuição, posse ou disponibilidade em Portugal. Associado a si vinha também a proibição da venda deste tipo de drogas, por catálogo ou por internet, exceto no caso de se tratar de substâncias reconhecidas pela Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde (INFARMED, IP.).

Para fins de monitorização do fenómeno das NSP e Portugal, a ASAE, IP. (Autoridade nacional especializada no âmbito da segurança alimentar e da fiscalização) foi também mobilizada como responsável pelo controlo do cumprimento da lei e da promoção de ações de fiscalização sobre as cadeias comerciais destes produtos, colaborando em permanência com outras autoridades competentes nesta matéria.

Quanto às entidades responsáveis pela realização e desenvolvimento de análises e conhecimento específico acerca das NSP, para além do INFARMED, a responsabilidade foi também atribuída ao Laboratório de Polícia Científica (LPC, IP.) e ao Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF, IP.). Paralelamente, se alguma substância identificada puder ser considerada uma ameaça para a saúde pública, a informação deverá ser igualmente reportada ao Serviço de Intervenção nos Comportamentos e nas Dependências (SICAD, IP.). É, por sua vez, este serviço que está incumbido de avaliar e confirmar o risco associado ao consumo da substância, determinando posteriormente a respetiva coima aplicável ao sujeito ou empresa detentora de tais produtos.

Em novembro de 2013, seis meses após a implementação do Decreto-Lei N° 54/2013 de 17 de abril, o Presidente do SICAD, na altura ainda Diretor do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, veio confirmar, em entrevista, o sucesso e o balanço positivo conseguido desde a implementação do diploma acima mencionado. Atualmente, tal como mencionado anteriormente, a designação “novas substâncias psicoativas” é pouco conhecida entre os sujeitos consumidores de drogas em geral, parece ter pouca expressão nos contextos festivos e mais associados ao consumo destas substâncias (Calado et al, 2016; Calado et al., 2017; Ribeiro et al., 2014), embora isto também pareça ser discutível para certos profissionais e regiões do país. De acordo com um estudo levado a cabo por Susana Henriques e pela autora do presente estudo, em 2017, embora se reconheça a baixa prevalência do consumo de NSP entre a população portuguesa, há questões mais profundas associadas que merecem a nossa especial atenção, tais como a adulteração das substâncias (Martins et al., 2015) e a sua diferente propagação nos mercados e nas mais diversas regiões de Portugal (Henriques et al, 2018).

Tal como apresentado acima, para além das políticas regionais diferenciadas ao longo do país, também os hábitos de consumo e as tendências associadas ao consumo de NSP parecem

variar de região para região. Se por um lado falamos de diferenças geográficas (ex.: as ilhas da Madeira e dos Açores), por outro sabemos que os próprios mercados diferem entre si, fazendo variar o preço das substâncias de uso e abuso e a sua respetiva qualidade, podendo influenciar assim, ou não, a sua disponibilidade no mercado e prevalência de consumo entre a população ou determinados grupos de indivíduos (Henriques et al., 2018).

3. AS NOVAS SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS (NSP)

3.1. Um mundo de drogas: sugerindo uma categorização das NSP

Graças ao Sistema de Alerta Rápido da União Europeia (SAR), entre maio de 2005 e dezembro de 2014, foram notificadas um total de 418 NSP pelo mundo, sendo que o maior número de apreensões ocorreu entre 2008 e 2013 (OEDT, 2015). Dados mais recentes sugerem que o aparecimento das NSP não cessa, surgindo no mercado ao ritmo de cerca de uma por semana no ano de 2016 (OEDT, 2017). No entanto, a parca investigação científica disponível acerca deste assunto deixa-nos “às escuras” no que toca a questões mais profundas, tais como a prevalência de consumo de determinadas NSP e os motivos associados ao seu uso, embora recentemente se tenham conhecido alguns avanços nesta matéria.

De acordo com alguns autores, bem como de órgãos tais como o Gabinete das Nações Unidas para as Drogas e o Crime (UNODC) e o Observatório Europeu da Droga e da Toxicodpendência (OEDT), percebemos que ainda não se chegou a um consenso relativamente a categorização das NSP, nem tão pouco à sua clara definição entre os consumidores e até alguns profissionais da área (Calado et al., 2017; Henriques et al., 2018; Lavado et al., 2018). Segundo a categorização fornecida pelo UNODC, em 2013, num relatório exclusivo sobre o fenómeno das NSP no mundo - *The challenge of new psychoactive substances* – as NSP dividiam-se entre sete grupos principais de substâncias: os canabinóides sintéticos; as catinonas sintéticas; a *quetamina* ou *cetamina*; as fenetilaminas; as piperazinas; as substâncias herbáceas e, por último, um outro grupo que resulta de uma mistura de várias NSP que foram recentemente identificadas no mercado (UNODC, 2013). Já em 2014, um poster disponível online⁶ sugeria que, em vez de sete, as NSP variavam entre nove categorias: os canabinóides

⁶ Disponível em https://www.unodc.org/documents/scientific/NPS_poster_2014_EN.pdf.

sintéticos; as catinonas sintéticas; os *aminoindanes*, que parecem ser substâncias empatogénicas com efeitos semelhantes ao MDMA; as triptaminas; as quetaminas e as substâncias tipo-fenciclidina; as substâncias a base de plantas; as piperazinas; as fenetilaminas e, por último, o grupo de “outras substâncias”.

Dada a celeridade do mercado de NSP, a novidade e a dificuldade em identificar de forma exata quais as substâncias em questão e os seus respetivos efeitos, estas categorizações, tal como todas as que serão apresentadas de seguida, representam apenas um esforço e um exercício para melhor explicar e enquadrar a temática das NSP, facilitando assim o seu entendimento no campo científico e entre a população geral.

Em Portugal, a classificação das NSP segue a seguinte tipologia: o grupo das feniletilaminas e derivados; das piperazinas e derivados; dos derivados da catinona; dos canabinóides sintéticos; dos derivados análogos da cocaína e de outras substâncias, onde se inclui, por exemplo, a *ketamina*, quetamina ou cetamina (Calado, 2013). Porém, esta classificação parece não ser definitiva, já que, recentemente, Elsa Lavado e seus colaboradores (2018) desenvolveram um relatório em que apresentaram as NSP seguindo a seguinte tipologia: os canabinóides sintéticos; as catinonas sintéticas; as feniletilaminas e as “outras NSP”, onde se incluem as arilcicloexilaminas, como a *ketamina* e metoxetamina; as triptaminas, como o DMT; as piperazinas e os opióides sintéticos.

Estas variações, que obviamente dificultam a compreensão do fenómeno a vários níveis, não são exclusivas de Portugal, ocorrendo também noutros países do mundo, tendo em conta a maior popularidade de umas drogas face a outras e o que o próprio fenómeno das NSP representa para determinada realidade. Outras perspetivas vão sendo apresentadas, fazendo variar o número de categorias de NSP, mas seguindo sempre a lógica dos seus efeitos psicoativos, já que para além de se tratarem essencialmente de miméticos das drogas convencionais, são também substâncias de uso e abuso. Por exemplo, num estudo intitulado *Next generation of novel psychoactive substances on the horizon – a complex problem to face*, a categorização de NSP é semelhante aos exemplos fornecidos acima, mas inclui também as classes dos benzofuranos e dos opiáceos (Zawilska e Andrzejczak, 2015).

Para além destas categorizações, dentro do espectro das NSP distinguem-se ainda dois tipos das mesmas existentes no mercado: os *análogos químicos*, ou seja, os derivados estruturais de um componente principal que frequentemente difere da substância original pelas suas modificações químicas, e os chamados *miméticos*, que são substâncias quimicamente distintas, mas que imitam os efeitos farmacológicos de uma substância específica, agindo sobre os mesmos recetores neurológicos. Todos estes aspetos, conjugados e alocados para o nosso

exercício, forçam-nos a refletir sobre a nossa análise e, por isso, adotar uma classificação própria, baseada em todas as outras anteriores, mas livre de querer ser interpretada de forma rígida e disruptiva de todos os contributos apresentados acima.

Neste sentido, por todos estes motivos e porque a informação ainda não está estabilizada quanto à identificação das próprias substâncias, o presente trabalho seguirá uma tipologia que, para além de se basear na classificação das drogas tradicionais (cannabinóides, psicoestimulantes, alucinogénicas e depressoras), resulta dos dados de um questionário aplicado entre junho e outubro de 2016 e discutidos com maior detalhe mais à frente. Assim, sugerimos a organização das classes de NSP da seguinte forma: as NSP tipo cannabinóides; NSP tipo estimulantes; NSP tipo alucinogénias e, por último, NSP tipo depressoras do Sistema Nervoso Central (SNC).

3.1.1. NSP tipo cannabinóides

Os cannabinóides sintéticos começaram por ser, tal como muitas outras drogas, substâncias originalmente desenvolvidas em meados dos anos 2000 e para fins de experimentação laboratorial. A partir desse momento, reconhecendo os seus efeitos, o mercado destas substâncias começou a desenvolver-se de forma clandestina e rápida, culminando na saída de muitas destas drogas para o mercado como alternativas à canábis convencional (Castaneto et al., 2014). Ao longo de 2014 o sistema de alerta europeu identificou cerca de 134 NSP deste tipo – cannabinóides sintéticos -, distinguindo-as como o maior grupo de NSP disponíveis no mercado. Em Portugal, embora o consumo destas substâncias tenha prevalecido na altura das *smartshops* (entre 2007 e 2013) em formato de incensos ou misturas herbáceas (SICAD, 2013; Silva, 2012), atualmente e desde o Decreto-lei nº54/2013 de 17 abril o seu uso e abuso parece pouco expressivo. Porém, dados recentes vieram demonstrar que, no âmbito do Mecanismo de Alerta Rápido, foram identificados 16 cannabinóides sintéticos distintos no país (2017) e 15 no ano anterior (2016) (Lavado et al., 2018).

Relativamente aos seus nomes de mercado, os cannabinóides sintéticos parecem variar de região para região, embora se verifique uma tendência para manter nomes curtos e sonantes, tal como na maioria das NSP. Apesar de, na Europa, o nome mais comum ser “Spice” (OEDT, 2009), noutros países estas substâncias poderão ter outras designações, tais como: “K2” nos Estados Unidos, “Kronik” na Austrália e na Nova Zelândia (UNODC, 2013; Zawilska e Wojcieszak, 2014) e “Fidel-Mix”, em Portugal (Silva, J., 2012). De acordo com dados recentes, em 2017 foram identificadas NSP do tipo cannabinóides sintéticos em Portugal com os seguintes

nomes: CP47,497-C8, JWH-018, JWH-122, JWH-210, JWH-018 adamantyl derivado / AB-001; JWH-018 análogo; AM2201; MAM2201; AMB-FUMINACA; AMB-CHMINACA; ADB-FUMINACA; AB-FUMINACA; UR-144; RCS-4; 5FAKB48 e SDB-005 (Lavado et al., 2018).

Quanto às suas formas de apresentação, os canabinóides sintéticos são vendidos como misturas herbáceas para fumar e empacotados em sacos cromados com diferentes desenhos e figuras, embora tal aspeto possa variar. Na sua grande maioria produzidas na China, estas substâncias acabam por ser uma mistura de ervas simples (ex.: melissa, menta, timo ou damiana) que, misturadas, dissolvidas ou pulverizadas com acetona, etanol ou metanol, após uma secagem, dão forma a este tipo de produtos semelhantes à marijuana (OEDT, 2017). Nalguns casos, numa única preparação (produto) encontram-se mais do que um tipo de canabinóides sintéticos, tornando assim igualmente especial a sua ação sobre o sistema nervoso central (SNC).

O que distingue os canabinóides sintéticos da cannabis convencional é, para além da sua composição e formas de produção (sintetizadas), os seus efeitos ao nível do sistema nervoso central. Enquanto o THC (princípio ativo da cannabis) é agonista parcial dos recetores CB1, os canabinóides sintéticos parecem ser agonistas totais, o que aumenta a sua potência e, por sua vez, os seus efeitos no sujeito consumidor (OEDT, 2013; Zawilska e Andrzejczak, 2015).

Apesar da aparente ausência de dados clínicos sobre esta matéria, alguns países da Europa já apresentam dados de casos graves, por vezes mortais, associados ao consumo deste tipo de substâncias (Castaneto et al., 2014). Utilizadas também como substâncias recreativas, os seus efeitos poderão representar riscos acrescidos para a saúde, tanto pela sua difícil deteção, como pelo possível aumento dos comportamentos de risco (ex.: condução perigosa, sexo desprotegido, entre outras), tal como ocorre com muitas outras substâncias psicoativas.

3.1.2. NSP tipo estimulantes sintéticos

As catinonas sintéticas são um grande grupo de NSP disponíveis no mercado que em muito se assemelham às substâncias convencionais do tipo estimulantes do Sistema Nervoso Central. Com efeitos semelhantes às anfetaminas, estas substâncias (catinonas sintéticas e seus derivados) compreendem compostos quimicamente relacionados com a catinona, o princípio ativo e natural presente nas plantas Khat (*Catha Edulis*). Foi em meados dos anos 2000 que esta classe de substâncias entrou fortemente no mercado, nomeadamente como drogas de uso

recreativo e alternativas às substâncias psicoestimulantes já controladas (ex.: anfetaminas, metanfetaminas e MDMA).

Em 2007, na altura das *smartshops*, estas substâncias apresentavam-se essencialmente como “fertilizantes para plantas”, “sais de banho” ou “research chemicals”. Agora estas substâncias representam o segundo maior grupo de NSP disponíveis no mercado europeu. Entre 2005 e 2014 foram identificados mais de 80 derivados da catinona pelo Sistema de Alerta Rápido da União Europeia (OEDT, 2015), sendo que as mais populares parecem ser a mefedrona, a metilona e o MDPV (3,4-dimethoxypropylvalerone).

Em Portugal, de acordo com dados muito recentes, as catinonas sintéticas (que se incluem no grupo de NSP do tipo estimulantes sintéticos) mereceram destaque e, em 2017, identificaram-se as seguintes: MPHP Bufedrona, Etilona Butilona, Efilona NEH, PHP, 3-CEC, PVP, MDPHP, 2-MMC, PV9, 4-MEC, 4-MEAP, 4-CEC, Dibutilona, Etilcatinona, 4-CMC4-CMC, Pentedrona, 4-CMC, Mefedrona 4-Cl-alpha-PVP, Pentilona, Metilona e 4-CMC (Lavado et al., 2018).

Em termos de ação no corpo, as catinonas sintéticas têm a particularidade de aumentar os níveis extracelulares de noradrenalina, dopamina e serotonina, tal como acontece com substâncias do tipo estimulantes. No que respeita aos seus efeitos, estes podem variar de acordo com a dosagem, mas parecem ser essencialmente: taquicardia, bruxismo, agitação motora, ansiedade, agressividade, psicoses, entre outras (ACMD, 2010).

Enquanto parte deste fenómeno emergente e ameaça para a saúde pública, as catinonas sintéticas, tal como muitas outras NSP, não são uma descoberta necessariamente nova. A mefedrona, por exemplo, foi pela primeira vez sintetizada em 1929, tal como a PMMA, em 1938, e a MDPV, em 1969 (UNODC, 2013). Porém, o seu forte surgimento no mercado de consumos recreativos ocorreu na última década.

O aumento do número de casos graves e de morte associado ao consumo destas substâncias (principalmente da mefedrona) veio obrigar e acelerar a tomada de posição dos organismos responsáveis em matéria de drogas. Assim, a mefedrona, bem como os seus derivados, acabaram por integrar a lista de Drogas de Abuso de 1971, no dia 16 de abril de 2010. Mais tarde, não sendo um problema exclusivo de certos países do mundo, Portugal iniciou-se na discussão acerca desta substância. O forte mediatismo das *smartshops*, a declarada oferta e procura de “fertilizantes para plantas” e outros tipos de substâncias vendidas livremente, mas “impróprias para consumo humano”, forçou a implementação de novas leis, culminando, em Portugal, com o controlo desta substância a partir da Lei nº13/2012 de 26 março, incluindo a mefedrona e o tapentadol nas tabelas anexas de substâncias psicoativas

ilegais no país. Porém, a sua forte popularidade, facilidade e rapidez em termos de produção fez com que esta lei não fosse suficiente para retirá-las do mercado, verificando-se rápida e posteriormente a criação de novos compostos sintetizados e análogos à mefedrona, tais como: o 4-MEC; 4-MePPfvP; 4-MPPP e o PVP, uma substância semelhante ao MDPV (Zawilska e Andrzejczak, 2015).

Para além das catinonas sintéticas, que produzem efeitos semelhantes às substâncias estimulantes, tais como o MDMA, *ecstasy* e outras, também os análogos às anfetaminas – compostos de estrutura molecular semelhante ou com ligeiras modificações - fazem parte do mercado das NSP. Nesta categoria destacam-se os análogos de benzofurano, tais como os compostos 5- e 6-APB que, surgindo no mercado recreativo de drogas entre 2010 e 2011, se trata de substâncias estruturalmente semelhantes ao MDMA e MDA (3,4 metilenodioxianfetamina), sendo inclusivamente vendidas como estas últimas (adulteração, ou seja, consumidas involuntariamente pelos indivíduos) (Martins et al., 2015). Embora o perfil farmacológico destas substâncias - 5- e 6-APB - indique que as mesmas combinam propriedades estimulantes e alucinogénias, informação secundária e proveniente de testemunhos de consumidores sugere que os efeitos podem ser ainda mais fortes e intensos do que os do MDMA, uma substância reconhecidamente estimulante. Relatórios recentes sugerem que, na grande maioria dos casos, sintomas como a taquicardia, hipertensão, palpitações, insónias, febre, midríase (dilatação da pupila), suores e tremores são comuns entre os seus consumidores. Relativamente aos efeitos do foro psicológico associados ao consumo de 5- e 6-APB, sintomas como ansiedade, agressividade, paranoia, confusão, psicose, alucinações e episódios dissociativos são igualmente frequentes (Zawilska e Andrzejczak, 2015).

No que respeita ao estatuto legal destas substâncias, os análogos de benzofurano já se encontram sujeitos a controlo em países tais como o Canadá, Alemanha, Nova Zelândia, Polónia e Inglaterra. Relativamente aos análogos do aminorex, tais como o 4,4'-DMAR e o MDMAR, também suscetíveis de se incluírem na classe das substâncias estimulantes graças aos seus efeitos psicoativos, acabaram por ser consideradas substâncias de risco elevado, em 2014, integrando a lista de NSP que vão surgindo para fins de uso e abuso (OEDT, 2014).

Disponíveis em pó ou em comprimidos, muitas destas substâncias foram surgindo com nomes muito idênticos às drogas recreativas mais tradicionais – “Playboy”, “Mitsubishi”, “Transformers”, entre outras. Embora estes sejam alguns dos nomes identificados, é possível, tal como acontece com as outras NSP, que as mesmas apareçam no mercado como meras pastilhas de *ecstasy*. Em Portugal, com exceção para a butilona, que se apresenta em

comprimidos, as amostras recolhidas apresentam-se essencialmente em pó (Lavado et al., 2018).

Quanto às suas formas de consumo, de acordo com informações recolhidas pelo Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, nomeadamente a partir de fóruns e sites de consumidores associados a este tipo de mercado, o seu consumo oral e nasal parecem ser os mais comuns (OEDT, 2014).

Relativamente aos seus efeitos, apesar de se tratar de substâncias deveras semelhantes às anfetaminas-d, a sua ação no Sistema Nervoso Central é igualmente particular, já que parece ser mais potente ainda do que o MDMA tradicional. Apesar de existir pouca informação, testemunhos de consumidores sugerem que substâncias como o 4,4'-DMAR e MDMAR podem provocar sintomas, tais como: náuseas, midríase, disforia, agitação, transpiração, batimentos cardíacos acelerados, boca seca, psicose, alucinações e hipertermia.

Em termos de problemas maiores associados ao consumo destas substâncias, num total de 27 mortes assinaladas, 8 foram na Hungria e 19 na Inglaterra (OEDT, 2014).

3.1.3. NSP tipo alucinogénias/psicadélicas

Na classe das NSP alucinogénias destaca-se o surgimento de compostos tais como a segunda geração de fenetilaminas-2C – NBOMes -; a metoxetamina (MXE), a difenidina e a 2-metoxidifenidina, embora possamos ainda incluir outras e o exemplo da *Sálvia Divinorum* que, pela sua história e prevalência de consumo associada essencialmente na altura das *smartshops*, conferem sentido à sua apresentação e inclusão neste grupo (Calado, 2013).

A base estrutural da fenetilamina encontra-se entre diversas NSP, nomeadamente nas catecolaminas, anfetaminas, catinonas e drogas 2C, embora no presente estudo sejam incluídas na categoria de NSP do tipo psicadélicas ou alucinogénias e não nas NSP tipo estimulantes e/ou no grupo das catinonas sintéticas. Desde o controlo legal das substâncias 2C-B, em 1995, vários compostos foram sendo reinventados, sintetizados e colocados no mercado, como é o caso dos substitutos das fenetilaminas, tais como: “NBOMes”; “25B-NBOMe”; “2C-B-NBOMe”; “25C-NBOMe”; “2C-C-NBOMe”, “25I-NBOMe”, “2C-I-NBOMe”, entre outros.

Vendidas com vários nomes – “N-Bomb”, “Smile”, “CIMBI-5”, entre outros –, estas são substâncias que, pelos seus efeitos, se assemelham e enquadram na categoria de drogas alucinogénias, permitindo-nos categorizá-las como NSP tipo alucinogénias. No entanto, para além de algumas também poderem provocar efeitos estimulantes, como o 2C-B, que combina efeitos estimulantes e psicadélicos, a sua potência parece variar de igual forma. O composto

“25I-NBOMe”, por exemplo, parece ser, dentro deste grupo de substâncias, o mais forte em termos de efeitos no sujeito consumidor. Produzidas com o intuito de se assemelharem às drogas alucinogénias, algumas destas substâncias chegaram a ser vendidas no mercado como substitutos do LSD, tal como aconteceu com os compostos 25I-NBOMe e 25C-NBOMe (OEDT, 2014a; Zawilska e Andrzejczak, 2015).

Em Portugal, foram identificadas, em 2017, 6 tipos distintos e 4 no ano anterior (2016). De acordo com informação recentemente obtida, estas foram as feniletilaminas identificadas no âmbito do mecanismo de alerta rápido a nível nacional: 2C-E, 6APB, 25G-NBOMe, 25C-NBOMe, 25I-NBOMe e DOC (Lavado et al., 2018).

Em termos de apresentação e formas de uso, as substâncias-tipo NBOMe podem ser encontradas no mercado em forma de comprimidos, cápsulas, pó, líquido, *spray* ou em pequenas doses individuais e empacotadas. Em Portugal, tendo em conta as apreensões realizadas, a principal apresentação destas substâncias parece ser os micro-selos. No entanto, podem ainda apresentar-se de outras formas, como em pó (DOC) e em comprimidos (2C-E e 6APB) (Lavado et al., 2018).

Embora normalmente via oral, este tipo de substâncias pode ser consumido via nasal, o que fará variar a duração dos seus efeitos, tal como acontece com outras substâncias. Dependendo também da dosagem, estes poderão oscilar entre as 3 e as 10h de duração, podendo aumentar significativamente nos casos de sobredosagem. A curto prazo, o sujeito poderá sentir efeitos que variam entre euforia; empatia; sentimentos de amor; sociabilidade acrescida; aumento da acuidade visual, auditiva, olfativa e táctil; alucinações; experiências transcendentais e efeitos psicadélicos, tal como a despersonalização do indivíduo. Já no que respeita aos efeitos indesejados (efeitos negativos), estes parecem variar entre náuseas, vómitos, dores de cabeça, suores e disúria temporária (dificuldades em urinar). No caso de doses mais elevadas, estes podem incluir sensações como a distorção do tempo e do som, alucinações negativas, ansiedade, pânico, fobia, forte agitação, agressividade, insónias, psicose, convulsões agudas, problemas renais, delírio, tremores, paragens cardiorrespiratórias inesperadas, taquicardia, entre outras (Zawilska e Andrzejczak, 2015).

Atualmente os compostos NBOMe (e as suas famílias) já se encontram controlados nalguns países do mundo, tais como Israel, Polónia, Suécia, Estados Unidos, Austrália, Roménia, Rússia, Sérvia e Inglaterra. Entretanto, em Portugal, esta família de substâncias foi recentemente colocada sob controlo na Tabela II-A anexa ao Decreto-Lei nº15/93 de 22 de janeiro a partir da lei nº 7/2017 de 2 de março.

Ainda incluídas na classe de NSP alucinogénias, existem outros compostos que se apresentam como alternativas a substâncias já controladas, como o caso da Metoxetamina (MXE). Identificada pela primeira vez no mercado a partir de maio de 2012, a metoxetamina foi sendo promovida como uma substância “legal” e alternativa à quetamina, já que se trata de um derivado desta última. Vendida geralmente em pó, esta droga de uso e abuso foi experienciando vários nomes, tais como: “MXE”; “Mexxy”; “M-Ket”; “MEX”; “Kmax”; “Special M”; “Quetamina legal”; “Minx”; “Jippe”, entre outros (OEDT, 2014b; OMS, 2014).

Quanto às suas formas de consumo, a metoxetamina parece ser essencialmente consumida via oral e nasal (inalada, distribuída pelo papel do cigarro ou dissolvida numa solução), embora possa ainda ser consumida via intravenosa (injetada).

Em termos de efeitos, apesar da informação disponível ser ainda muito limitada e baseada em testemunhos de consumidores presentes em fóruns e sites de discussão dedicados ao tema, a sua ação parece ser igualmente semelhante à quetamina, sendo inclusivamente considerada uma nova substância sintética recreativa (OMS, 2014). Assim, os efeitos ditos positivos variam entre euforia, aumento dos níveis de empatia e interação social, sensação de calma e paz, alucinações visuais, aumento das experiências sensoriais e transcendentais, introspeção e dissociação corporal. Já o seu consumo em doses elevadas poderá levar à ocorrência de efeitos indesejados ou negativos, tais como experiências de quase morte, lentidão na fala, distorção da perceção do tempo, dificuldades de concentração, descoordenação motora, ansiedade, fobias, paranoia, agitação psicomotora e impulsos para a repetição e continuação do consumo da substância (Corazza, Ossi e Schifano, 2013).

Quanto ao seu estatuto legal, a Metoxetamina (MXE) é uma substância que atualmente se encontra sob controlo em 9 países do mundo – Brasil, Israel, Japão, Polónia, Rússia, Suécia, Suíça, Inglaterra, e Estados Unidos da América (EUA). Porém, e seguindo a lógica de ação e surgimento das NSP, o controlo desta substância fez com que muitas outras fossem aparecendo no mercado de drogas com vista ao controlo da lei vigente, tais como os exemplos da Difenidina (MXP) e da 2-metoxidifenidina (2-MXP). Estes compostos, enquanto derivados da piperidina, muito se assemelham à substância MXE, tanto em termos de ação no sistema nervoso central (SNC), como em termos de efeitos.

Relativamente a outras NSP do tipo psicadélicos que incluímos nesta categoria, substâncias como o 5-MeO-DPT e o DMT foram identificadas em Portugal recentemente, embora com muito pouca expressão no país em termos de apreensões (Lavado et al., 2018). São, porém, exemplos que mais tarde retomaremos aquando da análise de resultados.

Por último, e não menos importante, incluímos ainda na categoria das NSP tipo-alucinogénias a *Sálvia Divinorum* que, longe de ser uma substância nova, foi das NSP mais famosas e polémicas na altura das *smartshops* em Portugal, existindo inclusivamente antes desta época (Calado, 2013). Salvinorina A é o composto ou princípio ativo desta substância. A Salvinorina A ativa os recetores opióides no cérebro e, neste sentido, é a única, entre milhares de espécies do género *Sálvia*, que apresenta efeitos psicoativos alucinogénios claros, embora se suspeite que outras espécies possam conter essas propriedades.

Originária do México, da Serra Mazateca, a *Sálvia Divinorum* é um alucinogénio de curta duração vendida com o intuito de ser fumada em cachimbos para produzir efeitos alucinogénicos fortes e, ao que parece, é uma das substâncias mais famosas e discutidas em fóruns de consumidores de substâncias (Calado, 2013). Em Portugal, de acordo com dados recentes, as suas apreensões no país não se revelam especialmente relevantes (Lavado et al., 2018).

No mercado, esta substância poderá ser encontrada à venda como extratos de folhas fortificadas que, tratando-se de folhas de *Salvia Divinorum* banhadas em solução de salvinorina A, poderão apresentar-se em proporções que variam entre 5 vezes (5X), 10 vezes mais (10X), chegando até 60 vezes mais (60X) do que uma folha normal. Tais porções correspondem, assim, ao seu nível de potência (cf. Figura 3.1.).



Figura 3.1. Apresentação da *Sálvia Divinorum* no mercado.

Fonte: <https://smartshopjardimdosdeuses.lojaintegrada.com.br/salvia-divinorum-5x10x15x25x>.

Relativamente aos seus efeitos no sujeito consumidor, estes surgem rapidamente e podem ser extremamente fortes, diminuindo gradualmente. A duração total da experiência pode ser de poucos minutos a 1 hora. Existe a hipótese desta substância provocar efeitos secundários muito graves, tais como, no limite, casos de suicídio involuntário e/ou crises psicóticas graves.

Desta forma, como efeitos ditos positivos podemos destacar o facto de os mesmos serem de curta duração (quando fumada), a ocorrência de uma mudança radical da perspetiva do sujeito sobre a realidade, o aumento da apreciação sensorial e estética, a experiência de criatividade nos sonhos e uma maior perceção sobre assuntos pessoais. Já os efeitos negativos poderão passar, para além da experiência de suicídio, por experiências muito intensas como o medo, terror, pânico, aumento da transpiração, possível dificuldade em integrar experiências, dificuldades extremas em controlar os músculos e manter o equilíbrio, dor de cabeça forte a moderada, principalmente após o efeito da substância, irritação dos pulmões e insónias.

Quanto ao seu estatuto legal, embora a *Sálvia Divinorum* seja permitida em grande parte dos países, já foi ilegalizada nalguns e, em Portugal, tornou-se proibida em abril de 2013, com o Decreto-lei nº54/2013. Se por acaso considerássemos que as NSP dizem apenas respeito a drogas que apareceram no mercado durante a última década, recorrendo às afirmações de um dos nossos entrevistados, perceberíamos que o seu consumo em Portugal é anterior à época hegemónica dos pontos de venda de NSP, as famosas *smartshops*:

“A Sálvia é uma NSP? (...) Eu experimentei Sálvia pela primeira vez em 1987, tinha eu 17 anos (...). Foi a primeira vez que experimentei, mas não foi a primeira vez que ouvi falar na substância.” (E2)⁷.

3.1.4. NSP depressoras ou dissociativas tipo-opiáceos

Para além de todas as NSP mencionadas imediatamente acima, surgem ainda algumas NSP depressoras ou dissociativas, tais como as substâncias tipo-opiáceos, entre outras. Embora seja reduzido o conhecimento disponível acerca destas, à partida, no mercado recreativo de drogas é possível identificar duas novas substâncias sintéticas deste tipo – AH-7921 (OEDT, 2014c) e MT-45 (OEDT, 2014d).

⁷ Ver, por favor, mais à frente, na metodologia, o ponto 5.3.3. - Entrevista dirigida a informantes privilegiados para recolha de informação complementar.

AH-7921 foi um composto sintetizado originalmente por Allen e Handburys Ltd. e patentado em 1976 como um analgésico opióide. No entanto, foi a partir de 2012 que, pela primeira vez, vários países da União Europeia foram dando conta do seu aparecimento no mercado de drogas sob a designação “doxylam” (OEDT, 2014c).

Enquanto substância semelhante à morfina, para além das suas propriedades altamente aditivas, os efeitos da AH-7921 variam entre anestesia, hipotermia, sedação, depressão respiratória e meiose. Para além disto, testemunhos de consumidores presentes em sites, fóruns e plataformas de discussão associadas ao tema, identificam sensações que passam pelo relaxamento, euforia, analgesia, estado de alerta, náuseas e ocorrência de tremores na baixa dos efeitos da substância (OEDT, 2014e).

Embora pouco se saiba acerca da prevalência e padrões de consumo desta substância, no que respeita às suas formas de consumo, dados sugerem-nos que a AH-7921 é essencialmente consumida via oral, apesar de poder ocorrer ainda via nasal, intravenosa e sublingual.

No que respeita ao seu estatuto legal, o composto AH-7921 encontra-se atualmente sob controlo na Austrália, no Brasil, em Israel, na Polónia, na Rússia, em Inglaterra e nos EUA.

Também o composto MT-45, igualmente desenvolvido na década de 70 por uma farmacêutica Japonesa, se inclui na classe das NSP sintéticas tipo-opioides. Enquanto substância semelhante ao composto AH-7921, a informação disponível sugere que o seu consumo parece ser essencialmente oral ou por insuflações nasais, podendo ainda ocorrer por via intravenosa, intramuscular ou via retal.

Em termos do seu estatuto legal, a substância MT-45 encontra-se, até aos dias de hoje, ilegalizada apenas em dois países da Europa – Polónia e Inglaterra. Em Portugal, para além de não existirem dados concretos acerca destas substâncias, assume-se que, desde abril de 2013, estas são também substâncias ilegais no nosso país.

No entanto, é impossível reduzir esta categoria de substâncias (NSP depressoras ou dissociativas tipo-opiáceos) a estes dois compostos apenas. Mais uma vez, recordando a imensidão de NSP disponíveis no mercado e alguns dados recentes obtidos num relatório nacional, nota-se um ligeiro aumento ao nível das apreensões realizadas a NSP deste tipo nos últimos anos, embora estas pareçam ocupar um lugar residual no mercado de drogas nacional (Lavado et al, 2017).

4. MERCADOS EMERGENTES DE DROGAS

4.1. Novas drogas, novos mercados: o lugar do espaço virtual

Uma das grandes novidades dos últimos 20 anos é a capacidade de comunicar, obter informação e aceder a espaços longínquos através de um simples *click*. Seria quase impossível desenvolver qualquer discussão ou debate sobre as NSP sem mencionar o impacto que as tecnologias de informação e comunicação têm em si atualmente, mesmo reconhecendo que o tema em muito se possa assemelhar ao paradigma mais antigo das drogas convencionais e aos hábitos mais tradicionais de consumo.

A globalização implica um conjunto de transformações sociais, nomeadamente no que toca ao tema “drogas e consumos”. Para além da diversidade de substâncias, a globalização dos mercados de droga na internet é um fator determinante na história das NSP, nomeadamente pela sua grande novidade que diz respeito à possibilidade de criação de mercados sem fronteiras físicas, ou seja, com outra dimensão (virtual) para além daquela que até há poucos anos estávamos habituados.

Embora as NSP tenham surgido em Portugal essencialmente a partir das famosas *smartshops* ou pontos de venda de substâncias psicoativas, noutras países e à escala internacional este fenómeno apresenta outros contornos, o que se percebe não só pela prevalência de consumo de NSP entre a população (Eurobarómetro, 2014), como também pela identificação de mais ou menos NSP em determinados países da europa (Benschop et al., 2017; Vavrincikova et al., 2016) e do mundo (UNODC, 2013). Dito de outra forma, uma questão transversal a este fenómeno, tal como mencionado várias vezes ao longo deste trabalho, é a era em que o mesmo se situa, ou seja, numa época em que a internet desempenha um papel fundamental em todas as sociedades contemporâneas, mesmo que de forma distinta entre as mesmas (OEDT, 2016).

Com uma comunicação mais ou menos estreita entre os indivíduos, o avanço das tecnologias tem um impacto evidente no mercado de drogas, já que para além de estimular a criação de uma sociedade de informação e de relações sociais mediadas e ocorridas em espaços virtuais, permite um conjunto de facilidades para os diversos agentes envolvidos. Assim, hoje em dia, a internet funciona não só como um importante espaço de socialização e interação entre os indivíduos, como também é facilitadora de trocas de informações e opiniões entre eles,

sendo, portanto, um aspeto fundamental e diferenciador no que toca ao atual debate acerca do fenómeno das drogas e dos consumos. Neste contexto, a possibilidade de anonimato dos intervenientes e de resguardo de contato pessoal é uma estratégia de proteção e uma vantagem clara na dinâmica destes mercados online, criando então novos grupos de indivíduos, as ditas “comunidades online”.

Assim, na última década, a problemática da droga tem sofrido várias alterações que a investigação científica tem procurado acompanhar e responder. Grande parte destas mudanças têm sido impulsionadas pela inovação tecnológica, com impactos em novas formas de comunicação, interação e comercialização de substâncias, mas também graças às abordagens teóricas e empíricas que configuram a recente investigação neste campo. Neste sentido, o atual foco de atenção colocado no papel que a internet desempenha no mercado de oferta e procura de drogas ilícitas, no geral, e de novas substâncias psicoativas, em particular, tem sido uma das principais evidências, mas também um dos principais desafios no que respeita às dinâmicas mais tradicionais de intervenção (Wouters e Fountain, 2015) e investigação nos últimos anos (novas substâncias, novas rotas de narcotráfico, novas formas de aquisição e o surgimento de novas redes criminosas) (Nabben, 2015; OEDT, 2016). Consequentemente, é impossível desenvolver conhecimento em torno do tema das NSP sem reconhecer as características dos espaços virtuais enquanto contextos de socialização de indivíduos e até partilha de substâncias psicoativas.

O aparecimento e a expansão de NSP no mercado, seja ele de rua ou virtual, trazem consigo múltiplas explicações e conceitos que se cruzam numa relação simbiótica de dois agentes fundamentais no fenómeno da droga - o consumidor e o produtor/vendedor de NSP. Se por um lado o consumidor destas novas drogas parece beneficiar de maior acessibilidade e de anonimato no consumo, devido à sua difícil deteção e formas de aquisição (internet), por outro alguns investigadores defendem que este fenómeno poderá, de certa forma, reduzir o tamanho do mercado de drogas ilícitas, proporcionando uma alternativa legal e mais segura em comparação às drogas ilícitas, tanto para os próprios vendedores/produtores, como para os seus consumidores finais (Aldridge e Décary-Héту, 2014; Nabben, 2015; OEDT, 2016; Tzanetakis, 2015; Winstock e Wilkins, 2011).

Se a internet democratiza o acesso à informação, mantendo-a acessível a todos, ao mesmo tempo que proporciona novas oportunidades para os múltiplos agentes envolvidos nos mais diversos temas, neste cenário digital, os consumidores de substâncias, os *dealers*, os investigadores e os interessados no tema das drogas fazem uso da tecnologia, tirando partido do fácil acesso à internet e dos dispositivos móveis. Desta forma, o desenvolvimento dos meios

de informação e comunicação tem provocado a emergência de fóruns de discussão, páginas, aplicações e outros instrumentos onde o tema droga é discutido e as substâncias são promovidas, despromovidas e até comercializadas (Wouters e Fountain, 2015). Assim, alguns estudos têm-se centrado na questão do mercado online das novas substâncias psicoativas, ressaltando a capacidade deste se adaptar e responder aos mercados, culturas e hábitos de consumo de cada país ou realidade, tais como o exemplo do *I-TREND – Internet Tools for Research in Europe on New Drugs*, um software que monitoriza as lojas de NSP online e a nível mundial (OEDT, 2016) e da análise de fóruns de discussão e até aquisição de algumas substâncias, como os estudos levados a cabo por Vasco Calado, em 2013⁸, e pela Associação Piaget para o Desenvolvimento (APDES)⁹.

Importa lembrar que, tal como a grande maioria das problemáticas sociais, é sempre possível identificar vantagens e desvantagens associadas que, obviamente, merecem toda a nossa atenção. Por exemplo, estudos sugerem que a dimensão virtual dos mercados poderá reduzir os conflitos interpessoais, já que as interações são apenas online e baseadas no anonimato (Aldridge e Décary-Hétu, 2014; Nabben, 2015; Pires et al, 2015). Nestes casos, com benefícios para ambas as partes, o produtor e/ou vendedor e o consumidor, que mantêm o anonimato, obtendo substâncias aparentemente mais puras e de qualidade superior com uma maior aproximação entre os indivíduos, existe uma menor probabilidade de adulteração das substâncias (idem), embora isto possa ser discutível, nomeadamente no que toca aos produtos que os consumidores finais¹⁰ de determinadas substâncias têm acesso e acabam por consumir. De facto, questões como a adulteração de substâncias e consumo involuntário de NSP têm sido mencionadas ao longo de alguns estudos a nível nacional (Lavado et al., 2018; Martins et al., 2015; Pires et al., 2015).

Neste sentido, para melhor explicar todas estas questões que se impõem e parecem, de certa forma, contribuir para a transferência dos mercados físicos para os mercados virtuais, passamos à introdução e ao desenvolvimento do dito “submundo da web”. Tanto na *surface*, a

⁸ Este exemplo refere-se ao estudo de Vasco Calado sobre NSP, em 2013: “Novas Substâncias Psicoativas - O caso da *Salvia Divinorum*”, já que o mesmo inclui uma análise aos mais diversos fóruns de discussão e plataformas onde vários sujeitos discutem este tema e, em especial, uma NSP muito mediática na altura das *smartshops* em Portugal – a *Sálvia*, um famoso e potente alucinogénio de curta duração.

⁹ Neste caso, destacamos o projeto desenvolvido por esta organização em Portugal – “NPS in Europe” – que, embora focado em consumidores problemáticos de NSP, nos permite aceder a informações importantes no que respeita à dimensão virtual do fenómeno das NSP em Portugal e no mundo (Pires et al., 2015). Mais informação disponível em: <http://www.npsineurope.eu/>.

¹⁰ Por “consumidores finais” entendemos todos os sujeitos que, por último e efetivamente, consomem as NSP.

internet acessível todos, como na *deepweb*, a internet mais “restrita”, ou seja, aquela que não pode ser acedida através de servidores convencionais¹¹, as NSP e as suas novas dinâmicas associadas parecem ocupar um lugar especial no debate de todas estas questões, sendo, portanto, fundamentais para este trabalho.

4.2. NSP, mercados virtuais e suas características particulares

As NSP surgem sobretudo na *deepweb*, a partir da “darknet” e em formato de “criptomercados”, ou seja, os mercados online, anónimos e acessíveis a partir de browsers específicos que protegem os utilizadores e o seu histórico de utilização do espaço virtual. Sendo esta uma característica fundamental para a compreensão deste fenómeno, um dos grandes exemplos é o *Tor*, acrónimo de “The Onion Router”, um motor de busca que esconde o endereço IP dos computadores, a primeira identificação do sujeito utilizador da internet, de forma a garantir a sua privacidade e tornar possível fazer qualquer tipo de transação sem por isso terem de se identificar (OEDT, 2016).

Nestes espaços comerciais virtuais não há constrangimentos legais ou outros, pois o nível de controlo e confronto entre os mais diversos agentes possíveis de se envolver no assunto (por ex.: vendedor, consumidor, polícia) ocupam e agem num espaço invisível onde questões como a identidade, o reconhecimento dos indivíduos, os flagrantes delitos ou até a vergonha e o preconceito associados são esbatidos pela forma requintada como tudo é pensado e executado. Fala-se, inclusivamente, em formas de “sucesso criminal”, ou seja, novas maneiras de, por exemplo, vendedores de substâncias se apresentarem e fazerem sucesso no mercado, sendo inclusivamente considerados “grandes empreendedores” no mercado de drogas (Aldridge e Décary-Hétu, 2014).

Um dos primeiros *criptomercados* a surgir, em 2011, foi o “Silk Road”, um sofisticado e inovador *marketplace*, onde era possível adquirir todos os tipos de substâncias e aos mais variados preços. Uma das suas características inovadoras desse mercado de sucesso foi o facto de este requerer toda uma avaliação (*feedback*) para desta forma garantir a satisfação dos consumidores, através de *ratings* associados ao produtor, ao vendedor e até aos consumidores finais. O estabelecimento de relações de confiança entre os seus utilizadores e a promoção de demonstrações de qualidade e fiabilidade perante potenciais clientes parecem ser

¹¹ Por servidores convencionais entendemos, por exemplo, servidores tais o *google*, *internet explorer*, *firefox*, *safari*, entre outros, ou seja, aqueles que rapidamente acedemos na dita internet “normal” e acessível a todos.

alguns dos fatores importantes que, combinados, tornam estes mercados tão especiais e repletos de benefícios para os seus utilizadores quando comparados ao mercado tradicional de drogas.

O *Silk Road*, o *criptomercado* pioneiro e mais famoso da história, encerrou em outubro de 2013, mas, tal como acontece até com as próprias NSP, outras plataformas surgiram posteriormente, tais como o *Black Market Reloaded*, *The Armory*, *Evolution*, *Agora*, entre outras. No cumprimento da sua vocação mercantilista, estes tipos de plataformas foram aprimorando a forma como estas monitorizam todos os processos inerentes aos encontros entre os indivíduos e às suas trocas ou transações, sendo considerados mercados “resilientes”, ou seja, capazes de se adaptarem às adversidades e obstáculos que vão surgindo gradualmente (OEDT, 2016). Dito de outra forma, os *criptomercados*, estes novos mercados de drogas que aqui apresentamos e ilustramos a partir do exemplo do “*Silk Road*”, parecem corresponder à segunda geração de redes paralelas de tráfico de substâncias que, de acordo com alguns autores (Aldridge e Decary-Héту, 2014; Hout e Bingham, 2013), se distinguem pelas seguintes características principais:

- I. Os pagamentos são efetuados a partir de uma moeda virtual (bitcoins, por exemplo);
- II. Aos utilizadores é exigido que aceitem o protocolo de anonimato (por exemplo, Tor ou Projeto Invisível de Internet – I2P), de forma a assegurar a inexistência de elementos identificativos e eliminar as probabilidades de rastreio e identificação dos servidores ocultos;
- III. Verifica-se um incentivo à confidencialidade das transações envolvidas, de modo a evitar capturas e partilha de informações acerca de dinâmicas ilícitas;
- IV. Recorrem a um sistema de avaliação online, onde os vários intervenientes podem dar o seu feedback acerca de determinada transação, produto ou entrega, diferenciando e destacando assim alguns critérios de qualidade.

Se por um lado a comunicação é encriptada, ou seja, codificada, por outro o sistema de transações e pagamento de serviços recorre a moedas que são igualmente invisíveis e difíceis de rastrear, facilitando assim todo o processo de cariz ilícito eventualmente temido pelos sujeitos envolvidos, sejam eles produtores, vendedores ou mesmo consumidores. Estamos, portanto, perante um mercado inovador de drogas que, de acordo com alguns autores, poderá inclusivamente representar alguns benefícios para os seus utilizadores (Aldridge e Dé Cary-Héту, 2014; Tzanetakis, 2015), não só porque se baseia no anonimato, evitando assim o

confronto e encontro das partes envolvidas, como também porque todas estas questões parecem diminuir as probabilidades e possibilidades de conflitos e violência entre os indivíduos.

Retomando o exemplo português em concreto, no que respeita ao recurso a plataformas deste tipo, embora haja muito pouca informação acerca do assunto, não só já se fala de uma "população internauta" há mais de uma década (Calado, 2006; 2013), como muitos dos profissionais da área consideram que as NSP existem no país e são essencialmente vendidas na internet (Lavado et al., 2018). No entanto, do ponto de vista dos consumidores de NSP, estudos indicam precisamente o contrário, ou seja, que a internet e estas plataformas onde se podem adquirir NSP, embora possam servir como uma fonte de informação sobre drogas, não aparentam ser as principais formas de aquisição de NSP no país (Balsa et al., 2018; Benschop et al., 2017; Carapinha e Calado, 2018; Lavado et al., 2018).

Assim, é nesta lógica de forte dinamismo e corrida atrás das melhores soluções para responder ao fenómeno de oferta e procura de drogas que, tanto os vendedores como os consumidores de substâncias e até os órgãos responsáveis em matérias de droga vão também melhorando a adaptando-se de forma cada vez mais criativa e eficaz a toda esta conjuntura e desafios que vão surgindo. Ao mesmo tempo que percebemos que a internet desempenha um papel fundamental no fenómeno das NSP, verificamos que ao nível dos indivíduos consumidores portugueses este tipo de mercados não tem grande expressão, o que não deixa de ser curioso. Olhando para resultados internacionais, de acordo com os dados obtidos no NPS-t, em 6 países da Europa, Portugal é o segundo país com menos respondentes no grupo de consumidores virtuais de NSP (63 em 240 respondentes), a seguir à Irlanda (11 em 62 respondentes). Note-se que, neste estudo, numa amostra total 3,023 consumidores de NSP, o grupo de consumidores virtuais foi o que apresentou mais respondentes (2,110) face aos restantes – 647 no grupo de consumidores recreativos de NSP e 266 no de consumidores marginalizados ou problemáticos de NSP.

II PARTE

5. MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

5.1. Contextualização do estudo no quadro de uma investigação europeia

Como mencionado anteriormente, esta tese teve como ponto de partida o estudo europeu intitulado *New Psychoactive Substances: Transnational Project on different user groups, user characteristics, extent and patterns of use, markets dynamics and best practices in prevention*. Apropriando-nos de alguns materiais de recolha de dados (questionário e *flyers* do projeto NPS-trans), oportunidades de conhecimento e contatos que foram sendo estabelecidos ao longo de todo o processo de investigação, o questionário que utilizamos aqui foi adaptado à nossa pesquisa e às nossas perguntas de investigação.

Baseado essencialmente em metodologias extensivas de investigação, este (tese) é um trabalho que procura descrever, mas também enquadrar e inventariar estas substâncias no contexto português, sendo este o seu grande contributo científico. Tratando-se de um tema complexo, graças às próprias substâncias em si – novas, muitas vezes utilizadas num regime de consumo não-intencional – e à parca investigação disponível, o desenho desta pesquisa, bem como todos os seus aspetos metodológicos foram um processo de descoberta diário e nesta fase explicados de forma detalhada. O fenómeno das NSP traz para debate questões mais profundas de análise, tais como os seus locais habituais de aquisição e novas características particulares apresentadas e discutidas ao longo deste documento. Os consumos recreativos, bem como os consumos online são realidades que, no caso específico destas substâncias e tal como explicado anteriormente, conferem especial importância ao nosso objeto de estudo (Calado, 2013; OEDT, 2015; 2016). No entanto, a experiência de investigação anterior, bem como as normais e expectáveis diferenças culturais entre os países envolvidos – Portugal; Holanda; Alemanha; Hungria; Polónia e Irlanda -, fez com que essas desigualdades se tornassem ainda mais interessantes do ponto de vista científico: afinal, qual é a dimensão do fenómeno das NSP em Portugal e como chegar até aos tão discretos consumidores destas substâncias já que nos deparamos com uma realidade tão distinta, escondida e particular face aos restantes exemplos europeus?

De forma a facilitar a compreensão do objeto em estudo, importa relembrar as principais questões de investigação apresentadas anteriormente na introdução e que orientam este trabalho:

1. Em termos teóricos e práticos, o que são Novas Substâncias Psicoativas (NSP)?
2. Quem são os consumidores de NSP em Portugal?
3. Quais são as principais NSP consumidas em contexto português?
4. Onde é que se adquirem e consomem as NSP?
5. No caso específico português, quais são as particularidades associadas a este fenómeno?

Com vista à obtenção de um produto final possível de fornecer pistas à área da intervenção e da prevenção, bem como colocar novas questões de investigação, o trabalho que se segue combina um conjunto de dados recolhidos no âmbito do projeto *NPS-trans*, mas também uma forte reflexão em termos conceptuais, incluindo por isso algumas fontes alternativas de informação. De forma a melhor explicar todo este processo, importa voltar um pouco atrás e enquadrar todos os passos que foram sendo dados no tempo e no espaço, identificando todos os participantes envolvidos (profissionais e respondentes) e todos os produtos desenvolvidos em equipa, destacando as suas principais decisões, dificuldades e argumentos associados. Destacando apenas o contexto português, organizamos todo este processo nos 3 passos seguintes:

1. Colaboração na elaboração do questionário aplicado online e face a face, explicando todo o seu processo de construção e adaptação à realidade portuguesa;
2. Processo de recolha de informação, principais dificuldades sentidas e consequências no desenho da presente pesquisa;
3. Realização de entrevistas semiestruturadas a “especialistas em NSP”, enquanto material de apoio e forma de acesso a dados mais aprofundados e privilegiados acerca deste tema.

Estes três passos, que de seguida detalhamos, traduzem a forma como optamos por organizar a informação recolhida e, por sua vez, apresentá-la situada no contexto político-social português face a este fenómeno e ao consumo de substâncias em geral.

Para além da escassa investigação científica em torno do tema das NSP, exatamente por ser um fenómeno recente, uma das primeiras questões a surgir foi a dificuldade em perceber em que moldes é que Portugal abordava agora este fenómeno, ou seja, todo período a partir de

abril de 2013, altura em que as *smartshops* ou pontos de venda de novas substâncias psicoativas foram encerrados no país.

A ausência de uma definição concreta, capaz de delimitar conceptualmente estas substâncias e identificá-las de forma clara foi um dos primeiros problemas identificados, sendo por isso debatido logo na primeira parte do nosso trabalho. Apesar de ser possível contextualizar o aparecimento destas novas drogas em Portugal, identificando alguns momentos-chave associados a este fenómeno e autores que se dedicam ao estudo do tema, esta etapa deu-nos a sensação de que, atualmente, este não é um tema publicamente debatido, ou seja, suficientemente próximo e conhecido entre a população.

Em termos gerais, um primeiro aspeto a destacar diz respeito às dificuldades sentidas na designação de NSP, verificando-se uma variação entre definições mais científicas, baseadas em matéria empírica; regulatórias, baseadas no estatuto legal das substâncias, e do senso-comum, construídas a partir da impressão que foi sendo deixada essencialmente a partir de 2007, com o aparecimento das cerca de 60 *smartshops* em Portugal.

De acordo com Alan Bryman (2012), uma das questões mais importantes no desenvolvimento de investigação nas ciências sociais é a definição rigorosa dos conceitos que se trabalham e procuram desenvolver do ponto vista científico. Para este autor, estes são a base de qualquer teoria e representam em si mesmo a razão e o fio condutor da investigação que é levada a cabo sobre os mais variados temas. Como explicado anteriormente, as dificuldades sentidas em encontrar uma definição consensual de NSP refletiram-se não só ao longo de todo o processo de recolha de dados entre os consumidores destas substâncias (que explicaremos mais à frente), mas também entre os profissionais portugueses da área que, ao que parece, apresentam numerosas questões e incoerências no que toca ao conceito que aqui nos propomos estudar. De acordo com entrevistas realizadas a estes, o termo “Novas Substâncias Psicoativas” não é uma designação muito fácil e consensual, sendo por isso um conceito pouco próximo e, por isso, alvo de alguma confusão e fragilidades em termos conceptuais (Henriques et al., 2018).

Não menos importante é o facto de Portugal ser reconhecido internacionalmente pelas suas políticas da droga, o que provavelmente poderá diferenciá-lo de outros exemplos europeus, já que as políticas de descriminalização do consumo de drogas vieram também alterar a forma como os portugueses se comportam “legalmente” com este tópico e introduzem, ou não, as múltiplas e criativas formas de contornar leis e fugir ao controlo das autoridades responsáveis por esta matéria.

Por tudo isto, e por este trabalho procurar obter, desde o início, respostas relacionadas com a prevalência de consumo de NSP, as suas formas de uso, mercados e problemas

associados, os dados recolhidos são fruto de um inquérito por questionário anónimo desenvolvido a partir do projeto transnacional *NPS-trans*, mas sujeitos a uma análise ajustada, cuidada e focada nas nossas questões de investigação, dando primazia ao contexto português e evidenciando as suas particulares neste âmbito.

De facto, um estudo desta dimensão, um objeto de pesquisa tão complexo e o limite temporal para a execução do projeto *NPS-trans* requeria uma opção metodológica que passasse pelo recurso ao método de inquérito por questionário para recolha de informação. Só assim seria possível quantificar a multiplicidade de dados e de se proceder, caso necessário, a análises de correlações, sendo que esta última não se verificou de forma acentuada ao longo do tratamento dos dados obtidos e apresentados mais à frente neste documento.

Em termos metodológicos, para um dispositivo de recolha de dados ser de confiança deve-se proceder à sua pré-testagem; garantir o rigor na escolha e recolha da amostra, fornecendo uma formação adequada, clara e unívoca aos entrevistadores; equacionar as possíveis dificuldades de compreensão das perguntas por parte dos inquiridos e conseguir uma atmosfera de confiança no momento da administração (Quivy e Campenhoudt, 2005). Embora todos estes critérios tenham sido satisfeitos e tidos em conta ao longo de todo o processo investigativo, importa lembrar que em momento nenhum procedemos à pré-testagem do questionário, a não ser uma primeira experimentação informal aquando da obtenção da primeira proposta de questionário por parte dos colegas e colaboradores do projeto *NPS-trans*.

Relativamente à escolha dos locais e dos inquiridores mais adequados para o desenvolvimento deste estudo, destacamos a importância extrema que o apoio institucional extraordinário teve no sucesso do mesmo. O que queremos com isto dizer é que a colaboração das mais diversas instituições e organizações associadas ao tema e identificadas neste documento foram essenciais para a construção e garantia de uma questão essencial para o desenvolvimento deste projeto: a relação de confiança, entre os inquiridos e os inquiridores, estabelecida ao longo deste processo e durante um período relativamente curto de tempo.

Enquanto ponto fundamental para o desenvolvimento de qualquer trabalho deste carácter, a confiança entre os inquiridos e os inquiridores não seria possível e assegurada apenas com o facto de o questionário ser anónimo e confidencial, senão contando ainda com a colaboração das mais diversas organizações associadas aos contextos onde a amostra foi sendo recolhida. Sendo assim, para além de contarmos com organizações exemplares no que toca à prevenção e minimização de danos associados ao consumo de drogas em Portugal, que nos permitiam aceder aos seus espaços de intervenção e criar oportunidades de contato com os consumidores de substâncias, também os seus colaboradores e alguns trabalhadores de determinados espaços de

diversão noturna que visitámos (DJ's e relações públicas, por exemplo) foram essenciais ao longo de todo este processo.

Se por um lado algumas organizações e colaboradores nos permitiam inúmeras e diferentes oportunidades de contato com os consumidores de substâncias, por outro demonstraram-nos, por exemplo, que a sua presença no terreno e ações facilitava a possibilidade de contato e aumentava os níveis de abertura e vontade de colaborar connosco por parte dos indivíduos, o que será também explicado mais à frente ainda nesta parte.

5.2. Colaboração na elaboração do questionário

Além de procurar obter indicadores fiáveis relativamente ao fenómeno do consumo de NSP em Portugal, o objetivo deste trabalho académico é também explorar as diversas dimensões desta realidade, tais como a caracterização social dos participantes consumidores de NSP; a identificação das principais NSP consumidas por estes, incluindo também as substâncias convencionais; os principais locais e formas de consumo destas drogas; os efeitos associados ao seu consumo; as suas dinâmicas de mercado e, claro, a identificação de algumas NSP disponíveis no mercado nacional.

A escolha do inquérito por questionário deveu-se às próprias características dos métodos extensivos de investigação, já que o objetivo era alcançar o maior número possível de respondentes; aos contextos de recolha da amostra, ou seja, os contextos festivos e o ciberespaço; e à dimensão do projeto europeu em que o mesmo se insere (6 países; 6 línguas; 6 culturas de consumo relativamente distintas). Tendo em conta que se tratava de um trabalho transnacional, baseado numa amostra dividida em três grupos de consumidores de NSP – consumidores marginalizados; consumidores recreativos e consumidores virtuais -, a necessidade de recorrer a um instrumento capaz de chegar a esta população, bem como definir a melhor forma para a sua administração foram discussões frequentes entre os investigadores envolvidos e de que a presente pesquisa naturalmente beneficiou.

Dadas as diferenças entre os países, tanto em termos de cultura de consumo, como das próprias substâncias em si disponíveis no mercado, cada parceiro do projeto ficou responsável por adaptar o questionário à sua realidade, nomeadamente no que respeita aos exemplos que, ao longo do mesmo, iam sendo dados para facilitar a compreensão do que era pedido aos inquiridos. Nesta fase foi fundamental o recurso a uma análise profunda de todos os documentos e trabalhos desenvolvidos em torno do tema no país, pois para além da necessidade de

identificar as NSP mais comuns e conhecidas em Portugal, foi também importante perceber a que tipo de grupos, subgrupos e contextos parecia estar essencialmente associado o consumo de NSP.

Em Portugal, de acordo com estudos anteriores, a Sálvia (alucinógeno), os sais de banho ou fertilizantes para plantas (estimulantes, tais como o Bliss e o Bloom) e os incensos ou canabinóides sintéticos (ex.: Fidel Mix, Gorby Mix, etc.) parecem ser as substâncias mais problemáticas (Calado, 2013; Ribeiro et al, 2014; SICAD, 2013). Embora estes dados tenham sido recolhidos essencialmente numa altura em que as *smartshops* ainda se encontravam abertas, foram uma grande oportunidade para identificar algumas das NSP disponíveis em Portugal. Para além disto, ainda no final de 2015 e no âmbito do projeto NPS-trans foi desenvolvida e aplicada uma entrevista aos profissionais da área dos consumos de drogas que, de acordo com Susana Henriques e colaboradores (2018), permitiu identificar e retomar alguns exemplos de NSP que, mesmo depois do encerramento das *smartshops* ou apenas porque apareceram recentemente no mercado pela primeira vez em Portugal, fariam parte dos exemplos possíveis e ilustrativos de NSP disponíveis e consumidas no país, tais como o 2CB e o DMT. Assim, aquando da adaptação do instrumento de recolha de dados para a população portuguesa, estes foram os principais exemplos de substâncias selecionados para compor o que seria apresentado aos participantes do estudo, tal como se pode ver no ANEXO I (questionário utilizado para a recolha de informação).

Relativamente à estrutura do questionário, este foi constituído pelas 8 dimensões seguintes – (A) origem e tipo de participação; (B) dados sociodemográficos; (C) prevalência de consumo; (D) formas e motivos de uso; (E) problemas associados ao consumo; (F) origem das NSP; (G) prevenção e (H) comentários. Com cerca de 64 perguntas, este questionário foi disponibilizado em 6 línguas distintas, sendo traduzido para português a partir de uma versão em inglês. Este processo, para além de ter passado por várias fases, foi sendo discutido com os profissionais responsáveis e envolvidos no projeto, sendo também experimentado para fins de deteção de incongruências ou dificuldades ao nível da sua interpretação em cada um dos países parceiros (ANEXO I).

Quanto aos critérios de seleção de participantes, como o questionário era dirigido a consumidores de NSP, todos os respondentes deveriam preencher os seguintes requisitos: ter mais de 18 anos; ser consumidor de, pelo menos, uma NSP nos últimos 12 meses e ser residente, neste caso, em Portugal, podendo assim eventualmente incluir estrangeiros ou emigrantes a residir efetivamente no país. A escolha destes critérios diz essencialmente respeito a questões

éticas e de fiabilidade dos resultados obtidos num processo rigoroso de recolha internacional de informação, já que a investigação em ciências sociais exige isso mesmo.

No que toca às questões éticas, designadamente a idade dos participantes, bem como a confidencialidade dos dados fornecidos pelos inquiridos, foram aspetos fulcrais e tidos em conta no nosso trabalho. Por um lado, legalmente os indivíduos menores de 18 anos pertencem ao grupo dos menores de idade, não estando por isso devidamente autorizados e livres para responder a este tipo de questionário, a não ser mediante a presença ou uma autorização específica dos encarregados de educação, o que seria praticamente impossível nos contextos festivos e extremamente difícil de controlar em espaços virtuais. Por outro, para obter indicadores fiáveis acerca deste fenómeno, foi importante garantir que a informação obtida era conseguida de forma voluntária, anónima e indisponível para terceiros. Em ambientes virtuais isso parece ficar resolvido pelo simples facto de os sujeitos poderem auto preencher os questionários sem terem de se identificar nalgum momento. Já nos contextos noturnos, onde os indivíduos eram abordados pelo investigador no sentido de perceber se se tratava ou não de um consumidor de NSP, a confiança foi uma questão especialmente relevante.

Questões como a fiabilidade dos resultados obtidos e a própria qualidade da informação recolhida foram também aspetos essenciais e pensados neste trabalho. Assim, do ponto de vista do investigador, a proximidade e a familiarização com o tema e conceito de NSP foram pontos valorizados neste trabalho, já que seria mais fácil aceder a dados mais reais se se delimitasse um intervalo de tempo concreto e recente para o último consumo efetivo de alguma NSP. Desta forma, todos os sujeitos participantes tinham de consumir, pelo menos, uma NSP no último ano (12 meses, neste caso).

Outra questão não menos importante é o facto de reconhecermos que uma pesquisa deste carácter só seria possível se a mesma seguisse uma lógica de forte e constante envolvimento com os protagonistas dos contextos virtuais e recreativos onde a amostra seria estrategicamente recolhida.

Para além do processo de recolha de dados em espaços físicos, ou seja, em festas e eventos de diversão noturna, os espaços virtuais foram também um contexto e um ponto de contato com os participantes deste estudo, tendo sido por isso imperativo identificá-los e reconhecê-los como contextos privilegiados de recolha de informação.

Apesar de não se conhecer alguma plataforma nacional focada no mercado de drogas, foi possível identificar uns poucos fóruns de discussão sobre estas e estabelecer alguns contactos com produtores de festas que, colaborando ativamente, foram permitindo e facilitando todo o processo de recolha de informação. Para tal, e para o sucesso desta pesquisa,

o processo de recolha de informação foi estrategicamente pensado e contou com a colaboração ativa dos seguintes protagonistas:

Grupos de consumidores	Organização/comunidade ou grupo
Consumidores recreativos	<ol style="list-style-type: none"> 1. APDES (Projeto Check!n) 2. DJs Facebook pages – D´Maniac; DJ Tinker
Consumidores virtuais	<ol style="list-style-type: none"> 1. Check!n Free Mind (página do facebook) 2. Reddit (forum de discussão internacional) 3. Penso, Logo Sou (Facebook e <i>webpage</i> dedicado a vários temas, incluindo a temática das drogas e consumo) 4. VICE Portugal 5. Azarius Portugal (não aceitaram a nossa proposta)

Quadro 5.1. Organizações/comunidades ou grupos protagonistas e colaboradores no processo de recolha de informação entre os grupos de consumidores de NSP (recreativos e virtuais)

Fundada em 2004, a Agência Piaget para o Desenvolvimento (APDES) é, por exemplo, uma ONGD (Organização Não-Governamental Para o Desenvolvimento) sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento integrado, tendo desenvolvido um trabalho muito interessante e próximo com os consumidores de substâncias, tanto através da sua produção científica, a partir da sua integração em projetos de investigação, como pela sua ação no terreno, através da implementação do projeto “Check!n”, voltado para a redução de riscos e com o único sistema de *drug-checking* disponível em Portugal (à data da recolha dos dados).

Através da sua abordagem próxima, informal e regular aos consumidores de substâncias, é uma organização que se destaca pela sua atitude *friendly* e próxima com os consumidores, revelando e estabelecendo fortes relações de confiança entre estes indivíduos e os seus técnicos e voluntários. Esta foi, portanto, uma organização que muito contribuiu em todo o processo de recolha de informação deste trabalho, tanto pela confiança já previamente estabelecida com os consumidores de drogas em geral e de NSP, em particular, como pelo facto de nos ter possibilitado e facilitado inúmeras oportunidades de contato com essa população.

Para alcançarmos ainda mais participantes, optámos ainda por contar com a colaboração de alguns DJ’s nacionais que, enquanto figuras públicas e conhecidas naqueles contextos, eram detentores de páginas de artistas online que, de certa forma, podiam ser formas alternativas de chegar até aos respondentes. Assim, para além da nossa presença em festas e contextos

recreativos para fins de recolha da amostra, foi solicitado ainda aos artistas que se demonstraram disponíveis para colaborar connosco que colocassem o nosso questionário nas suas páginas.

Dito de outra forma, para chegarmos até aos ditos grupos de “consumidores recreativos” e “consumidores virtuais”, embora cientes que os mesmos se possam misturar e fazer parte e incluir em ambos os grupos simultaneamente, recorreremos à colaboração de diferentes atores-chave que, pela sua dinâmica, eventualmente nos facilitarão assim o acesso aos participantes deste estudo. No âmbito da recolha online, nem todos aceitaram sempre e da mesma forma a nossa proposta, mas em geral podemos afirmar que se verificou alguma receptividade e colaboração por parte da maioria dos membros ou protagonistas contactados. De forma mais ou menos regular, estes foram importantes colaboradores na recolha da nossa amostra, sendo por isso importante referi-los e reconhecer-lhes o mérito na obtenção final da amostra correspondente ao grupo de “consumidores virtuais de NSP”, algo que iremos fazer de forma mais profunda e detalhada no ponto que se segue.

5.3. O processo de recolha de informação

O processo de recolha de informação merece especial destaque nesta fase, não só porque se tratou de um procedimento que durou algum tempo – entre o mês de julho e outubro de 2016, com o inquérito por questionário aos consumidores de NSP -, como pela própria forma como os mesmos foram sendo aplicados e conseguidos ao longo de todo este processo.

Relativamente aos questionários, estes foram disponibilizados em versão papel e online nos diversos locais que identificámos imediatamente acima no ponto 1.1. deste capítulo. A versão em papel, em português e acompanhada de um *flyer*, foi concebida para ser administrada pelo investigador ou pelo técnico devidamente treinado para a sua aplicação, neste caso nos contextos festivos. Como um dos contextos de recolha da amostra foram os contextos festivos e estes nem sempre foram os locais mais adequados para preencher um questionário de, pelo menos, 30 minutos, o *flyer* foi a alternativa encontrada para os casos em que os indivíduos eram abordados, preenchiam os critérios de seleção da amostra, mas por algum motivo, no momento não se demonstraram disponíveis para preencher o questionário proposto. Nestes casos, era-lhes fornecido um *flyer* com um código de preenchimento para aceder posteriormente ao questionário online. Na grande maioria das vezes, quando se explicava o propósito e a importância da colaboração dos indivíduos neste estudo, era-lhes ainda solicitado os e-mails

para que depois, no dia seguinte, fosse enviado um e-mail que os lembrasse do preenchimento, algo que desenvolveremos ainda mais à frente.

Já a versão online, igual à versão em papel, seria para ser respondida em contexto virtual, onde pretendíamos obter a grande maioria da amostra de consumidores virtuais de NSP. Através de uma notícia, de um *post* ou de um simples apoio à colaboração numa plataforma ou fórum de discussão sobre drogas, de forma mais ou menos regular, ia sendo solicitado aos indivíduos que se encontravam em espaços virtuais que preenchessem, de forma anónima e confidencial, um questionário dirigido a consumidores de novas substâncias psicoativas. Neste caso, por exemplo, todos os protagonistas identificados acima, no ponto 1.1., foram fundamentais neste processo.

De forma a conseguirmos perceber a que grupo de sujeitos pertencia determinado questionário (indivíduo) e o número correspondente a questionários auto preenchidos (preenchidos pelos próprios sujeitos) e de administração indireta (preenchidos pelo investigador), foram criados dois códigos de preenchimento: NPT00 000, para o grupo de consumidores recreativos; VPT00 000, para os consumidores virtuais.

Para alcançar o universo pretendido foi necessário recorrer a distintos contextos de recolha de informação (festas, festivais, bares, et.) e contar com a colaboração de vários atores-chave, tais como organizações, instituições, empresas de organização de festas e até indivíduos singulares, tal como explicado anteriormente. Assim, antes de iniciar a recolha de informação efetiva preparou-se o terreno e os contextos onde a amostra ia ser recolhida, trabalho este que antecedeu o momento inicial da recolha.

5.3.1. Alcançando os consumidores recreativos de NSP

Para conseguirmos aceder ao grupo de consumidores recreativos de NSP (CR) fomos visitando, de forma frequente e ao longo de quase todo o período de recolha de dados (entre julho e outubro de 2016), ambientes de diversão noturna que variaram entre festas *techno*, *house*, académicas, *trance*, um ou outro bar e pequenas festas. Tal como em muitos momentos desta pesquisa, também a escolha dos locais foi resultado da própria experiência de investigação, já que todas as visitas foram também sendo um momento de reflexão em torno daquilo que conseguimos ou não conseguimos cumprir em termos de objetivos.

Uma das questões a esclarecer prende-se com a forma como, em ambientes de festa e onde tendencialmente ocorrem consumos de substâncias, foi possível recolher a amostra entre consumidores recreativos de NSP. Para tentar clarificar esta questão, importa reconhecer o valor

que a recolha de informação em contextos como estes tem para o objetivo do nosso trabalho, sendo por isso também necessário um conjunto de procedimentos essenciais para o sucesso da mesma. Para além dos inquiridores, devida e previamente formados para a aplicação do questionário e selecionados de acordo com a sua familiaridade com estes meios, também as festas e os horários onde acontecia a recolha eram escolhidos e planeados com antecedência.

Na grande maioria das vezes a recolha de dados aconteceu durante a noite. Porém, os horários variavam de acordo com as festas e, claro, com o que combinávamos com todos os colaboradores, sejam eles inquiridores, organizações ou produtores de festas que, de forma atempada, nos iam colocando ao corrente dos seus eventos. Para garantir que conseguíamos o maior número de indivíduos aptos para preencher o questionário, para além de visitarmos festas de todo os tipos de música, garantíamos que éramos sempre os primeiros a entrar e a sair das mesmas. Normalmente a nossa chegada acompanhava também o *staff* da festa, pois era também uma forma de termos tempo para estabelecer uma relação mais próxima com os organizadores e todos os colaboradores presentes, evitando também assim o encontro com indivíduos em estados mais alterados de consciência.

Lembrando que era nestes casos que os questionários eram preenchidos face-a-face, ou seja, por administração indireta, também os *flyers* foram fundamentais para “negociar” a colaboração posterior dos indivíduos, fora das festas e dos locais mais movimentados onde se encontravam e eram abordados pelos inquiridores. Se por acaso o sujeito não se demonstrasse disponível, visivelmente alterado e/ou simplesmente não quisesse responder ao inquiridor e preferisse responder em casa, era-lhes fornecido um *flyer* com o respetivo código para o grupo de consumidores recreativos (NPT00 000). Desta forma, para além de ser possível associar o respondente àquele contexto (o contexto festivo onde foi abordado), os indivíduos poderiam ainda chegar a casa e conhecer o projeto, quem sabe até desafiar um colega ou amigo para o preenchimento do questionário. Nalgumas situações, no momento da entrega do *flyer* era-lhes ainda solicitado o e-mail, de forma a conseguirmos relembrá-los da importância da sua colaboração neste projeto. Apesar da grande maioria nem ter respondido aos e-mails enviados, alguns indivíduos responderam de forma positiva e confirmaram a sua participação no estudo.

De forma a melhor explicar e apresentar os contextos onde ocorreu a recolha da amostra, de seguida apresentamos um quadro ilustrativo de todo este processo, incluído o nome das festas, a sua localização geográfica, os seus promotores e alguns comentários acerca das mesmas, normalmente organizados e discutidos entre os inquiridores no final de cada momento de recolha de informação:

Nome do evento	Localização geográfica	Organizadores/Promotores	Data da recolha 2016
Europa Club (Cais do Sodré)	Lisboa	Check!n	13 julho
Summer beach party with Sick Addiction, Allienn, Myrah, Khopat – Praia da Nova Vaga	Costa da Caparica	Digital Oracle	15 julho
Fact Music Pool Series Meets Watergate and Lx Music	Lisboa	LX Music (event producer)	16 julho
Cais do Sodré Area	Lisboa	Check!n	20 julho
AZAX (Horta da fonte Club)	Cartaxo	Crystal Matrix (event producer)	22 julho
NEOPOP Festival	Viana do Castelo	Check!n	4, 5, 6 agosto
Taifa Bar	Setúbal	---	11 agosto
Brunch Electronik	Lisboa	---	21 agosto
Brunch Electronik	Lisboa	---	28 agosto
Avante Festival	Amora/Seixal	---	4 setembro
Cais do Sodré Area	Lisboa	Check!n	7 setembro
Tartaruga Bar	Costa da Caparica	Crystal Matrix (event producer)	9 setembro
Cais do Sodré Area	Lisboa	Check!n	14 setembro
			17 setembro

Kayumari Party	Ericeira	---	
Brunch Electronik	Lisboa	---	18 setembro
Cais do Sodré	Lisboa	Check!n	21 setembro
Horta da Fonte	Cartaxo, Santarém	Crystal Matrix (event producer)	23 setembro
Cais do Sodré	Lisboa	Check!n	28 setembro
Festa do Caloiro	Lisboa	Students Association of Lisbon	29 setembro
Visions Party	Lisboa	Lx Music	1 outubro
Trance Party	Cartaxo, Santarém	Crystal Matrix (event producer)	2 outubro
Cais do Sodré	Lisboa	Check!n	5 outubro
Adamastor	Lisboa	---	13 outubro
Hula Hula Club	Costa da Caparica	Kayumari produções	14 outubro

Quadro 5.2. Eventos e locais onde a amostra de consumidores recreativos de NSP foi recolhida

Todo este processo de recolha da amostra ocorreu de norte a sul de Portugal, tal como se verifica no quadro apresentado acima, e na presença de, pelo menos, dois inquiridores. Se por um lado seria importante o conhecimento sobre a matéria das drogas, para a criação de uma maior rede de contatos era determinante envolver pessoas que conhecessem o meio e, eventualmente, fossem também “party goers”, ou seja, também eles frequentadores assíduos de festas. Sendo esta uma atividade remunerada, foi relativamente fácil contar a colaboração de alguns inquiridores. Porém, dadas as dificuldades em aceder à amostra, bem como o tamanho do questionário e as suas particularidades, no final da época de recolha contávamos apenas com a presença de dois inquiridores por evento – o investigador e outro.

Apesar de cada questionário demorar cerca de 30 minutos a responder, raramente conseguíamos esse *timing*, já que para além de se estabelecer sempre uma conversa entre o inquiridor e o inquirido, por vezes a abordagem aos sujeitos era morosa, já que nem todos reconheciam de imediato a designação de NSP.

Para além da dificuldade que sentimos em manter os inquiridores motivados para a recolha, já que o papel de inquiridor, neste caso, não era nada fácil de desempenhar, também os locais não foram sempre os melhores. Tal como ilustrado no quadro acima, normalmente era nas festas *trance* que conseguíamos aceder aos indivíduos que preenchiam todos os critérios de seleção dos participantes. Com cerca de 24 visitas a locais de diversão, podemos assinalar dois momentos em que nos dirigimos às festas e saímos de lá insatisfeitos com a nossa recolha – uma festa *house*, a acontecer durante a tarde, e uma festa académica, durante a noite, mas frequentada essencialmente por jovens mais novos, a iniciar na altura a sua vida académica e completamente desconhecedores deste tipo de substâncias. Nestes dias, ambos os inquiridores presentes perceberam, através das várias abordagens realizadas aos frequentadores daqueles espaços, que eventos como estes não seriam os mais recomendados para a recolha, nomeadamente porque a curiosidade sentida pelos possíveis respondentes poderia até ser contraproducente. Genericamente, ficámos com a ideia que os ambientes onde o *house* era padrão de fundo não era tal fácil aceder à amostra, tal como fica demonstrado no número de questionários recolhidos nos eventos de *house*, tais como a festa “Fact Music Pool Series”; o festival NEOPOP e a festa do caloiro, onde poucos ou nenhuns questionários foram recolhidos.

Como todas as abordagens requeriam a explicação e a introdução de alguns exemplos de NSP para que todos os indivíduos pudessem compreender o âmbito do estudo, a experiência de campo confrontou-nos diversas vezes com a questão da adulteração de substâncias. Respostas como “Sim, eu sei que consumi uma dessas, mas não sei qual, pois fui enganado” eram frequentes ao longo do processo de recolha de informação, sendo esta também uma informação relevante. Nestes casos, por exemplo, o indivíduo não preenchia os requisitos e, por isso, não respondia ao questionário. Apesar de não termos o número exato de indivíduos que foram abordados e não puderam responder porque não preenchiam os requisitos ou simplesmente não conheciam o conceito de NSP, ficámos com a sensação que o consumo involuntário de substâncias desconhecidas é um problema relevante e, de certa forma, importante neste fenómeno das novas drogas que imitam o efeito das drogas convencionais, muitas vezes sendo vendidas como tal.

De forma geral, outra questão importante foi a proximidade que os indivíduos revelaram relativamente ao conceito de *smartshops*. Apesar da abordagem ser sempre feita remetendo

para a designação de “NSP”, dando exemplos claros de compostos como o 2CB e o 25-I, entre outros, os inquiridores recorreram frequentemente a este termo. Embora quase todos os elementos reconhecessem este fenómeno, a grande maioria já tinha experimentado uma destas NSP, mas aquando das lojas abertas, ou seja, entre 2007 e 2013, ficando assim automaticamente excluídos do grupo de indivíduos que procurávamos.

5.3.2. Alcançando os consumidores virtuais de NSP

Apesar das NSP terem forte expressão no mercado virtual de drogas, a participação no projeto NPS-trans permitiu-nos perceber que nem em todas as regiões ou países é possível aceder facilmente aos ditos “consumidores virtuais” (CV), ou seja, aqueles que se encontram a navegar na internet e despendem algum tempo em fóruns, plataformas ou grupos de discussão sobre drogas. Por uma questão de cultura de consumo, pela quase inexistência de plataformas dirigidas à população portuguesa, por diferentes hábitos relativos ao uso das tecnologias ou mesmo pelas barreiras linguísticas, Portugal confrontou-se com dificuldades para conseguir aceder ao grupo de consumidores virtuais, sendo esta uma informação extremamente relevante neste trabalho. Porém, fomos adaptando as necessidades ao que realmente existia no campo virtual de carácter nacional, recorrendo até a plataformas internacionais, tal como o exemplo da “Reddit”, apresentada no ponto acima deste capítulo.

Um dos grandes desafios era o próprio objeto de estudo em si. Investigar um tema tão sensível exigiu a colaboração de elementos estratégicos, nomeadamente aqueles que, por via do trabalho, proximidade com o tema e com os consumidores, seriam capazes de facilitar o acesso ao universo populacional em questão, os consumidores de NSP. Neste sentido, um dos primeiros contatos feitos foi com a APDES, a organização responsável pelo projeto de *drug-checking* em Portugal, intitulado “Check!n”. A nossa associação a este projeto teve a ver, tal como já mencionado anteriormente, com a estrita relação de confiança e regular que este consegue estabelecer com os consumidores de substâncias em geral. Em Portugal são responsáveis pelo *drug-checking*, um projeto de testagem de drogas disponível nalguns contextos de diversão noturna, e por outros projetos relacionados com a temática das drogas, tais como o infostand, onde se partilha e distribuiu panfletos informativos sobre substâncias psicoativas, e outros projetos que incluem também investigação científica em torno do tema das drogas. Dentro do projeto “Check!n” existe ainda uma espécie de espaço intitulado “Check!n Free Mind”, que corresponde a um site e a uma página do Facebook onde se debate o tema das drogas, partilha informação e se fornece algumas dicas em termos de minimização de danos.

Com cerca de 3800 seguidores, é capaz de ser o único espaço virtual realmente focado no tema em questão. No nosso caso, para fins de recolha de amostra, este foi um dos espaços a que recorreremos para chegar aos consumidores virtuais ou online. Prontamente disponíveis para colaborar connosco no processo de recolha da amostra, os responsáveis por este espaço fizeram cerca de 2 publicações por mês solicitando a participação de indivíduos para o nosso estudo. Em todas elas era também fornecido o respetivo código de preenchimento – VPT00 000.

Outro dos locais online onde foi partilhado o questionário foi o “Penso Logo Sou – Laboratório de Investigação da Consciência”, uma página disponível em site (fórum) e no Facebook, que debate frequentemente o tema das drogas, facilitando o acesso a estudos, informações pertinentes e atualidades relativamente ao assunto. Com cerca de 1250 seguidores, intitulam-se de “laboratório da consciência” e foram os colaboradores que mais partilharam o questionário online (uma vez por semana, pelo menos) acompanhado de uma peça jornalística ou científica relacionada com o tema das drogas.

Relativamente ao “Azarius”, este é um mercado online de drogas que, embora de origem holandesa, oferece os seus serviços também em português, a partir de uma página web traduzida e focada na venda de variadíssimas substâncias psicoativas – www.azarius.pt. Lá é possível adquirir algumas das NSP, como a Sálvia e outros compostos, sendo ainda possível aceder a informações acerca do estatuto legal das substâncias em determinado país que, neste caso específico, seria Portugal. No entanto, estes não aceitaram colaborar connosco, não tendo, portanto, um papel ativo na recolha da amostra online.

Por último e não menos importante, a “VICE Portugal”, um jornal e fórum de discussão alternativos em Portugal, foi dos que mais partilhou o questionário através de publicações regulares (cerca de duas ou mais vezes por semana) do mesmo, apelando aos seus quase 8000 seguidores para a colaboração no estudo.

Apesar de não ser possível identificar de forma precisa o número de questionários provenientes de cada uma das plataformas acima mencionadas, a persistência em termos de publicações e apelos ao preenchimento do questionário foram determinantes para aceder ao grupo de consumidores virtuais. Por isto, poderão, num futuro próximo, ser também meios e locais estratégicos de recolha de informação e, desta forma, importantes colaboradores no desenvolvimento de investigação científica futura acerca do tema das NSP.

5.3.3. Entrevista dirigida a informantes privilegiados para recolha de informação complementar

A definição de NSP, o seu consumo, mercados, impacto na sociedade e até nas políticas da droga foram sempre sendo questões que ficaram por explicar e desenvolver ao longo do processo de pesquisa. Embora o questionário utilizado tenha sido construído em função das nossas principais questões de investigação, as limitações deste tipo de instrumento de recolha de dados e a própria experiência de investigação foram suscitando algumas dúvidas que não podíamos deixar por explicar.

Muitas vezes fomos obrigados a excluir participantes da amostra porque referiram que tinham consumido uma NSP há mais de 12 meses, embora fossem capazes de falar no assunto e identificar várias substâncias. Outros, menos frequentes, foram aqueles casos em que sabiam que tinham consumido uma NSP, mas não conseguiam identificar porque, quando a consumiram, julgavam tratar-se de uma substância convencional e não de uma NSP. Outros casos, por exemplo, eram aqueles que conheciam perfeitamente o conceito de NSP, mas não as consumiam, embora pudessem dar-nos uma ideia de como a distribuição destas NSP era feita e como é que eram vendidas.

Se a adulteração das substâncias só é possível porque existe algum nível de desconhecimento à partida, só os “adulteradores” seriam capazes de falar sobre a forma como isto acontece. Se o anonimato é uma questão tão relevante no fenómeno das NSP e determinados contextos e substâncias surgem mais associadas a festas e ambientes específicos, importa tentar explicar o porquê, sendo esta também uma das nossas tentativas neste trabalho.

Desta forma, as mais de 1000 pessoas abordadas ao longo do processo de recolha de informação foram também sendo oportunidades de estabelecer contacto e nos cruzarmos com verdadeiros conhecedores desta realidade, tornando necessário encontrar novas formas de registar essa informação e decifrar aquela que chegaria com os resultados do questionário. Por todas estas questões, dificuldades, limitações do próprio instrumento quantitativo de recolha de dados, foi pensada e desenvolvida uma entrevista semiestruturada dirigida a indivíduos que, pelo seu elevado nível de conhecimento e/ou relação próxima com o tema das NSP, nos pareceram importantes contributos no momento da abordagem e para a futura interpretação de resultados. De Lisboa até ao Oeste de Portugal, inspirados por todas as questões que iam surgindo associadas à experiência de recolha de dados e iam ficando por explicar, elaborámos um guião de entrevista capaz de orientar uma conversa organizada sobre os diversos aspetos relacionados com o fenómeno das NSP, nomeadamente aqueles que, por questões associadas

às limitações do próprio instrumento de recolha de dados, foram impossíveis de medir no nosso questionário (ANEXO II). Num total de cerca de 10 pedidos de colaboração para este estudo, embora todos tenham aceitado num primeiro momento, só nos foi possível entrevistar 4 indivíduos, sendo apenas estes considerados e incluídos na análise de resultados deste trabalho.

De forma a responder às nossas questões, a entrevista compreendia as seguintes dimensões: Caracterização social; Conceito/Definição de NSP; Consumo/oferta de NSP; Contextos de consumo de NSP; Mercado de NPS; Prevenção e redução de danos; Estatuto Legal das NSP e Políticas atuais da droga. Embora nem todos os indivíduos tenham partilhado o mesmo tipo de informação, graças ao seu tipo e nível de conhecimento acerca das NSP, foi possível reunir informações bastantes úteis a partir de testemunhos de quatro sujeitos que se constituíram como informantes privilegiados no sentido de complementar a compreensão do fenómeno das NSP que procuramos com este estudo.

Importa sublinhar a dificuldade que sentimos na recolha deste tipo de informação mais detalhada e aprofundada o que, aliado às limitações de recursos (temporais e outros), ditaram que tenhamos recolhido apenas quatro entrevistas. Desta forma, a informação recolhida a partir destas serviu sobretudo como apoio à interpretação e discussão de alguns resultados obtidos a partir do questionário.

Uma nota final sobre as questões éticas que foram asseguradas na recolha desta informação: referimo-nos, designadamente, às questões de anonimato e confidencialidade. Assim, a cada um destes entrevistados foi atribuído um código que permite identificar a entrevista, sem comprometer o anonimato dos sujeitos, e que se apresenta a seguir.

Numa breve caracterização, cabe esclarecer que as quatro entrevistas foram realizadas aos seguintes sujeitos, sendo que apenas três foram tidas em conta (E2; E3; E4):

- Uma DJ e frequentadora assídua de espaços festivos, 28 anos, que nos dá conta da presença de NSP nestes contextos e da forma como estas vão sendo introduzidas nestes locais – **E1**;
- Um DJ e antigo distribuidor de NSP em Portugal, com 37 anos, que nos elucida quanto à relativa novidade que determinada NSP apresenta no mercado português de drogas – **E2**;
- Uma consumidora e forte conhecedora de NSP, com 30 anos, que nos introduz a questão das substâncias espiritualizadas, ou seja, atualmente presentes em contextos muito específicos de consumo – **E3**;

- Um distribuidor pontual de NSP, 23 anos, que nos fornece alguns exemplos de como funciona este mercado de drogas, principalmente evocando exemplos mais relacionados aos benefícios económicos e lucro associados ao fenómeno em questão por parte dos próprios distribuidores – **E4**.

Estas últimas (entrevistas), não sendo muito desenvolvidas no capítulo da análise de dados por serem poucas, difíceis de obter e terem sido pensadas em função de uma necessidade de compreensão das respostas dadas pelos participantes e do próprio objeto de investigação, são parte essencial e complementam as conclusões deste trabalho, funcionando como material de apoio à análise dos dados.

Ao adicionarmos aqui uns excertos das entrevistas que fomos realizando para fins de orientação do nosso próprio trabalho e processo de pesquisa, o nosso objetivo é ilustrar as particularidades do fenómeno das NSP aos olhos de diferentes perspetivas de consumidores de substâncias, em geral, e e/ou não de NSP, em particular, e não de contrapor todos os dados quantitativos onde baseamos o nosso estudo. O que pretende antes é complementar e acrescentar valor a todas as reflexões que vamos fazendo e destacar a relevância de alguns conceitos e ideias associadas ao fenómeno das NSP inserido no contexto português

5.4. Tratamento dos dados e recategorização de variáveis

Apesar de termos reunido um vasto conjunto de informações, tanto a partir do questionário, como da entrevista aos especialistas em NSP, os domínios e as categorias de resposta do questionário que utilizámos foram, tal como mencionado na metodologia, exclusivamente adaptados às perguntas de investigação deste trabalho.

Um dos grandes resultados deste processo de pesquisa foi, tal como reforçado várias vezes anteriormente, a dificuldade na definição de NSP. Tendo em conta a multiplicidade de compostos disponíveis, nomes de mercado e de rua, variedade em termos de apresentação, formas de consumo e até tendências de mercado, pareceu-nos importante organizar e apenas selecionar cuidadosamente alguns domínios em análise, de forma a melhor explicar este fenómeno e até apresentar os resultados obtidos a todos os interessados no tema.

Inicialmente com uma base de dados composta por 281 participantes residentes em Portugal, este trabalho conta apenas com 233 indivíduos consumidores de NSP, sendo este o número de casos válidos considerados para a nossa amostra. Esta seleção baseou-se nos critérios de seleção de participantes e na parte do questionário relativa à prevalência de consumo de NSP

(Secção C), onde todos os sujeitos que responderam “não, nunca” e/ou “sim, há mais de 12 meses” foram excluídos por não se incluírem no perfil de consumidores pretendidos (consumidores de, pelo menos, uma NSP nos últimos 12 meses). Sendo assim, dos 281 casos iniciais, 30 destes foram considerados inválidos por estas razões, perfazendo um total de 251 casos nesta fase.

Outra das situações que ocorreu com alguma frequência foi os indivíduos identificarem-se como consumidores de NSP, mas depois enumerarem apenas substâncias convencionais quando lhes era pedido que identificassem as NSP consumidas por si. Nestes casos, assumindo que os mesmos não compreenderam o que lhes foi pedido e não tinham presente o conceito de NSP, foram considerados casos não-válidos, sendo igualmente retirados da amostra. Dos 281 iniciais, contando com os últimos 30 excluídos por não terem consumido, pelo menos, uma NSP nos últimos 12 meses, e retirando estes últimos (11 casos), a amostra fica reduzida a 240 indivíduos ou casos válidos.

Por fim, para além de excluirmos estes 41 casos pelos motivos acima mencionados, optámos ainda por retirar os 7 casos pertencentes ao grupo de consumidores marginalizados incluído no projeto NPS-t, já que para além de não se incluírem no grupo de consumidores em análise neste trabalho, seria também um número reduzido de casos para efeitos de comparabilidade. Assim, o nosso trabalho é desenvolvido a partir de uma amostra não-aleatória por conveniência de 233 casos válidos de consumidores de NSP, recrutados em contexto virtual e festivo e analisados aqui a partir de dois grupos distintos de indivíduos – 62 consumidores virtuais e 171 consumidores recreativos de NSP.

Para além da seleção de casos, os dados obtidos exigiram ainda a criação e recriação de algumas variáveis, de forma a facilitar a sua compreensão e análise. As idades, por exemplo, como variavam entre os 18 e os 46 anos, foram reagrupadas em duas categorias de resposta - “Menos de 25 anos” e “25 anos ou mais” -, já que a mesma se dispersava essencialmente entre estes intervalos e, para fins de comparabilidade, esta seria a melhor opção.

A determinada fase, em vez de organizarmos as NSP por classe de substâncias (ex. NSP tipo canabinóides, estimulantes, alucinogénias ou depressoras), também escolhemos manter os nomes originais, fornecidos pelos participantes no momento em que lhes era pedido para identificarem as NSP consumidas. Esta opção, embora só acontecendo no momento em que se pede aos indivíduos para identificarem as NSP consumidas por eles, deveu-se essencialmente à nossa intenção de inventariar o tipo de NSP que se encontram no mercado português, ao invés de agrupá-las por classes pré-definidas.

De forma resumida e o mais clara possível, o quadro que se segue demonstra como é que se procedeu à organização da base de dados em termos da criação ou recriação de novas categorias de resposta, mantendo, na grande maioria dos casos, as respostas originais:

Secção	Categorias iniciais de resposta	Opções de resposta	Reorganização de opções de resposta	
B	B2. Idade	0+	Menos de 25 Anos	
			25 Anos ou mais	
	B5. Habitação	Casa própria	Casa própria	Casa própria
			Apartamento ou quarto alugado	Apartamento/quarto alugado
			Casa dos pais/casa de familiares	Unidade residencial
			Casa de amigos	
			Unidade residencial	
			Sem casa/alojamento/hostel	Unidade residencial
			Não respondo	Outros
	Outro			
	B6. Escolaridade	Nenhum	Nenhum	Escola primária/secundário
			Escola Primária	
			Escola Secundária	
			Faculdade/Universidade (Bacharelato e/ou Mestrado ou diploma)	Bacharelato, Mestrado ou Diploma
Doutoramento, PhD, etc.			Doutoramento	
Não respondo			Não respondo	
Outro				
C	C1. Prevalência de consumo de NSP	Misturas de ervas (por ex. "Fidel-Mix")	NSP canabinóides	
		Canabinóides sintéticos (obtidos puros)		
		Estimulantes de marca (por ex. "cristais", "fertilizantes para plantas")	NSP estimulantes	
		Estimulantes/Empatogénicos/Nootrópicos (obtidos puros, por ex. mefedrona, MDPV, a-PVP)		
		Psicadélicos (por ex. NBOMe-x; 2C-x)	NSP psicadélicas	
		Dissociativos (por ex. Metoxetamina)	NSP Dissociativas	
		Outro	Outras	

Quadro 5.3. Processo de transformação das variáveis em estudo

Embora mantidas algumas categorias de resposta, a informação que necessitamos para responder às nossas questões de investigação e compor este trabalho permitem-nos seleccionar não todas, mas apenas algumas das dimensões do questionário, aquelas onde obtivemos respostas e onde se encontra o conteúdo que pretendemos. Tal como demonstrado no quadro acima, todas as dimensões que sofreram alterações ao nível da possibilidade de resposta são aqui apresentadas de forma detalhada.

Na Secção A do questionário¹², por exemplo, todas as perguntas e categorias de resposta foram mantidas exatamente como estavam. Para além de ser nesta primeira fase que se conhecia a origem dos participantes (contexto de recolha da amostra), também era a partir daqui que se distinguia a forma de inquirição dos participantes (se face a face ou se via internet).

Relativamente à Secção B – dados sociodemográficos -, apesar de termos incluído todas as perguntas na nossa análise (B1; B2; B3; B4; B5; B6; B7), os dados obtidos (ou ausência deles) obrigaram-nos a adaptar as possibilidades de resposta, reorganizando as repostas dos indivíduos em novas categorias, tal como explicado no quadro acima. Para além de agruparmos as idades entre dois grupos – “Menos de 25 anos” e 25 anos ou mais” -, a dispersão de resultados entre as respostas dadas às questões B5 (onde vive) e B6 (grau de escolaridade) levaram-nos a reorganizar as várias possibilidades de resposta.

Relembramos que, apesar de reconhecermos as limitações do presente instrumento de avaliação, importa não esquecer que o mesmo foi pensado no sentido de conseguir uma comparabilidade entre 6 países da União Europeia, o que nos ditou muitas vezes a forma como as perguntas e as possibilidades de resposta eram apresentadas. Por exemplo, no que toca à secção C do questionário, nem todas as questões nos pareceram relevantes da mesma forma.

Apesar da prevalência de consumo das NSP ser essencial para a compreensão deste fenómeno entre a população portuguesa, a sua frequência de consumo (de todos os dias até 1 ou duas vezes por semana) não nos fez grande sentido trazer para análise, não só porque nem todos os sujeitos souberam responder de forma coerente, como o número de sujeitos que tinha consumido alguma das NSP nos últimos 30 dias era muito reduzido. No entanto, as questões que solicitavam aos participantes a identificação das NSP consumidas por eles pareceram-nos fundamentais para o nosso trabalho. Não só porque nos permitiram elaborar um inventário das NSP disponíveis a partir das respostas dadas, como nos deram uma noção do número de consumidores que realmente sabiam o que tinham consumido. Desta forma, da secção C do

¹² Consultar o questionário utilizado no Anexo I.

questionário, foram excluídas da nossa análise as seguintes questões: C2; C3; C4; C5; C6; C7; C8; C27; C28 e C30.

Relativamente à secção D do questionário, onde era procurado aferir as formas e motivos de consumo de NSP, as questões D3 e D4 foram igualmente excluídas da nossa análise. A razão da exclusão destas perguntas deve-se o facto de a escala de motivações não ter sido devidamente validada face ao contexto português e, no que respeita às formas de consumo (D4), não ter sido uma questão bem formulada. Para melhor explicarmos esta opção, damos como exemplo a ausência de uma opção de resposta relacionada com a adulteração de substâncias, na D3, e com o facto de termos muitos casos em que os sujeitos mencionaram querer escolher mais do que uma opção de resposta (por ex.: consumidor o 2CB por deglutição e em pó) e não puderam.

Quanto às secções E (Problemas), F (Origem das NSP) e G (Prevenção), todas as questões foram incluídas na nossa análise, excluindo apenas a última parte do questionário, a secção H (comentários), por não ter sido preenchida.

Por último, e tal como mencionado anteriormente, dos 4 indivíduos que foram entrevistados, apenas 3 se incluíram no nosso trabalho de forma a conseguirmos interpretar melhor os resultados da nossa análise e, a partir de testemunhos, alocar algumas informações e afirmações capazes de sustentar as nossas principais conclusões.

6. ANÁLISE DE RESULTADOS

6.1. Consumos e Consumidores de NSP em Portugal: quem são?

Com um total de 233 indivíduos residentes em Portugal e inquiridos em contextos recreativos e virtuais, a amostra do nosso estudo corresponde a 150 questionários preenchidos face a face (preenchimento indireto) e 83 online (auto preenchidos) que, ao longo de uma aventura científica, foram sendo abordados e contribuindo de forma profunda para a contextualização deste fenómeno no país. Porém, como identificamos dois grupos distintos de consumidores de NSP – os consumidores recreativos e os consumidores virtuais -, mesmo reconhecendo que ambos possam não ser assim tão distintos entre si, obtivemos uma amostra de 171 consumidores recreativos de NSP, ou seja, abordados em espaços de lazer e diversão noturna, e 62 virtuais, encontrados em espaços virtuais, como plataformas informativas sobre drogas, blogues, etc.

Lembramos que, neste estudo, por “*consumidores recreativos*” entendemos aqueles indivíduos que fazem uso destas substâncias em ambientes festivos, sendo, portanto, abordados nesses mesmos contextos e, por “*consumidores virtuais*” (CV), aqueles sujeitos que se movimentam, encontram, adquirem, procuram informação e/ou a partilham experiências de consumo em determinados espaços virtuais nacionais ou internacionais, já que neste último não se conhecem fronteiras ou limitações geográficas.

Os resultados que agora apresentamos centram-se na análise do fenómeno das NSP em Portugal a partir destes dois grupos de consumidores de NSP – recreativos e virtuais -, através de um processo de amostragem por conveniência. A interpretação e discussão destes resultados será complementada sempre que possível, com recurso à informação recolhida nas entrevistas exploratórias aos informantes privilegiados por serem reconhecidos como “especialistas em NSP”. Lembramos que o presente trabalho foca-se apenas na população portuguesa, embora possa incluir inquiridos com outras nacionalidades, mas efetivamente residentes em Portugal.

Os 233 sujeitos inquiridos compõem a nossa amostra que integra mais homens (72.1%) do que mulheres (27,5%), com idades entre os 18 e os 46 anos e uma média de 26.9 anos de idade.

Embora o sexo masculino esteja normalmente mais associado ao consumo de substâncias em geral e de NSP, em particular, (Balsa et al., 2018; Calado e Lavado, 2016; Calado, Lavado e Dias, 2017; Eurobarómetro, 2014; Lavado et al., 2018), tendo em conta todas

as dificuldades sentidas no processo de recolha da amostra (já referidas anteriormente), neste estudo esta diferença parece ser ainda mais evidente. Mais uma vez relembramos que os resultados não são generalizáveis ou representativos da realidade e da população portuguesa.

		N	%
Sexo	Masculino	168	72,1
	Feminino	64	27,5
	Não respondo	1	,4
	Total	233	100,0
Idade	Entre 18 e 24 anos	113	48,5
	25 anos ou mais	120	51,5
	Total	233	100,0
Escolaridade	Ensino primário/secundário	77	33,0
	Bacharelato/Licenciatura/Mestrado	116	49,8
	Doutoramento	39	16,7
	Não responde	1	,4
	Total	233	100,0
Ocupação	Trabalhador full-time	103	44,2
	Trabalhador part-time	22	9,4
	Estudante	38	16,3
	Desempregado	33	14,2
	Trabalhador independente	28	12,0
	Outra	9	3,9
	Total	233	100,0
Habitação	Casa própria	50	21,5
	Apartamento/quarto alugados	94	40,3
	Unidade residencial	84	36,1
	Outra situação	5	2,1
	Total	233	100,0
Grupos de consumidores NSP	Consumidores recreativos	171	73,4
	Consumidores virtuais	62	26,6
	Total	233	100,0

Quadro 6.1. Caracterização dos participantes do estudo (N=233)

Como se pode verificar no quadro acima, relativamente aos níveis de escolaridade dos participantes deste estudo, quase metade tem níveis como o bacharelato, mestrado ou outro diploma (49,8%), sendo que 33% tem apenas o ensino primário e/ou secundário completos.

Quanto a graus académicos mais elevados, 39 participantes (16,7%) revelaram ter ainda o nível de doutoramento.

No que respeita à sua ocupação, cerca de 44% dos participantes são trabalhadores a tempo integral; 16% são estudantes; 14% desempregados; 12% trabalhadores independentes e menos são trabalhadores a tempo parcial (9%) ou com outras ocupações (9%), como por exemplo: trabalhadores-estudantes ou os indivíduos a viver de subsídios.

Relativamente à habitação, vários participantes (40,3%, 94) declararam viver num apartamento ou quarto alugado, sendo que 84 habitam numa unidade residencial (36,1%). Apenas 50 participantes (21,5%) deste estudo residem em casa própria.

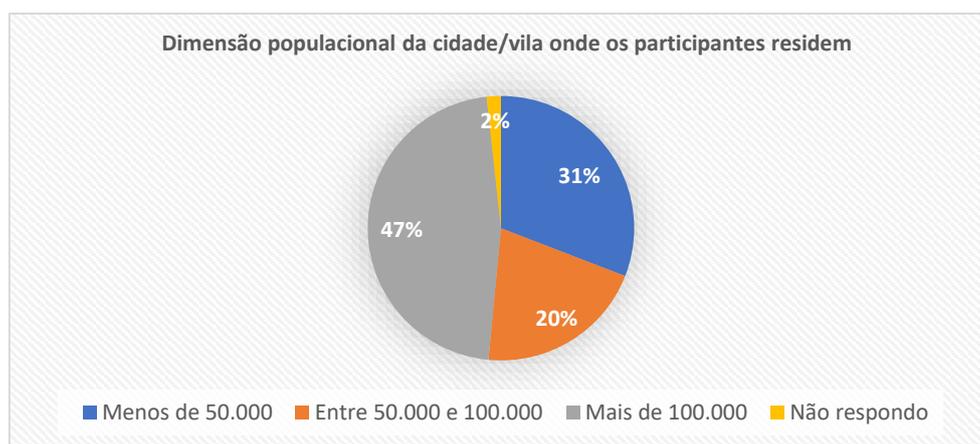


Figura 6.1. Gráfico relativo à dimensão populacional da cidade/vila onde os participantes do estudo residem

Quanto à dimensão populacional das cidades ou vilas onde os participantes deste estudo residem, e tal como se pode verificar na figura acima, 109 indivíduos vivem em cidades com mais de 100.000 habitantes; 72 em cidades ou vilas mais pequenas, com menos de 50.000 habitantes, e apenas 48 residem em cidades ou vilas entre 50.000 a 100.000 habitantes. Tal como mencionado acima, estes dados também poderão ser explicados pelos locais de recolha da amostra, que variaram entre várias festas *trance* e de música eletrónica, quase todos situados em diferentes localidades de Portugal. Em muitos casos, os sujeitos inquiridos em festas *trance* a acontecer em pequenas vilas mais remotas eram provenientes daquelas mesmas vilas ou de localidades circundantes, o que poderá justificar esta diversidade em termos da dimensão populacional das localidades onde habitam os participantes deste estudo.

Perante estes primeiros resultados, e tal como referido anteriormente, há algo que nos salta à vista: embora o tema das drogas pareça exigir cada vez mais o acesso a formas inovadoras de recolha de informação, dando especial atenção à analogia que tem vindo a ser feita entre o fenómeno das NSP e a evolução das tecnologias de informação e comunicação a nível internacional (Nabben, 2015; OEDT, 2016), a nossa pequena amostra sugere-nos que, no caso específico português, os “consumidores virtuais” (62 indivíduos) ainda são bem menos do que os “consumidores recreativos” (171 indivíduos). Ou seja, embora o espaço virtual possa revelar uma importância crescente no processo de recolha de informação a nível internacional, os contextos recreativos continuam a ser locais fundamentais e com sentido no debate em torno deste tema no contexto português, mesmo que por razões distintas, tais como a existência ou não de plataformas locais de venda de substâncias ou mesmo hábitos diferentes de consumo (ex.: menor adesão à aquisição virtual de bens e serviços).

Recorrendo a um exemplo concreto e analisando os resultados globais do projeto de investigação *NPS Transnational*¹³, Portugal foi o único país em que se verificou um menor número de “consumidores virtuais” (CV) face ao número de “consumidores recreativos de NSP” (CR) obtido entre os 6 países europeus envolvidos no estudo, verificando-se valores muito díspares entre estes. Na Alemanha, por exemplo, 98 indivíduos pertenciam ao grupo de “consumidores recreativos” e 542 ao grupo de “consumidores virtuais”; na Holanda, 189 correspondiam ao grupo de CR e 1000 ao grupo de CV; na Hungria, 15 (CR) e 156 (CV); na Polónia, 172 (CR) e 338 (CV) e, na Irlanda, 3 e 11 indivíduos, respetivamente.

6.2. Prevalência do consumo de NSP entre os participantes

6.2.1. Prevalência de consumo de NSP por grupo de substâncias

A prevalência de consumo de NSP entre os participantes da nossa amostra parece variar bastante entre as diferentes categorias de substâncias – NSP do tipo canabinóides; NSP do tipo estimulantes sintéticos; NSP do tipo psicadélicas ou alucinogénias e NSP do tipo dissociativas. Para darmos início à nossa análise focada na prevalência de consumo de NSP, importa lembrar que não só optámos por organizar as categorias desta forma devido ao instrumento de recolha

¹³ O relatório final do projeto pode ser consultado em <https://npstransnational.org/onewebmedia/NPS-transnational%20final%20report.pdf>

de dados utilizado neste trabalho e aos principais grupos de substâncias já existentes, como apresentamos primeiramente uma visão global da prevalência de consumo destas substâncias entre os participantes para só depois refletir sobre ela a partir dos diferentes grupos de consumidores de NSP. Neste sentido, e por também se tratar de um tema pouco desenvolvido e carente de algum detalhe em termos categóricos e no que respeita às próprias designações de NSP, de seguida apresentamos não só os dados relativos à prevalência de consumo, como antecipamos alguns exemplos fornecidos pelos sujeitos consumidores dessas mesmas “novas” drogas.

Recorrendo a nomes concretos de NSP, mas também a exceções, equívocos e alguns exemplos que nos ajudem a melhor compreender este fenómeno no contexto português, de seguida apresentamos não só alguns nomes de compostos de NSP, como também alguns nomes de mercado.

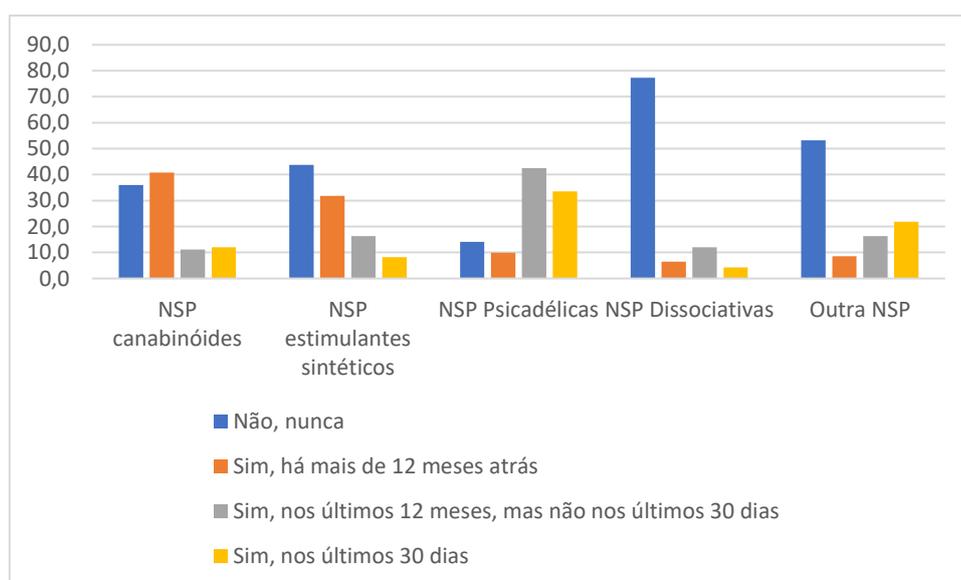


Figura 6.2. Gráfico relativo à prevalência de consumo de NSP entre os participantes

NSP do tipo canabinóides

Relativamente ao consumo de NSP do tipo canabinóides, muitos foram os indivíduos que revelaram nunca ter consumido alguma destas substâncias ao longo da vida (36,1%) ou ter consumido, mas há mais de 12 meses (40,8%).

Tendo em conta o número reduzido de indivíduos que revelou ter consumido NSP do tipo canabinóides sintéticos recentemente, foram também poucos os indivíduos capazes de identificá-las e nomeá-las. Num total de 54 indivíduos que assumiu já ter consumido, pelo

menos uma das NSP do tipo canabinóides recentemente, apenas 14 identificaram alguma NSP deste tipo. Em 35 menções a NSP do tipo canabinóides sintéticos, 12 foram a substâncias convencionais; 4 a DMT e derivados, onde incluímos o exemplo da “Changa”; 2 vezes “Amnesia” e 17 outras substâncias mencionadas apenas uma única vez, tais como: “JWH-018”, “JWH-210”, “JWH-122”, “Orange”, “Critical”, “babel”, OG Kush”, “Ak-47”, “Gorby Mix”, “Fidel Mix”, “Bubellishes”, “bubllegum”, “Purplelize”, “Canabidol”, “Canabidiol”, “White” e “Sálvia”.

Os nomes apresentados acima foram retirados diretamente e sem quaisquer alterações da base de dados, o que nos permite apresentar de forma mais clara como os indivíduos nomearam cada uma das NSP do tipo canabinóides sintéticos consumidas por eles. Como se verifica, muitos foram os casos em que os sujeitos identificaram uma substância convencional ao invés de uma NSP deste tipo. Estes resultados, para além de poderem estar relacionados com o facto de alguns questionários terem sido auto preenchidos, podendo assim condicionar a compreensão do sujeito face ao que é pedido, sugerem e confirmam a dificuldade sentida no que toca à definição de NSP em Portugal, tal como mencionado por outros autores (Calado e Lavado, 2016; Calado et al., 2017; Susana et al, 2018). Para além disso, destaca-se também a confusão que muitas vezes é feita entre as categorias e efeitos das próprias substâncias, tal como o exemplo das 4 menções a substâncias como o DMT e seus derivados que correspondem a NSP do tipo alucinogénias e não tipo canabinóides sintéticos.

Uma outra questão que nos salta à vista, por exemplo, e que não podemos deixar de mencionar para esmiuçar e alertar para as particularidades do contexto português é o facto deste tipo de substâncias ser o maior grupo de NSP disponíveis no mercado europeu (OEDT, 2015; 2016; 2017) e um dos maiores a nível nacional nos últimos dois anos (Lavado et al., 2018). De acordo com dados provenientes de um relatório muito recente sobre NSP em Portugal, os canabinóides sintéticos foram merecedores de especial atenção, nomeadamente as substâncias da família JHW (Lavado et al., 2018), que são mencionadas, pelo menos, três vezes pelos participantes deste estudo (JWH-018, JWH-210, JWH-122).

NSP do tipo estimulantes sintéticos

Quanto à prevalência de consumo de NSP tipo estimulantes sintéticos, 43,8% dos participantes deste estudo revelou nunca ter consumido uma destas substâncias e 31,8% destes consumiu, mas há mais de 12 meses. Tal como acontece com as NSP do tipo canabinóides, também as NSP do tipo estimulantes sintéticos foram famosas durante a época das *smartshops*,

mas atualmente parecem não ter especial expressão entre os consumidores e consumos de NSP. Porém, olhando para os 57 casos de sujeitos que afirmaram um consumo recente destas substâncias (nos últimos 12 meses ou nos últimos 30 dias), apenas 28 foram capazes de identificar uma NSP deste tipo, perfazendo um total de 52 menções a este tipo de NSP. Destas 52 menções, 17 foram a substâncias convencionais; 3 à substância “MDA”; 3 ao “Bloom”; 3 ao “Molly”; 3 à “mefedrona”; 2 à “metilona” e as restantes 21 a outros nomes, designações ou compostos de NSP deste tipo, tais como: “BK-MDMA”, “Kick”, “4MMC”, “Codeína”, “MDPV-‘ivory wave’”, “Um tipo de MD (mistura)”, “5-Mapb”, “2CB”, “Butilona”, “Modafinil”, “PMMA”, “FMMA”, “Vivence”, “Imogen”, “1p-LSD”, “XTC”, “Metanfetaminas”, “BK-2CB”, “Adderall”, “5-APB” e “6-APB”.

Apesar de estarmos perante um tipo de substâncias com efeitos semelhantes aos das drogas convencionais mais comuns em meios festivos (Calado, 2006; 2007; Henriques, 2002), com os dados obtidos ficamos com a sensação que este tipo de NSP não é especialmente relevante atualmente e no mercado português, embora outros estudos nos possam sugerir o contrário (Lavado et al., 2018). Percebemos que a grande maioria dos sujeitos não consumiu esta substância recentemente e que poucos, mas alguns, souberam identificar e partilhar os nomes comerciais ou os princípios ativos das NSP do tipo estimulantes sintéticos, sendo por isso importante pensar sobre estes dados.

Questionando o facto de haver ainda mais indivíduos que afirmaram consumir estas substâncias, mas não saber identificá-las (28 de um total de 57 casos), lembramo-nos que apesar das NSP do tipo estimulantes sintéticos terem sido especialmente polémicas na altura das *smartshops* (ex.: os fertilizantes para plantas, a mefedrona, as *party pills*, et.) e hoje em dia se falar pouco sobre elas, atualmente são um dos grupos de NSP que regista o maior número de apreensões em Portugal e na Europa, a par dos canabinóides sintéticos (Lavado et al., 2018).

Neste sentido, questões como a adulteração das substâncias, implicando o consumo involuntário e desconhecido de algumas, ou o seu uso como substitutos de outras drogas ilícitas indisponíveis no mercado a determinado momento, poderão ser explicativas destes resultados.

NSP do tipo alucinogénias/psicadélicas

Relativamente às NSP do tipo psicadélicas, os dados sugerem-nos que consumos mais recentes apresentam percentagens mais elevadas – nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias (42,5%) e nos últimos 30 dias (33,5%). Poucos foram os indivíduos que nunca consumiram uma NSP deste tipo (14,2%) ou consumiram, mas há mais de 12 meses (9,9%).

Nestes casos, recorrendo mais uma vez à proximidade aparente entre o consumidor e este tipo de NSP, é nesta categoria que encontramos o maior número de sujeitos capazes de identificar NSP do tipo alucinogénias (151) e menções efetivas destas mesmas substâncias (295). Para facilitar a compreensão destes resultados, apresentamos a seguinte figura ilustrativa, construída a partir de todas as menções a NSP por parte dos participantes deste estudo:



Figura 6.3. Nuvem de palavras (menções) relativas às NSP do tipo alucinogénias apresentadas pelos participantes do estudo.

Tendo em conta o número elevado de menções feitas às NSP do tipo alucinogénias, recorreremos à figura acima de forma a ilustrar a predominância de certas NSP deste tipo face a outras. De acordo com o que podemos verificar, a substância “2CB” foi a mais mencionada (114 vezes), seguindo-se substâncias tais como a “Changa” (39); o 25-I (29); o DMT (24); o LSA (16); os NBOMES (12) e a Sálvia (7). Mais uma vez, e como acontece nos casos apresentados anteriormente, algumas das NSP do tipo alucinogénias foram identificadas de forma incorreta, remetendo para a identificação de substâncias convencionais (14 vezes), tais como o “LSD”, “ácido”, folhas, entre outras. Recorrendo a exemplos mais concretos e evocando todas as outras NSP deste tipo identificadas pelos participantes, seguem as seguintes designações: 5 menções à substância “DOC”; 3 às “1pLSD” e “25C-NBOME” e 2 às substâncias “Ayahuasca”, “Triptaminas”, “DOM”, “4-aco-dmt”, “2CI”, “2CC” e “25I-NBOME”. Outras 15 NSP do tipo alucinogénias foram identificadas, embora apenas mencionadas uma única vez, tais como: “N1H5”, “Micros”, “Anfetaminas”, “25I-NBOH”, “AL-LAD”, “super mário”, “PCP”, “MXE”, “MDME”, “DOX”, “4MMC”, “3CB”, “2CX”, “2012 (erva da *smartshop*)”, “2C-E”.

Mesmo que algumas das substâncias acima sejam substâncias convencionais e não NSP do tipo alucinogénias ou psicadélicas, seja por se tratar de designações muito genéricas (ex.:

“Anfetaminas”) ou nomes de rua (ex.: “super mário”), optámos por mantê-las nos casos em que há dúvidas. O que queremos dizer é que só e apenas nos casos muito objetivos e concretos é que, nesta fase, as identificámos como “substâncias convencionais” (ex.: “LSD”), deixando as restantes para registo e reflexão posterior em torno da multiplicidade de substâncias existentes no mercado.

Como não podia deixar de ser, também importa aqui sublinhar o facto de ser este o tipo de NSP com maior número de identificações neste estudo, sendo também o tipo de NSP mais consumidas recentemente pelos participantes. Ora, olhando para dados muito recentes, em Portugal, no que respeita às feniletilaminas, que aqui incluímos na categoria das NSP do tipo alucinogénias, foram identificados 6 tipos distintos, em 2017, e 4 no ano anterior (2016), predominando as da família 25x-NBOMe, a 25C-NBOMe e a DOC (Lavado et al., 2018). Contrapondo com os nossos resultados, percebemos que algumas coexistem – DOC, identificada 5 vezes, e a 25C-NBOMe, identificada três vezes pelos participantes -, embora muitas se revelem novas ou dentro daquelas que outrora foram consideradas pouco expressivas em amostras nacionais (ex.: 2CB, mencionada 114 vezes; Changa, mencionada 39 vezes; DMT, mencionada 24 vezes; 25-I, mencionada 29 vezes; LSA, mencionada 16 vezes; Sálvia, mencionada 7 vezes, entre outras).

Claro que, tal como sabemos e outros autores nos explicam, as substâncias alucinogénias são também o padrão de fundo dos contextos festivos (Calado, 2006; Henriques, 2002), sendo por isso expectável que sejam aqui as NSP mais consumidas, já que a grande maioria dos participantes pertence ao grupo de “consumidores recreativos” e não ao grupo de “consumidores virtuais”. Porém, permanece a ideia que, no mundo infundável de NSP disponíveis no mercado português, muitas poderão ser aquelas que são adulteradas ou simplesmente funcionam como substitutos de outras substâncias com efeitos semelhantes (psicadélicos), sem por isso os consumidores terem essa consciência e conhecimento.

NSP do tipo dissociativas

No que respeita à prevalência de consumo de NSP do tipo dissociativas, cerca de 77% (77,3%) dos participantes da nossa amostra revelou nunca ter consumido este tipo de substâncias. Os que consumiram, 6,4% foi há mais de 12 meses; 12% nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias e apenas 4,3% nos últimos 30 dias.

Se olharmos para os dados recentemente obtidos a nível nacional, percebemos que esta categoria de NSP (NSP do tipo dissociativas, onde incluímos os opiáceos sintéticos) é pouco

expressiva entre a população portuguesa, não representando assim um problema maior (Lavado et al., 2018). Porém, percebe-se que o MXE e a *Ketamina* apresentam alguma relevância na nossa amostra, embora esta última não tenha sido incluída, à partida, na nossa lista de NSP em análise. Por exemplo, no que concerne aos nomes fornecidos pelos sujeitos inquiridos, apenas 34 participantes foram capazes de identificar alguma destas substâncias, reunindo um total de 39 menções a NSP do tipo dissociativas: 30 vezes o “MXE”; 4 vezes a “Ketamina” e 5 vezes “outras substâncias”, tais como: “Codeína” (1), “MXP” (1), “Drunfos” (1), “DXM” (1) e “difenidina” (1).

“Outras” NSP

Já no que toca à prevalência de consumo de outras NSP, 53,2% dos participantes deste estudo revelou nunca ter consumido uma outra NSP; 8,6% ter consumido, mas há mais de 12 meses; 16,3% ter consumido no último ano, mas não nos últimos 30 dias e 21,9% nos últimos 30 dias.

Quanto aos nomes fornecidos pelos participantes, apenas 64 sujeitos admitiram ser capazes de identificar alguma “outra NSP”, reunindo um total de 91 menções às seguintes substâncias que, mais uma vez, apresentamos de forma ilustrada a partir de uma nuvem de palavras:

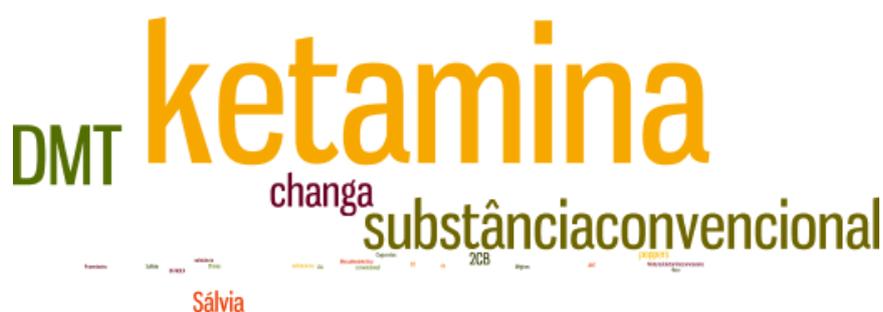


Figura 6.4. Nuvem de palavras (menções) relativas a “outras NSP” apresentadas pelos participantes do estudo.

Tal como podemos verificar, as “outras NSP” mais identificadas são predominantemente a “Ketamina”, uma substância que inicialmente não foi incluída na lista de

NSP deste estudo, e que foi mencionada 35 vezes pelos participantes, seguindo-se o “DMT e derivados” (23 vezes), onde também incluímos a “Changa” (8 vezes dentro das 23 menções), considerando-a um derivado; a “Sálvia” (5 vezes); o “2CB” (3); o “Poppers” (2) e, tal como acontece em quase todos os casos anteriores, 13 menções a “substâncias convencionais”. As restantes 11 menções dizem respeito a uma única menção (apenas uma vez) às seguintes substâncias: “cogumelos mágicos”, “sulfato de anfetaminas”, “2CI”, “AMT”, “prometazina”, “mescalina sintética”, “mistura de ketamina”, “LSA”, “charas”, “BK-MDEA”, “4-aco” e “mistura de *ketamina* com cocaína”.

Seguindo a mesma lógica anterior, embora algumas das substâncias mencionadas acima se tratem de “substâncias convencionais”, optámos por mantê-las como “outras” para fins de análise, tanto devido às dúvidas no que respeita à sua classificação – NSP ou não -, quanto à sua recente e/ou parca utilização (ex.: “charas”). Relembramos ainda, por exemplo, que a classificação que fazemos de NSP, dividindo-as em grupos (NSP do tipo canabinóides sintéticos; NSP do tipo estimulantes sintéticos; NSP do tipo alucinogénios e NSP do tipo dissociativas ou depressoras) é sempre discutível, já que muitos outros autores optam por classificá-las de forma distinta e em função do seu aparecimento no mercado (Calado et al., 2017; Lavado et al., 2018; Zawilska e Andrzejczak, 2015).

6.3. Grupos de idade e de consumidores de NSP por tipo de substâncias

6.3.1 NSP do tipo canabinóides

		NSP canabinóides			
		Não, nunca	Sim, há mais de 12 meses	Sim, nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias	Sim, nos últimos 30 dias
Idade	Menos de 25 anos	29,2	44,2	15,0	11,5
	25 anos ou mais	42,5	37,5	7,5	12,5
	Total	36,1	40,8	11,2	12,0
Grupos de consumidores NSP	CR	39,8	45,6	8,8	5,8
	CV	25,8	27,4	17,7	29,0
	Total	36,1	40,8	11,2	12,0

Quadro 6.2. Prevalência de consumo de NSP do tipo canabinóides por grupos de idade e grupos de consumidores (consumidores recreativos CR e consumidores virtuais CV)

No que respeita às idades dos consumidores, os participantes mais novos (menos de 25 anos) parecem ser também aqueles que consomem mais NSP tipo canabinóides, embora os consumos nos últimos 30 dias apresentem percentagens ligeiramente superiores entre os mais velhos - 11,5% com menos de 25 anos e 12,5% com 25 ou mais anos.

Acerca da prevalência de consumo de NSP tipo canabinóides por grupo de consumidores, 39,8% dos consumidores recreativos nunca consumiu uma destas substâncias e cerca de 46% (45,6%) consumiu, mas há mais de 12 meses. Percentagens mais baixas surgem nos consumos mais recentes – 8,8% nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias e 5,8% nos últimos 30 dias. Curiosamente, praticamente o inverso acontece com o grupo de consumidores virtuais, já que estes parecem ter consumos mais recentes de NSP tipo canabinóides sintéticos (29%, nos últimos 30 dias e 17,7% nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias), apresentando percentagens mais baixas nos consumos há mais de 12 meses (27,4%) e nos não consumos ao longo da vida (25,8%).

Em Portugal, tal como mencionado anteriormente, o consumo deste tipo de NSP prevaleceu essencialmente na altura das *smartshops* (entre 2007 e 2013) em formato de incensos ou misturas herbáceas (SICAD, 2013; Silva, 2012). No entanto, desde o Decreto-lei nº54/2013 de 17 abril que o seu consumo parece não ter especial expressão, embora dados recentes nos sugiram exatamente o contrário e identifiquem este grupo como o grande grupo de NSP consumidas no país (Calado et al., 2017; Carapinha e Calado, 2018; Lavado et al., 2018).

Olhando para a nossa amostra, para além de não ser o grupo de NSP mais consumido entre os participantes do estudo, não se verifica diferenças merecedoras de destaque em termos de idades, exceto no caso de consumo nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias, onde a taxa correspondente aos mais novos (15%) é o dobro dos mais velhos (7,5%). Embora de acordo com alguns estudos representativos nacionais, o consumo de NSP pareça prevalecer entre os mais jovens (Balsa et al., 2018; Calado et al., 2017; Carapinha e Calado, 2018), poucos são os estudos focados nas diferenças etárias entre os consumidores de NSP, não nos permitindo assim fazer inferências neste sentido.

6.3.2. NSP do tipo estimulantes sintéticos

		NSP estimulantes sintéticos			
		Não, nunca	Sim, há mais de 12 meses	Sim, nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias	Sim, nos últimos 30 dias
Idade	Menos de 25 anos	41,6%	32,7%	15,0%	10,6%
	25 anos ou mais	45,8%	30,8%	17,5%	5,8%
Grupos de consumidores NSP	CR	46,2%	36,3%	11,7%	5,8%
	CV	37,1%	19,4%	29,0%	14,5%

Quadro 6.3. Prevalência de consumo de NSP tipo estimulantes por grupos de idade e grupos de consumidores (consumidores recreativos CR e consumidores virtuais CV)

No que toca à prevalência de consumo de NSP por grupos de idade, os mais velhos (25 anos ou mais) são o grupo de indivíduos que menos consumiu uma NSP tipo estimulantes sintéticos ao longo da vida (45,8%), embora essa percentagem não divirja muito do grupo de consumidores mais novos (<25 anos) (41,6%). Relativamente a consumos mais recentes

(últimos 12 meses e últimos 30 dias), embora os mais velhos apresentem percentagens mais elevadas no que toca ao consumo nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias – 17,5%, quando comparado ao grupo dos mais novos (15%) -, os indivíduos mais novos apresentam percentagens ligeiramente superiores no caso dos consumos nos últimos 30 dias (10,6% para 5,8%) e no consumo há mais de 12 meses (32,7% e 30,8% entre os mais velhos).

Já relativamente à prevalência de consumo de NSP tipo estimulantes sintéticas por grupo de consumidores, as percentagens mais elevadas surgem no “não consumo”, tanto entre os consumidores recreativos (46,2%), como entre o grupo de consumidores virtuais (37,1%).

Os consumidores virtuais parecem ser o grupo de indivíduos que mais consumiu NSP estimulantes sintéticos ao longo da vida, embora o grupo de consumidores recreativos apresente uma percentagem superior no consumo de NSP do tipo estimulantes sintéticos há mais de 12 meses, o que poderá estar relacionado com a altura em que as *smartshops* estavam abertas por todo o país. Embora poucos, alguns consumidores recreativos e virtuais revelaram consumos recentes destas substâncias nos últimos 30 dias – 5,8% e 14,5%, respetivamente, o que se torna curioso dada a associação que se faz entre o uso de estimulantes e os meios festivos (Calado, 2007; Henriques, 2002).

Mais uma vez, estamos perante um conjunto de NSP que parece ter sido essencialmente consumido na época hegemónica das *smartshops*, o que não nos espanta propriamente dada a relevância das NSP do tipo estimulantes na altura, como os fertilizantes para plantas, a mefedrona e os *smiles* ou pastilhas semelhantes ao ecstasy que, entre 2007 e 2013, foram bastantes populares entre a população portuguesa (Ribeiro et al., 2014; SICAD, 2013). Contudo, dados recentes sugerem-nos que as NSP do tipo estimulantes sintéticos, onde incluimos, por exemplo, as catinonas sintéticas e as feniletilaminas, são um grupo com forte expressão entre os consumidores de NSP no país (Lavado et al., 2018)

Em termos de grupos de consumidores (CR e CV de NSP), se por um lado se verifica que o seu consumo há mais de 12 meses é superior entre os consumidores recreativos de NSP, podendo estar relacionado com a existência e disponibilidade de pontos de venda físicos de NSP entre 2007 e 2013, por outro percebe-se que a prevalência aumenta entre o grupo de consumidores virtuais nos casos de consumo mais recente (últimos 12 meses ou nos últimos 30 dias). Ora, se sabemos que o consumo de estimulantes é comum em meios festivos (a par das substâncias psicadélicas) (Calado, 2006; Carvalho, 2007; Henriques, 2002; Ribeiro, 2004), estes resultados parecem não corresponder às tendências dos últimos anos. No entanto, há aqui uma questão fundamental que eventualmente nos ajuda a explicar estes resultados: as questões relacionadas com a adulteração das substâncias.

Os consumos não-intencionais (adulteração) de NSP parecem ser um tema que não passa despercebido em torno deste assunto, assumindo-se como uma questão central no que respeita à noção e conhecimento que os indivíduos têm das próprias substâncias e dos seus consumos, tanto a nível internacional (Benschop et al., 2017; Vavrincikova et al., 2016), como a nível nacional (Lavado et al., 2018). Por exemplo, de acordo com os dados obtidos num relatório recentemente publicado sobre NSP, verifica-se que o consumo não intencional de catinonas (que aqui incluímos nesta categoria de substâncias – NSP do tipo estimulantes sintéticos) tem sido identificado em dispositivos de *drug checking* disponibilizados em diversos contextos recreativos do país. Neste caso e a título de exemplo, produtos vendidos como MDMA parecem conter metilona ou mefedrona (Martins et al., 2015), o que poderá justificar estes resultados, já que neste estudo consideramos apenas os indivíduos consumidores de, pelo menos, uma NSP no último ano, mesmo que nalgumas situações estes não sejam capazes de identificar as NSP consumidas por eles.

Por último e não menos importante é o facto de ser também possível que sejam os consumidores virtuais a desempenhar o papel de distribuidores deste tipo de NSP no mercado de rua e, por isso, o grupo que apresenta maiores taxas de consumo de NSP tipo estimulantes sintéticos na nossa amostra. Note-se que, de acordo com alguns autores, este é, para além do grupo predominante (OEDT, 2016), o grupo de consumidores aparentemente mais curiosos, envolvidos e conhecedores dos mercados virtuais de drogas, onde se movimentam de forma empreendedora e consciente da realidade de oferta e procura de substâncias (Tzanetakis, 2015; Wouters e Fountain 2015).

6.3.3. NSP do tipo alucinogénios/psicadélicos

		NSP tipo Psicadélicos			
		Não, nunca	Sim, há mais de 12 meses	Sim, nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias	Sim, nos últimos 30 dias
Idade	Menos de 25 anos	13,3%	7,1%	41,6%	38,1%
	25 anos ou mais	15,0%	12,5%	43,3%	29,2%
Grupos de consumidores NSP	CR	8,8%	7,0%	45,0%	39,2%
	CV	29,0%	17,7%	35,5%	17,7%

Quadro 6.4. Prevalência de consumo de NSP tipo alucinogénios/psicadélicos por grupos de idade e grupos de consumidores (consumidores recreativos CR e consumidores virtuais CV)

No que diz respeito ao consumo de NSP tipo psicadélicas, o grupo de consumidores recreativos de NSP é o que aparentemente consumiu mais estas substâncias recentemente - 39,2% para 17,7% (consumidores virtuais) no que toca ao consumo nos últimos 30 dias e 45% para 35,5% nos consumos nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias. São valores que não nos surpreendem, que vão ao encontro daquilo que se tem verificado nos últimos anos ao nível da associação que é feita entre o consumo de psicadélicos e as festividades (Calado, 2006; Henriques, 2002), mas que acima de tudo confirmam algumas das principais conclusões de estudos nacionais que nos indicam que as festas e os festivais são também os contextos mais comuns de consumo de NSP entre os portugueses (Calado et al., 2017; Calado e Lavado, 2016; Ribeiro et al., 2014).

Curiosamente, apesar de podermos ficar com a sensação que o consumo de psicadélicos tende a ser mais comum entre os ditos consumidores virtuais de NSP devido aos inúmeros psicadélicos existentes nos mercados online de drogas (Benschop et al., 2017; Lavado et al., 2018), a percentagem de indivíduos que nunca consumiu este tipo de substâncias é superior entre os consumidores virtuais – 29%, quando comparado aos consumidores recreativos (8,8%). Neste caso específico, importa lembrar que neste estudo incluímos substâncias como as famílias 2C, NBOMe, triptaminas e DMT na categoria de NSP do tipo psicadélicos, sendo estas, ao que parece, as NSP mais identificadas no país e consumidas em contextos recreativos e de lazer (Calado, 2013; Lavado et al., 2018; Martins et al., 2015).

Quanto aos grupos de idade, embora sem grandes diferenças em termos percentuais, são os mais velhos (25 ou mais anos) que parecem consumir menos NSP do tipo alucinogénias ao longo da vida (15%), quando comparados a sujeitos com idades inferiores (13,3%). Relativamente aos consumos mais recentes de NSP deste tipo, embora pareça ser também o grupo de idades mais avançadas que revela maiores percentagens no que toca ao consumo há mais de 12 meses (12,5%) e nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias (43,3%), os indivíduos com menos de 25 anos são o grupo com a maior percentagem de respostas que remetem para o consumo nos últimos 30 dias (38,1% quando comparado a 29,2%).

Tratando-se, portanto, de uma das categorias de NSP com mais expressão no país (Lavado et al., 2018), esperava-se que os mais novos fossem também os maiores consumidores deste tipo de NSP, já que aparentemente são também o grupo que apresenta taxas mais elevadas de consumo de NSP face aos mais velhos (Balsa et al., 2018; Eurobarómetro, 2014). Olhando mais uma vez para estes resultados, apesar de as diferenças não serem especialmente notórias, os nossos dados sugerem-nos que os participantes mais novos (menos de 25 anos) são o grupo com maior percentagem de consumo de NSP do tipo psicadélico ao longo da vida e nos últimos 30 dias, mas não na categoria do consumo há mais de 12 meses ou nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias.

6.3.4. NSP do tipo dissociativas

		NSP Dissociativas			
		Não, nunca	Sim, há mais de 12 meses	Sim, nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias	Sim, nos últimos 30 dias
Idade	Menos de 25 anos	69,9%	6,2%	16,8%	7,1%
	25 anos ou mais	84,2%	6,7%	7,5%	1,7%
Grupos de consumidores NSP	CR	74,3%	7,0%	13,5%	5,3%
	CV	85,5%	4,8%	8,1%	1,6%

Quadro 6.5. Prevalência de consumo de NSP tipo dissociativas por grupos de idade e grupos de consumidores (consumidores recreativos CR e consumidores virtuais CV)

Sobre o consumo de NSP tipo dissociativas, o grupo de consumidores virtuais apresenta uma maior percentagem de não consumo deste tipo de substâncias ao longo da vida (85,5%) quando comparado ao grupo de consumidores recreativos (74,3%), o que combina com os restantes resultados relativos ao consumo há mais de 12 meses – 7% entre o grupo de consumidores recreativos de NSP e 4,8% entre os virtuais – e aos consumos mais recentes – 13,5% nos últimos 12 meses e 5,3% nos últimos 30 dias, entre os consumidores recreativos de NSP e 8,1% e 1,6%, respetivamente e entre o grupo de consumidores virtuais de NSP.

Com relação aos grupos de idades, os participantes com menos de 25 anos de idade parecem ser também os maiores consumidores de NSP tipo dissociativas, não só porque apresentam percentagens inferiores aos consumidores com 25 anos ou mais no que toca ao não consumo destas substâncias ao longo da vida (69,9% e 84,2%, respetivamente), como também porque apresentam valores superiores no que toca ao consumo nos últimos 12 meses (16,8% para 7,5%) e nos últimos 30 dias (7,1% e 1,7%).

Neste caso específico, ao invés de nos focarmos nos grupos de consumidores e nas suas dissemelhanças – CR e CV de NSP – destacamos as diferenças entre os grupos de idade, já que autores nacionais (Balsa et al., 2018; Balsa et al., 2012; DGS, 2012) e internacionais (Eurobarómetro, 2014) nos chamam a atenção para este facto - a predominância do consumo de NSP entre os mais jovens. Realmente, e tal como se verifica, por exemplo, nos estudos realizados por Casimiro Balsa (2012 e 2016/2017), é entre a população mais jovem que a prevalência de consumo de NSP é mais elevada, o que se confirma nestes resultados e, mais acima, no que toca ao consumo de NSP do tipo estimulantes sintéticos e psicadélicos nos últimos 30 dias.

6.3.5. Outras NSP

		Outras NSP			
		Não, nunca	Sim, há mais de 12 meses atrás	Sim, nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias	Sim, nos últimos 30 dias
Idade	Menos de 25 anos	61,1%	8,8%	13,3%	16,8%
	25 anos ou mais	45,8%	8,3%	19,2%	26,7%
Grupos de consumidores NSP	CR	57,9%	7,0%	15,8%	19,3%
	CV	40,3%	12,9%	17,7%	29,0%

Quadro 6.6. Prevalência de consumo de “outras NSP” por grupos de idade e grupos de consumidores (consumidores recreativos CR e consumidores virtuais CV)

No que tange ao consumo de outra(s) NSP, o grupo dos consumidores recreativos apresenta percentagens superiores ao grupo de consumidores virtuais no que respeita ao não consumo de outras NSP ao longo da vida (57,9% e 40,3%). Mas no que toca aos consumos há mais de 12 meses ou mais recentes, tais como nos últimos 12 meses e nos últimos 30 dias, é o grupo de consumidores virtuais de NSP que apresenta percentagens mais elevadas quando comparadas ao grupo de consumidores recreativos – 12,9% para 7%, nos consumos há mais de 12 meses; 17,7% e 15,8% nos consumos nos últimos 12 meses e 29% para 19,3% no consumo nos últimos 30 dias.

Relativamente aos grupos de idade, ao contrário do que parece acontecer com outras NSP, os participantes com 25 anos ou mais são os que mais se associam ao consumo de outras NSP, exceto no que toca ao consumo de outras NSP há mais de 12 meses (8,8% entre os indivíduos com menos de 25 anos e 8,3% com 25 ou mais), embora apenas com uma ligeira diferença percentual. Foram também os mais novos que revelaram percentagens superiores no que toca ao não consumo de outras NSP ao longo da vida - 61,1%, entre os indivíduos com menos de 25 anos, para 45,8%, entre os com idade igual ou superior a 25 anos.

Para analisarmos profundamente os dados relativos às variáveis grupo de consumidores de NSP e grupo de idades, tendo percebido anteriormente diferenças sugestivas no que respeita à prevalência de consumo de NSP pelos participantes com idades inferiores a 25 anos,

considerámos importante verificar se realmente existem ou não diferenças estatisticamente significativas no que toca a cada tipo de NSP.

Neste sentido, assumindo um grau de significância de $p < 0,10$ na distribuição da variável “idade” pelos grupos de NSP consumidas pelos participantes, verificam-se diferenças estatisticamente significativas no consumo de NSP do tipo canabinóides ($U=5872,500$; $p < 0,10$) e tipo dissociativas ($U=5727,000$; $p < 0,10$), essencialmente consumidas pelos participantes mais novos (menos de 25 anos) deste estudo, e de “outras NSP” ($U=5621,000$; $p < 0,10$), aparentemente mais associadas ao grupo de participantes mais velhos deste estudo (25 anos ou mais) (cf. ANEXO C, Tabela I).

Relativamente aos grupos de consumidores, também se verificam diferenças estatisticamente significativas ao nível do consumo de NSP do tipo canabinóides ($U=3562,500$; $p < 0,001$) e do tipo psicadélicas ($U=3319,500$; $p < 0,001$), sendo que o grupo de consumidores virtuais parece estar mais associado ao consumo de NSP do tipo canabinóides e o grupo de consumidores recreativos ao consumo de NSP do tipo psicadélicas (cf. ANEXO C, Tabela II).

As NSP chegaram a Portugal de forma muito especial. Para além das cerca de 60 *smartshops* que foram abrindo por todo o país entre 2007 e 2013, muito alvoroço se fez neste caminho, tanto graças ao mediatismo em torno do fenómeno, como pelas discussões políticas acesas e responsáveis pela tomada de posição do governo face ao fenómeno. A partir de abril de 2013, com a entrada em vigor do Decreto-lei nº54/2013, todas as *smartshops* ou pontos de venda de NSP foram encerradas e, nos dias de hoje, este parece ser um fenómeno pouco expressivo em Portugal, embora este estudo pareça contrariar um pouco esta afirmação. Para além de termos a sensação que já ninguém ouve falar dele, alguns investigadores nacionais da área dos consumos têm-se dedicado ao estudo do tema, sugerindo que o consumo de NSP não é assim tão comum entre a população portuguesa (Calado, 2013; Calado, Lavado e Dias, 2017) e parece dizer essencialmente respeito a um grupo muito específico de sujeitos – os *internautas* ou frequentadores assíduos de espaços virtuais de socialização (Pires et al., 2015). No entanto, os resultados que aqui obtivemos e apresentamos parece esbater esta prevalência de consumo de NSP essencialmente entre os ditos “consumidores virtuais de NSP”, já que, por exemplo, no caso das NSP do tipo alucinogénios, o consumo verifica-se superior (quando comparado às restantes NSP) e essencialmente entre os “consumidores recreativos”.

6.4. Prevalência de consumo de substâncias ilícitas convencionais (SIC)

Embora este trabalho se foque no fenómeno das NSP, tendo em conta as semelhanças entre as NSP e as substâncias ilegais mais convencionais (SIC), consideramos importante aferir qual a prevalência de consumo dos participantes deste estudo no que diz respeito a estas últimas, mesmo que de forma mais leve e não tão aprofundada.

A partir dos resultados obtidos, foi possível perceber que todos os consumidores de NSP já tinham consumido, pelo menos, uma substância convencional ao longo da vida, destacando-se a prevalência de consumo de canabinóides, como a erva e o haxixe: apenas 0,4% dos participantes deste estudo declarou nunca ter consumido uma destas substâncias ditas convencionais (SIC), sendo que cerca de 71% (70,8%) tinha efetivado o seu consumo nas últimas 24 horas, dando-nos a sensação de estarmos perante consumidores regulares deste tipo de substâncias (cf. ANEXO C, Tabela III).

No que se refere ao consumo de substâncias ilícitas estimulantes do tipo anfetaminas ou speed, poucos foram os participantes que revelaram nunca ter consumido uma destas drogas ao longo da vida (14,2%), sendo que a maioria declarou já ter consumido, mas não nos últimos 12 meses (16,3%); no último ano, mas não nos últimos 30 dias (24,5%); nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas (33,5%) e alguns nas últimas 24 horas (11,6%).

Quanto ao Ecstasy/MDMA, mais de metade dos participantes do presente estudo assumiu ter consumido este tipo de substâncias: 46,6% dos sujeitos declarou ter consumido nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas, e 20,3% nas últimas 24 horas. Muito poucos foram os que jamais consumiram tais drogas ao longo da vida (4,3%).

Relativamente ao consumo de cocaína (pó), cerca de 12% (12,5%) dos participantes deste estudo revelou nunca ter consumido esta substância ilícita; quase 13% (12,9%) consumiu, mas não nos últimos 12 meses; 22,4% consumiu nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias; 36,2% consumiu nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas e cerca de 16% (15,9%) consumiu nas últimas 24 horas. Já o consumo de crack-cocaína ou “free-base”, de acordo com a nossa amostra, os dados sugerem-nos que a grande maioria dos participantes nunca consumiu este tipo de substâncias (76,3%). No caso desta última substância, embora a tenhamos incluído no questionário, a sua prevalência de consumo em Portugal é praticamente nula, o que aparece retratado nestes resultados, e a sua inclusão neste questionário diz essencialmente respeito ao facto do questionário ter sido concebido para um contexto europeu.

No que respeita ao consumo de substâncias mais problemáticas, como a heroína e/ou outros opiáceos não prescritos, os dados sugerem-nos que a grande maioria dos consumidores

de NSP participantes deste estudo nunca consumiu alguma destas drogas (88,3%), sendo que apenas 4% consumiu nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias e outros 4% nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas. Não se registraram quaisquer consumos nas últimas 24 horas.

Quanto à prevalência de consumo de cogumelos mágicos, cerca de 23% (23,2%) dos participantes da nossa amostra nunca consumiu alguma destas substâncias ao longo da vida e cerca de 26% (25,8%) destes consumiu, mas há mais de 12 meses. Quanto aos consumos mais recentes, 27,5% dos participantes consumiu cogumelos mágicos no último ano, mas não nos últimos 30 dias; 19,3% nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas e apenas 4,3% consumiu alguma destas substâncias nas últimas 24 horas.

Já o consumo de LSD ou “ácidos”, por exemplo, cerca de 11% (10,7%) dos consumidores de NSP revelou nunca ter consumido esta substância ao longo da vida; 14,6% consumido, mas há mais de 12 meses; 26,2% nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias; 36,5% nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas e apenas 12% nas últimas 24 horas.

De acordo com os dados obtidos, a prevalência de consumo de metanfetaminas entre os consumidores de NSP, como o “crystal meth”, por exemplo, é reduzida. Muitos foram os sujeitos que admitiram nunca ter consumido uma substância deste tipo ao longo da vida (83,1%), o que nos sugere que as mesmas poderão não ser uma alternativa muito comum às múltiplas substâncias e novas drogas que vão surgindo e ressurgindo no mercado e entre consumidores de substâncias psicoativas em geral. Porém, se assumirmos que o “crystal meth” é uma nova droga ou, pelo menos, uma droga de nova geração, acreditamos que a baixa prevalência de consumo declarado desta substância entre os participantes poderá ser um dado relevante e merecedor de especial atenção: 7,8% dos participantes deste estudo revelou já ter consumido, mas há mais de 12 meses; 5,2% nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias; 3,5% nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas e 0,4% nas últimas 24 horas.

Há quase 10 anos foi publicado um relatório elaborado pelo OEDT e a EUROPOL sobre a substância “metanfetamina”, adiantando que as mesmas pertencem ou poderão encontrar-se em dois subgrupos de substâncias: as substâncias tipo-anfetaminas e as substâncias tipo-ecstasy, onde se incluem, por exemplo, o MDMA, o MDA e o MDEA (OEDT, 2009a). Ora, se mais uma vez estamos perante um exemplo de uma NSP que neste inquérito é considerado uma substância ilícita convencional (SIC), estando por isso incluída na lista de substâncias ilícitas apresentadas como hipóteses de resposta aos inquiridos, importa interpretar estes dados numa

outra perspectiva, ou seja, como uma novidade ou até tendência de consumo entre os participantes deste estudo.

Desenvolvendo ainda mais esta questão, até para clarificar o mais possível estes detalhes que muito contribuem para uma melhor definição de NSP, relativamente à prevalência de consumo de substâncias como a “Cetamina”, “Special-K” ou “Vitamina K”, mais de metade dos inquiridos revelou nunca ter consumido uma destas substâncias ao longo da vida (54,5%), mas alguns apresentavam consumos mais recentes: 15,5% dos participantes revelou ter consumido nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias; 14,6% nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas, e 4,3% nas últimas 24 horas.

Como acima mencionado e retratado com o exemplo das metanfetaminas, podemos estar perante mais um caso de uma substância ilícita convencional que, no caso e contexto português, é reconhecida e incluída na classe das NSP, sendo por isso outro dado importante e merecedor da nossa atenção.

A prevalência de consumo de metanfetaminas é relativamente semelhante entre os dois grupos de consumidores de NSP (CR e CV) - 83,5% dos indivíduos do grupo de consumidores recreativos e 82% do grupo de consumidores virtuais de NSP nunca consumiu uma destas substâncias ao longo da vida, mas no que toca a substâncias como a “ketamina”, o mesmo não acontece. No caso desta última substância em particular, o grupo de consumidores recreativos de NSP apresenta percentagens mais elevadas de consumo ao longo da vida do que o grupo de consumidores virtuais, sendo também por isso um dado importante para refletir em torno do seu relativo surgimento recente no mercado e do lugar que ocupa na vida dos indivíduos.

De acordo com os dados obtidos, 43,9% dos indivíduos pertencentes ao grupo de consumidores recreativos nunca consumiu substâncias como a “ketamina”, sendo que esta percentagem é ainda maior entre os consumidores virtuais (83,9%), ou seja, são mais os consumidores recreativos de NSP associados ao consumo destas substâncias do que os consumidores virtuais, dando-nos a sensação que esta se trata de uma substância essencialmente recreativa, ao invés de problemática.

Para além de o grupo de consumidores recreativos de NSP apresentar maiores taxas de consumo de “ketamina” face ao grupo de consumidores virtuais, se olharmos para a sua prevalência de consumo percebemos que estas são substâncias de uso recente entre os nossos participantes: 17,5% consumiu nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias; 19,9% nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas, e 5,8% nas últimas 24 horas. Já o grupo de consumidores virtuais de NSP parece apresentar percentagens mais baixas ao nível do seu consumo efetivo: para além da vasta maioria ter declarado nunca ter consumido alguma destas

substâncias (83,9%), nenhum sujeito apresentou consumos nos últimos 30 dias ou nas últimas 24 horas, sendo que apenas 9,7% consumiu nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias, e 6,5% há mais de 12 meses.

Note-se, por exemplo, que a *ketamina* é considerada uma substância ilícita neste estudo devido às linhas orientadoras do projeto NPS-trans, embora não o seja no contexto português. De acordo com alguns autores e profissionais da área nacionais, a *ketamina* é, sim, considerada uma NSP (Calado, 2013; Henriques et al., 2018) que representa uma novidade ou uma prática recente no âmbito do consumo de substâncias entre a população portuguesa, sendo por isso um detalhe importante para incluir na reflexão em torno destes resultados. Se assim for, importa destacar que, para além de ser uma substância que tanto se pode incluir no grupo de NSP como no de substâncias ilícitas convencionais, neste estudo o seu uso parece dizer essencialmente respeito ao grupo de consumidores recreativos.

Igualmente baixa foi a taxa de participantes consumidores de substâncias como o GHB, GBL ou 'ecstasy líquido' (17,2%). A vasta maioria afirmou nunca ter consumido alguma destas substâncias ao longo da vida (82,8%), sendo que apenas 10,8% destes consumiu, mas há mais de 12 meses; 3,9% nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias; 2,2% nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas, e apenas 0,4%, nas últimas 24 horas.

Quanto à prevalência de consumo abusivo de medicamentos sujeitos a receita médica não-prescritos tipo “upper”, como o exemplo da “Ritalina” entre os consumidores de NSP, também foram poucos os que revelaram já ter consumido alguma destas substâncias ao longo da vida, sendo que apenas 9% (8,6%) consumiu, mas há mais de 12 meses; 5,2% nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias; 2,6% nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas, e 0,9% nas últimas 24 horas.

Já a prevalência de consumo de substâncias como medicamentos sujeitos a receita médica não prescritos, tipo “downer”, como as benzodiazepinas e os fármacos Z sem opiáceos, os valores são igualmente baixos – apenas cerca de 16% dos participantes da nossa amostra revelou ter consumido alguma destas substâncias ao longo da vida, sendo que 7,3% consumiu, mas há mais de 12 meses; 4,7% nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias; 3,4% nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas, e 0,4% nas últimas 24 horas.

Para terminar, apesar de termos incluído neste estudo a análise da prevalência de consumo de medicamentos, sejam eles de que tipo for, importa lembrar que o seu uso abusivo poderá ser distinto do consumo das ditas substâncias psicoativas recreativas, tal como defende o estudioso Casimiro Balsa e os seus colaboradores (2012; 2018). Para este autor, para além de se verificarem diferenças ao nível do próprio perfil do consumidor (normalmente mais velhos

e essencialmente do sexo feminino), o uso de medicamentos do tipo sedativo, tranquilizantes ou hipnóticos parece vir a diminuir ligeiramente nos últimos anos (Balsa et al., 2012; 2018).

Embora pareça fazer pouco sentido integrar os medicamentos na nossa lista de substâncias ilícitas convencionais consumidas pelos participantes da nossa amostra, incluí-las nos estudos poderá não ser assim tão descabido dadas as próprias características das NSP. Muitas vezes as NSP surgem a partir de experiências realizadas com substâncias mais antigas ou então como fruto de novas utilidades atribuídas a substâncias com outros fins, como aconteceu, por exemplo, com os análogos do *aminorex*, um forte estimulante que acabou por criar novas substâncias do tipo estimulantes sintéticos (ex.: MDMAR e 4,4'-DMAR) (OEDT, 2014), sendo por isso importante aferir prevalências de consumo e, em estudos futuros, solicitar até alguns exemplos concretos aos participantes, já que podemos ser surpreendidos ou mesmo identificar novas NSP disponíveis no mercado.

6.5. Contextos, problemas e efeitos negativos associados ao consumo de NSP

6.5.1. Locais e contextos habituais de consumo de NSP

Relativamente aos contextos físicos onde os participantes deste estudo declararam consumir NSP, tendo a possibilidade de escolher mais do que uma opção de resposta, 205 (88%) indivíduos revelaram consumir NSP em contextos noturnos; 91 (39%) na rua ou no parque; 97 (42%) na casa de amigos; 91 (39%) na sua própria casa; 11 (5%) no trabalho ou na escola; 11 (5%) numa unidade residencial ou *hostel* e 4 (2%) em salas de consumo ou serviço de baixo nível de exigência.

Olhando para os dados obtidos aqui fica mais fácil perceber a dimensão da nossa amostra de consumidores recreativos face ao grupo de consumidores virtuais de NSP. Se é sabido que a grande parte dos consumos destas substâncias ocorre essencialmente em espaços de diversão noturna, é também mais provável que os consumidores de NSP se encontrem mais facilmente nesses contextos, tal como acontece neste estudo com a distribuição dos indivíduos pelos grupos de participantes – os consumidores recreativos e os consumidores virtuais de NSP.

Porém, os contextos recreativos não são os únicos locais de consumo de NSP, já que há determinadas substâncias (NSP, neste caso) que parecem ter usos e funções muito próprias, podendo inclusivamente estar associadas também ou apenas a determinados movimentos e rituais. Destacando um exemplo concreto por forma a ilustrar este mundo de significados que parecem surgir associados a esta NSP, anotámos que um dos participantes adquiriu “ayahuasca”

num ritual espiritualizante em Portugal e, em combinação com um dos contributos de um dos “peritos em NSP” entrevistados para este trabalho, conseguimos perceber o seu significado enquanto “substância espiritualizante” e por isso entender que a mesma possa ser utilizada de diferentes formas e em contextos distintos: a “Changa”, fumada e utilizada em contexto festivo, e a “Ayahuasca”, enquanto preparação em chá associada a práticas ritualizantes.

Daqui resulta que a classificação destas substâncias enquanto NSP não seja consensual. Numa das entrevistas surgiu precisamente esta questão da “ayahuasca” enquanto NSP, nos seguintes termos:

“Mas a “Ayahuasca” é uma NSP? (...) pois, é que nem sequer é nova.” e/ou “(...) é sempre em ambiente de cerimónia (...), algo que vou fazer num trabalho espiritual, numa busca (...) uma evolução como pessoa. A “Iboga”, também associada a isso; a “mescalina”, o “cactus são pedro”, tal e qual... são tudo coisas cerimoniais.” (E2).

Nas entrevistas realizadas, ao falarmos sobre os locais de consumo habituais de NSP, foi-nos referido que:

“Em 2016 o tema do Boom era o Xamanismo (...) havia muita Changa (...)” (E3)

“Em Portugal, na zona de Sintra temos as cascas e as raízes que são precisas, apesar de não termos o DMT em grandes quantidades (...) este grupo é pessoal do Brasil, pessoal de vários lados, então agora vai haver um carregamento... vão trazer um quilo de DMT para nós fabricarmos cá, pois é mais fácil a extração e a percentagem de DMT é melhor. (...) Este DMT é para rituais e é para vender, mas só para amigos.” (E3)

6.5.2. Companhias e locais habituais de consumo de NSP

Quanto às companhias habituais de consumo de NSP, a grande maioria dos participantes deste estudo consome estas substâncias sempre com companhia (70%) e na maior parte das vezes com companhia (23%), sendo que poucos foram os que declararam ter consumido NSP sozinhos (apenas quatro indivíduos - 2%).

	Casa	Casa de amigos	Vida noturna	No trabalho ou escola	Na rua, parque, etc.	Salas de consumo serviços baixo nível de exigências	de ou hostels	Unidade residencial,
N	91	97	205	11	91	4		11

Quadro 6.7. Companhias habituais de consumo de NSP entre os participantes

A sociabilidade, onde se incluem os momentos festivos entre os indivíduos, faz parte dos estilos de vida dos sujeitos e está há muitos anos associada ao fenómeno do consumo de drogas (Henriques, 2002; Negreiros, 2003; Fernandes, 1990; Chaves, 1998). Como se pode verificar no quadro acima, os participantes que efetivamente optaram por consumir NSP na companhia de outros, declararam tê-lo feito maioritariamente na vida noturna (205 participantes) e em casa de amigos (97), mas alguns também mencionaram em casa (91) ou no parque (91).

Embora com poucos dados nacionais sobre os contextos e companhias de consumo de NSP, sabe-se que o consumo destas drogas parece estar essencialmente associado aos contextos festivos (Calado, 2013; Calado et al., 2017; Calado e Lavado, 2016; Lavado et al., 2018), sendo por isso normal que os nossos dados nos indiquem que a vida noturna e a casa de amigos são os principais contextos de consumo de NSP entre os participantes da nossa amostra.

Relativamente ao facto de 91 dos participantes deste estudo terem assumido consumir NSP na rua ou no parque, importa lembrar que a opção “vida noturna” podia não incluir festivais e encontros diurnos ao ar livre aos olhos do inquirido, pelo que não devemos sobrevalorizar estes números, já que muitas vezes a recolha da presente amostra foi realizada em simples espaços de convívio durante o dia, como miradouros e eventos ao ar livre (ex.: festival Brunch electrónico).

6.5.3. Formas de preparação e consumo de NSP com outras substâncias

Quando inquiridos sobre a forma de preparação das NSP, a grande maioria dos participantes (186 indivíduos, 80% da amostra total) afirmou nunca ter feito qualquer tipo de preparação, ou seja, quando consumiu a NSP esta já estava pronta e preparada para consumo. Menos foram os que declararam ter feito uma mistura própria de ervas (4 participantes, 1,7%

da amostra total); um preparado de e-líquido feito em casa (4 participantes); uma mistura caseira com várias NSP (8 participantes, 3,4% da amostra); uma mistura feita em casa com drogas tradicionais (5 participantes, 2,1% da amostra), sendo que 30 dos participantes (12,9%) revelaram ainda fazer preparações caseiras de NSP misturadas com tabaco.

Tendo ainda a possibilidade de escolha “outra forma de preparação de NSP” nas opções de resposta possíveis de encontrar no questionário, 4 dos participantes deste estudo escolheram esta categoria de resposta e forneceram-nos alguma informação acerca de outras formas como as NSP são preparadas para consumo. Exemplos como a “Mistura das sementes de LSA com água quente, mas não a ferver”; a “sintetização num laboratório universitário” e “plantação caseira de Sálvia” foram alguns dos contributos fornecidos pelos participantes deste estudo.

De facto, sabe-se que as NSP, incluindo também precursores e princípios ativos, tendem a ser vendidas essencialmente no mercado de rua (Lavado et al., 2018), estando por isso já preparadas para consumo. Porém, também se sabe que muitas vezes as NSP funcionam e são introduzidas no mercado como substâncias de corte (Martins et al., 2018), sendo então preparadas em casa, pelo revendedor ou produtor, e postas no mercado posteriormente.

Quanto ao consumo combinado de NSP e outras substâncias, no caso das NSP misturadas com outras NSP, 54% dos participantes revelou nunca ter feito tal combinação; 12% revelou tê-lo feito raramente; 18% às vezes; 8,6% muitas vezes, e 3% sempre, sendo que alguns optaram por não responder (4,3%). Relativamente às NSP misturadas com drogas tradicionais, 15% revelou nunca ter feito tal combinação; 8,6% raramente; 21,9% às vezes; 24,9% muitas vezes e 29,2% sempre. Nesta linha de pensamento, uma das questões que nos salta à vista é a prevalência de consumo de substâncias tradicionais face às NSP, deixando-nos a sensação que o consumo de NSP é mais experimental e esporádico e, por isso, provavelmente combinado com outras substâncias ilícitas. Na verdade, a noção de que as NSP não são uma primeira opção e, portanto, uma porta de entrada para o consumo de outras drogas (Lavado et al., 2018), ajudam-nos a compreender os resultados aqui obtidos. Embora não retirando a hipótese que muitos dos participantes façam um uso concomitante de ambas as substâncias (NSP e ilícitas), lembramos que as NSP parecem apresentar consumos raros, esporádicos e muitas vezes não-intencionais no país (Balsa et al., 2018; Calado et al., 2017; Calado e Lavado, 2016; Lavado et al., 2018; Ribeiro et al., 2014).

Já no que respeita ao consumo de NSP combinado com álcool, muitos foram os sujeitos que assumiram fazê-lo sempre (37,8%) ou muitas vezes (16,9%), embora muitos tenham também declarado nunca ter feito tal mistura (20,2%) ou tê-lo feito às vezes (17,2%), sendo que

apenas 8,2% o fez raramente, dados estes que não nos espantam dada a elevada prevalência de consumo de álcool no país.

6.5.4. Problemas e efeitos associados ao consumo de NSP

Uma das dimensões do questionário dizia respeito aos problemas e efeitos negativos associados ao consumo de NSP, sendo estas questões fundamentais para a análise ao fenómeno das NSP entre a população residente em Portugal. Apesar de estudos nacionais indicarem que os indivíduos tendem a associar maiores riscos e problemas às NSP do que às substâncias ditas tradicionais (Lavado et al., 2018; Ribeiro et al., 2014), a parca investigação disponível que desenvolve este assunto demonstra-nos a preponderância dos riscos e danos principalmente nos domínios da saúde mental e física dos consumidores (Lavado et al., 2018; Zawilska e Andrzejczak, 2015).

Quando questionados sobre os mais diversos problemas sentidos associados ao consumo de NSP, 33,9% dos participantes deste estudo afirmaram que sim, que já tinham tido efeitos secundários agudos desagradáveis relacionados com o consumo de NSP. No que concerne a problemas mentais ou físicos a médio-longo prazo, por exemplo, apenas 6% da amostra confirmou ter sentido tais consequências associadas ao consumo de NSP. Já no que toca a problemas sociais, alguns participantes revelaram confrontar-se com algum tipo de consequências negativas (6,9%).

Quanto aos efeitos secundários agudos desagradáveis, sintomas como o aumento da frequência cardíaca (24,9%), dores de cabeça (15,5%), náuseas/vómitos (16,3%), dores de estomago (9,4%), tonturas (16,7%), câibras musculares (7,7%), perda de consciência ou coma (6,4%), ansiedade ou “trips” de terror (22,7), falta de ar (6,4%), hipertermia (5,6%), agressão/violência (4,7%) e paranoia (16,3%) foram algumas das consequências assinaladas e associadas ao consumo de NSP pelos participantes deste estudo. Para além destas últimas, foram ainda identificados “outros efeitos secundários agudos desagradáveis” por 7 dos consumidores de NSP, tais como: “alguma lentidão cognitiva”; “confusão e lentidão mental”; “modela e fraqueza”; “paralisia do corpo”; “perda de memória”, “reação estranha na parte cognitiva” e “tremores”.

Relativamente aos problemas mentais ou físicos a médio ou longo prazo relacionados com o consumo de NSP, e com a possibilidade de identificar sintomas concretos e enumeradas objetivamente no questionário, 1,7% dos participantes assinalaram sintomas como a dependência/sintomas de abstinência/desejos incontrolláveis; 6,4%, a depressão; 4,3%, as

perturbações paranoicas; 3,4%, a perda de peso e a mesma percentagem (3,4%) para outros problemas mentais a médio-longo prazo, tais como a “baixa autoestima”; a “desregulação sensorial”; “pensar que não voltava ao normal”; a “perda de memória a curto prazo” e “problemas em falar”.

Note-se que, por exemplo, olhando para os resultados recentemente obtidos num relatório sobre NSP em Portugal, mais do que perturbações psicóticas, sintomas como a ansiedade e perturbações no sono foram os principais problemas mencionados pelos consumidores de NSP (Lavado et al., 2018), combinando de certa forma com os resultados aqui obtidos.

No que toca a “outros tipos de problemas físicos”, o “cansaço extremo e problemas pulmonares”; “fiquei com a sensação de estar meio gripado, dorido” e “problemas de ossos, ciática” foram alguns dos efeitos relacionados com o consumo de NSP mencionados pelos participantes deste estudo.

Quanto a problemas sociais diretos e relacionados com o consumo de NSP, 1,7% dos inquiridos afirmou ter tido conflitos na escola ou na universidade; 1,3% conflitos no trabalho; 7,7% conflitos com o companheiro(a) ou com a família; 0,9% (dois casos apenas) problemas com a habitação; 3% problemas legais ou encontros com a polícia e apenas outros dois indivíduos (0,9%) confessou ter outros problemas sociais deste género, tais como “alienação social” e “tornar-se antissocial”.

Apesar de não ter sido possível associar cada um destes sintomas acima mencionados a uma ou outra NSP específica, percebe-se que sensações como as dores de cabeça; as insónias; a ansiedade; os vómitos e as náuseas e algumas disfunções sensoriais prevalecem na nossa amostra e noutros estudos nacionais sobre o tema, sendo por isso muito comuns entre os consumidores destas substâncias emergentes, verificando-se uma menor identificação de problemas sociais associados, tais como problemas na família e na vida social dos indivíduos (Lavado et al., 2018; Zawilska e Andrzejczak, 2015).

6.6.Meios e locais de aquisição de NSP

Outra das dimensões do questionário aplicado neste estudo dizia respeito às formas e locais habituais de aquisição das NSP, já que uma das nossas grandes questões de investigação é a própria dinâmica das NSP nestes novos mercados físicos e virtuais de substâncias.

Embora Portugal seja um exemplo muito específico no âmbito da droga, aparentemente graças às suas políticas de descriminalização do consumo (Vavrincikova et al., 2016), estudos

internacionais sugerem-nos que o fenómeno das NSP se distingue essencialmente por dois fortes aspetos: pelo surgimento de novas substâncias a uma velocidade nunca antes vista e pela sua ocupação no espaço virtual de comércio de drogas, criando assim uma espécie de novo mundo repleto de possibilidades de venda e aquisição de inúmeras substâncias (Eurobarómetro. 2014; OEDT, 2016; UNODC, 2013). Conjugando estes dois fatores, olhando para os resultados de alguns estudos nacionais e apenas para a última década, percebemos que estes espaços são uma das grandes novidades associadas ao fenómeno das NSP, sendo por isso imperativo perceber a sua dinâmica. Reconhecendo-os como locais estratégicos de recolha de informação (do ponto de vista do investigador), para além dos famosos “contextos festivos”, que há muito se apresentam como locais de uso e abuso de drogas em geral (Calado, 2006; Henriques, 2002), também a internet e os mercados online se apresentam como meios e locais de aquisição de NSP, embora esta opinião possa ser distinta. De acordo com o recente relatório sobre NSP em Portugal, apesar da internet ser vista pelos profissionais da área dos consumos como o principal local de aquisição de NSP no país (94% destes considerou que as NSP são vendidas aqui), os próprios consumidores de NSP apresentam uma opinião distinta, evocando a venda entre amigos e o comércio de rua como principais meios e locais de aquisição de NSP (Lavado et al., 2018).

Inquiridos sobre a forma como habitualmente obtiveram as NSP consumidas por eles nos últimos 12 meses, podendo escolher mais do que uma opção de resposta, 68,7% dos participantes deste estudo revelou ter comprado as NSP; 50,6% obteve-as gratuitamente; 11,6% em troca de algo; 12,9% com um amigo que comprou para ele com o dinheiro dele; 30,9% numa compra em grupo e 2,1% obteve de outra forma (ex.: “encontrou” (3 participantes); “num ritual” (1) ou “numa festa” (1)). Neste penúltimo caso (“num ritual”), por exemplo, o contributo deste participante chama-nos especialmente à atenção pelo facto de o sujeito se referir a uma substância tão específica como a “Ayahuasca”, dando-se a sensação que a mesma foi partilhada num desses rituais e com um propósito muito específico. Estando muitas vezes associada a questões ligadas à espiritualidade, e tal como apresentada anteriormente a partir do testemunho de um dos nossos peritos em NSP (entrevistado E3), é uma substância que, ao que parece, é consumido em Portugal em experiências ditas “espiritualizantes”, normalmente utilizadas com um significado e num momento particular.

Quanto aos participantes que declararam ter comprado as NSP (68,7%), a grande maioria assinalou que as comprou a um amigo (76 respostas), acompanhando os dados sugeridos a nível nacional (Lavado et al., 2018), ou a um dealer particular (75 respostas), sendo que menos foram aqueles que as compraram na internet (27 respostas totais); a um dealer de

bar (21 respostas); a um dealer de rua (34) ou a “amigos de amigos” (apenas uma resposta). Neste caso, e tal como os casos que iremos apresentar já de seguida, iremos divulgar os números absolutos (N) ao invés de percentagens (%), já que os indivíduos tinham a hipótese de escolher mais do que uma resposta e, em muitas situações e categorias de resposta, os números são deveras reduzidos.

Por exemplo, quando os participantes respondiam que tinham adquirido as NSP numa loja, era-lhes perguntado que tipo de loja se tratava, sendo que quase todos os sujeitos referiram comprá-las em *smartshops*, sendo que apenas um sujeito mencionou numa “sexshop” e outro não respondeu.

Nos casos em que os participantes declaravam ter adquirido as NSP na internet, menos frequente, era-lhes igualmente perguntado onde, em que fonte as conseguiram e recorreram, sendo que 11 declararam ter sido numa loja especializada em NSP/drogas legais; 4 num fórum da internet; 3 nas redes sociais; 10 na *darknet com marketplace* e 7 na *darknet sem Marketplace*, o que de certa forma corrobora a relação que tem vindo a ser feita entre as NSP e a sua venda neste tipo de mercados (Nabben, 2015; Tzanetakis, 2015; UNODC, 2013).

No caso dos sujeitos que admitiram obter as NSP gratuitamente, 38 afirmaram que a receberam como presente, 99 porque alguém partilhou com eles e apenas um sujeito mencionou que encontrou.

Quando os sujeitos afirmavam que habitualmente trocaram as NSP por algo, foi-lhes também perguntado por quê, sendo que 25 participantes confessaram ter trocado por outras drogas (tradicionalis); 5 por outras NSP; 4 por produtos comuns e apenas 2 por trabalho ou serviços.

	outras drogas	outras NPS	produtos comuns	trabalho/serviços	sexo
N	25	5	4	2	0

Quadro 6.8. Substâncias ou produtos que os participantes afirmaram trocar por NSP

Uma outra questão que se destacou foi o facto de termos percebido que, para além de lojas virtuais, a internet e alguns espaços virtuais funcionam também como locais de partilha e obtenção de informação sobre as substâncias, sejam elas NSP ou não. Esta informação, para além de evidenciada em estudos anteriores (Pires et al., 2015; Ribeiro et al., 2014) foi também evidenciada nas nossas entrevistas, como se mostra nas transcrições seguidamente apresentadas:

“Há o boca-a-boca, de conversas, mas pá, a internet diz muita mentira, mas nestas merdas consegues informação mais verdadeira (...) com feedbacks e tudo.” (E4)

“Antes de consumir ou experimentar qualquer coisa, informo-me na internet, ou seja, já sei para o que é vou.” (E3)

Recorrendo ainda ao depoimento de um dos entrevistados para este estudo, percebe-se que em Portugal o comércio online de NSP parece ser restrito e dizer apenas respeito a um grupo muito específico de indivíduos, aos internautas (Calado, 2013; Vavrincikova et al., 2016; Lavado et al., 2018), grupo este que não representa a maioria dos consumidores de NSP, tal como sugere a seguinte afirmação acerca dos sujeitos que adquirem NSP online:

“Têm umas ideias, mas não conseguem fazer (...), não sabem. Por exemplo, podem saber que aquilo [as NSP] há na internet, mas não conseguem fazer (...). Precisam de entrar pela darknet... é tudo encriptado, é privado mesmo, não dá para ter acesso àquele servidor.” (E4)

Para além desta afirmação nos evidenciar que em Portugal se comercializam NSP na internet a partir de plataformas ditas “escondidas” e internacionais, sugere-nos que por detrás destes sistemas existe um conjunto de pessoas munidas de fortes competências informáticas e tecnológicas, sendo por isso um grupo restrito de pessoas, eventualmente merecedor de uma atenção especial.

Dito de outra forma, e reconhecendo a importância do espaço virtual no contexto mundial das NSP, um das grandes questões e desafios para a investigação é conseguir identificar e descrever este grupo específico de consumidores, onde muito provavelmente os métodos qualitativos têm um valor acrescido graças à sua capacidade de aceder a informações mais profundas e sensíveis quando comparados às técnicas de investigação de carácter extensivo.

6.7.Reduzir os problemas da droga: como?

Outra das questões que sempre nos fez sentido refletir quando pensávamos sobre o fenómeno das NSP em Portugal era a forma como os portugueses e, neste caso, os participantes deste estudo ponderariam e imaginavam as melhores respostas para reduzir os problemas com a droga, sejam elas NSP ou não. Tendo em conta a nobre história de Portugal e o seu reconhecimento internacional face às políticas e boas práticas em torno deste tema, a opinião,

bem como as crenças que os sujeitos apresentam para melhorar este contexto pareceram-nos, desde início, extremamente interessantes para o nosso trabalho, nomeadamente porque estas nem sempre combinam com a própria perceção e opinião que os profissionais da área têm acerca do assunto NSP (Lavado et al., 2018).

Desta forma, no sentido de percebermos qual a opinião dos 233 participantes deste estudo relativamente às formas mais eficazes para reduzir os problemas relacionados com as drogas, foi-lhes pedido que escolhessem até três das melhores opções de resposta apresentadas no questionário, sendo elas as seguintes:

- Tornar as drogas legais (62,7%)
- Campanhas de informação e prevenção (62,2%)
- Oferecer aos jovens mais atividades de ocupação dos tempos livres (42,1%)
- Tratamento e reabilitação para os consumidores de drogas (22,3%)
- Medidas severas contra os consumidores de drogas (2,6%)
- Medidas severas contra os negociantes e traficantes de drogas (8,6%)
- Reduzir a pobreza e o desemprego (30,5%)
- Outra (90,6%)
- Não sabe/não responde (1,7%)

Quando os participantes optavam por escolher “outra” medida eficaz para reduzir os problemas da droga, estes tinham também a possibilidade de a especificar, sendo que a grande maioria dos sujeitos sugeriram medidas que correspondem à “regulamentação de todas ou de algumas substâncias” ou, menos participantes, ao maior investimento em iniciativas como o *drug-checking* como facilitador de conhecimento informado e consciente entre os consumidores de NSP e outras drogas. De facto, hoje em dia, mais do que o tratamento que foi sendo promovido e disponibilizado de forma gratuita nos finais da década de 90 e inícios dos anos 2000, medidas mais inovadoras, como a regulamentação de substâncias e um acesso mais facilitado ao *drug-checking* parecem ter sido estratégias importantes de redução de danos, embora insuficientes¹⁴, nomeadamente para fins de monitorização das NSP disponíveis nos espaços recreativos e de diversão noturna (Martins et al., 2015).

¹⁴ Ver, por exemplo, a petição pública que exige o acesso fácil e gratuito ao serviço de testagem de substâncias, sublinhando que o mesmo já está previsto desde 2001, com a descriminalização do consumo de drogas: <https://participacao.parlamento.pt/initiatives/42>.

Para aprofundarmos melhor esta questão, aos participantes foi ainda perguntado se consideravam que o tema das NSP necessita de especial atenção por parte de profissionais ou não, sendo que a grande maioria respondeu positivamente (83,7%), ou seja, que o tema requer especial atenção por parte destes. Apresentando-lhes de seguida alguns grupos de profissionais possíveis para melhor contribuir para o problema das novas drogas, foi-lhes pedido que escolhessem o grupo que melhor desempenharia esse papel, obtendo os seguintes resultados:

	N	%
Decisores políticos	36	18,4
Médicos	47	24,1
Técnicos da área social e das drogas	84	43,0
Polícia	7	3,5
Todos	15	7,6
Outro	6	3

Quadro 6.9. Tabela relativa ao grupo de profissionais que, de acordo com os participantes, melhor podem contribuir para o problema das NSP

Tal como se pode verificar, dos 195 participantes que concordaram que o tema das NSP precisa de uma especial atenção por parte de profissionais, 43% destes destacaram essencialmente o papel importante dos técnicos da área social e das drogas nesta matéria; 24%, os médicos e 18%, os decisores políticos. Com uma perspetiva mais global, ainda 8% dos participantes que consideraram que o tema precisa de especial atenção por parte dos profissionais considerou importante serem “todos” e não só um tipo de profissionais a trabalhar em conjunto para o avanço desta questão.

7. CONCLUSÃO

Concluir um trabalho deste caráter é tão complexo quanto o próprio tema em análise. Se por um lado o desenvolvimento de conhecimento nunca é suficiente, por outro temos consciência que as NSP são um objeto difícil de apreender pela rapidez com que surgem e se transformam, colocando assim múltiplas dificuldades para a ciência, que as procura conhecer, e para os profissionais, que visam saber lidar o melhor possível com as mesmas.

Qualquer experiência de investigação nos permite tirar algumas conclusões, nem que seja que a mesma poderia nunca ter fim. Por isso, e por reconhecermos que este é um tema especial, este trabalho combina a análise dos dados empíricos com materiais complementares de caráter exploratório reunidos ao longo do processo de investigação. Referimo-nos, neste caso, às entrevistas aos peritos das festas.

Uma das principais conclusões deste estudo é que a designação “Novas Substâncias Psicoativas” não é de todo um conceito claro e consensual entre a população portuguesa, algo já se tem verificado noutros estudos em torno do tema das NSP (Calado et al., 2017; Henriques et al., 2018; Lavado et al., 2018). No presente estudo, se por um lado fomos percebendo que o conceito estaria pouco claro entre os indivíduos que iam sendo abordados, fazendo com que muitos deles não soubessem sequer do que se tratava, por outro fomos verificando uma forte confusão entre as “substâncias convencionais” ou “ilegais” e as “NSP”, as novas substâncias já ilegais e antigamente “legais”, das *smartshops*. Isto foi uma reflexão simples e unânime no decorrer de todo o trabalho de campo, mas que se pode perceber essencialmente pelo número de respondentes que, por exemplo, identificou NSP de forma errada, colocando exemplos de substâncias convencionais no lugar das NSP (ex.: LSD em vez de alguma NSP do tipo psicadélica ou “Ecstasy”, em vez de uma NSP do tipo estimulante sintético). Mais, podemos ainda referir alguns outros exemplos que foram acontecendo ao longo do processo de recolha de informação: em muitas situações os sujeitos foram abordados, confirmaram ter consumido, pelo menos, uma NSP nos últimos 12 meses e, depois, aquando da aplicação do questionário, percebe-se que os mesmos não correspondiam aos critérios de seleção da amostra, ou seja, afinal não tinham consumido nenhuma no último ano, mas sim única e exclusivamente na altura das *smartshops* (2007-2013), sendo por isso imediatamente excluídos da nossa amostra.

Uma outra questão deste estudo tem a ver com a internet e a sua relação com as NSP, já que se por um lado se associa as NSP aos avanços das tecnologias de informação, por outro, de acordo com os nossos resultados, parece que este grupo de consumidores não é especialmente

relevante e expressivo na nossa amostra, nem ter grande peso como fonte de aquisição de drogas entre os nossos participantes e os consumidores portugueses (Lavado et al., 2018). Discutir esta dimensão virtual e recreativa associada ao fenómeno das NSP parece também essencial à reflexão do tema, sendo por isso outra das nossas conclusões principais.

Outra das nossas grandes conclusões é o fato de, para além de se verificar uma confusão em torno do conceito de NSP, há sobreposições de substâncias (ex.: drogas antigas que voltam a surgir no mercado; efeitos e compostos semelhantes), expectativas dos sujeitos face às mesmas (ex.: preços, efeitos, formas de apresentação) e algumas outras questões que complexificam o entendimento e as fronteiras delimitadas entre o “novo” e o “velho” aplicado às substâncias

Assim, para melhor explicar as principais conclusões deste trabalho, poder acompanhar as várias perguntas de investigação que sugerimos e estruturar ideias de forma o mais organizada possível, procedemos à identificação de três questões fundamentais associadas à nossa experiência de investigação em torno do tema das NSP – o problema da definição de NSP; a diferença efetiva (ou não) entre consumidores recreativos e consumidores virtuais, por último, o real significado de “novo” no contexto português.

a) O problema da definição das NSP

O problema da definição de um conceito é uma limitação no que respeita ao desenvolvimento de conhecimento científico em termos práticos e isto é uma preocupação que já se verifica muito antes do aparecimento das NSP em Portugal, nomeadamente em torno do tema “droga” (Chaves, 1998; Godinho, 1995). Se num primeiro momento esperávamos uma amostra grande (pelo menos, maior), no final percebemos que o número reduzido de respondentes foi também o resultado de uma definição deficitária ou simplesmente inexistente de NSP, à partida, sendo este o grande motivo para esta nossa afirmação.

Tanto entre a população com quem contactámos, como em termos científicos e mais objetivos, um dos indicadores mais importantes deste trabalho é o facto de termos ficado com a sensação de estarmos perante um conceito ainda muito pouco desenvolvido, estudado e próximo dos indivíduos, sejam eles consumidores ou não de NSP. De facto, reconhecemos que houve um período concreto entre 2007 e 2013 em que o tema “novas drogas” ou “drogas legais” era assunto comum e alvo de uma forte mediatização, mas também percebemos que se deu uma certa desaceleração mediática do tema nos últimos tempos. Acabando por integrar muitas das NSP no campo das “substâncias ilícitas” em Portugal, apesar de já se verificarem esforços no

sentido de desenvolver este tema em particular, é também consensual que muito pouco se sabe sobre o significado de NSP, sendo este um dos grandes desafios para a investigação científica que se tem vindo a desenvolver no país (Lavado et al., 2018; Henriques et al., 2018).

Por tudo isto, e para tentar facilitar a compreensão dos resultados obtidos, para além do esforço feito na adaptação dos termos utilizados e fornecidos como exemplos no questionário que utilizámos neste estudo, a própria seleção final dos participantes e toda a análise de dados feita ao longo deste trabalho foi sendo adaptada à realidade portuguesa, tal como explicado no capítulo da metodologia.

Na altura que demos início a este trabalho (finais de 2015), poucos eram os nomes das NSP que se conhecia e sabia estarem disponíveis no mercado português, mesmo que já se conhecessem alguns pela sua popularidade na época das *smartshops* (Calado, 2013; Silva, 2012) ou por estudos e relatórios recentemente realizados em Portugal (Lavado et al., 2018; Martins et al., 2015). Para além da localização geográfica e cultura de consumo, que fazem variar as principais substâncias disponíveis no mercado e por sua vez a sua prevalência de consumo entre a população (Eurobarómetro, 2014; Henriques et al., 2018; OEDT, 2009; 2017), também a novidade, o que é novo parece reger-se por tendências, influenciando assim a forma e o significado que determinadas substâncias têm para determinados grupos. Sendo este último também um ponto essencial para a reflexão em torno das dificuldades sentidas na definição de NSP, recorrendo a exemplos concretos, o mais simples e claro que podemos fornecer para ilustrar estas mesmas diferenças é, por exemplo, o uso da *ketamina*.

De acordo com as linhas orientadoras do projeto NPS-trans, a *ketamina* não foi considerada uma NSP, não fazendo, portanto, parte da lista de NSP abarcadas no presente estudo. No entanto, isto parece destoar do caso particular português, já que estudos nacionais a incluem no campo das NSP, destacando inclusivamente a sua presença no mercado nacional de NSP. De acordo com alguns autores e profissionais da área nacionais, a *ketamina* é uma NSP que, não fazendo necessariamente parte do grupo das ditas “drogas legais” vendidas em *smartshops*, representam uma novidade ou uma prática recente no âmbito do consumo de substâncias entre a população portuguesa (Calado, 2013; Lavado et al., 2018).

Outra questão não menos importante que poderá dificultar a definição de NSP é a associação imediata que é feita entre NSP e *smartshops* ou pontos de venda de novas substâncias psicoativas, mesmo que a mesma tenha feito sentido a determinada altura. Se por um lado não se trata de uma associação totalmente errada (Calado et al., 2017), porque efetivamente as NSP surgem em força nessa época, por outro conseguimos apresentar um conjunto de muitos outros exemplos de NSP que não foram vendidas neste tipo de

estabelecimento, mas sim no mercado de rua, como a *ketamina*, apresentada anteriormente, e o 2CB.

Como “research chemical” que é, o 2CB é uma substância de uso e abuso que foi controlada em Portugal em 2003, a partir da sua anexação à tabela de substâncias proibidas em Portugal, mas a sua presença é muito anterior à primeira *smartshop* aberta no país, em 2007. Para além de ser muito anterior ao fenómeno das NSP, hoje em dia é possível identificar muitos outros princípios ativos variados semelhantes no país, incluídos na família das substâncias 2C (Lavado et al., 2018). Por isto mesmo, apesar de a incluirmos na lista de NSP que guia o presente estudo, estes *timings* que caracterizam a sua existência no país e prevalência de consumos entre os indivíduos são importantes contributos para uma definição mais rigorosa de NSP, nomeadamente porque facilitariam o processo de inclusão (ou não) deste tipo de droga na categoria das NSP e consequentemente todo o desenvolvimento de conhecimento em torno do tema.

Para além das questões acima apresentadas, outro indicador importante para ilustrar esta profunda confusão a nível conceptual das NSP é o facto de muitos dos participantes as terem identificado incorretamente algumas vezes, introduzindo exemplos de substâncias convencionais ao invés de NSP efetivamente, no seu devido lugar. Isto aconteceu em quase todas as categorias de NSP propostas neste estudo, exceto na categoria de NSP do tipo dissociativas, que não registou qualquer incorreção ou confusão por parte dos respondentes. Na categoria de NSP do tipo canabinóides, por exemplo, em 52 menções, 17 foram a substâncias convencionais. Na categoria de NSP do tipo psicadélicas, em 295 menções, 14 foram a substâncias convencionais e, por último na categoria de “outras NSP”, das 91 menções, 13 foram a substâncias convencionais, e 35, à *ketamina*.

Se por um lado estes dados representam uma limitação para este estudo, por outro indicam que há efetivamente muito pouco conhecimento em torno das NSP e do seu conceito por parte dos seus consumidores, algo que também se verifica nalguns estudos nacionais sobre o tema (Calado et al., 2017; Lavado et al., 2018) e se caracteriza como um grande desafio para investigações futuras.

b) Consumidores recreativos (CR) versus Consumidores virtuais (CV): perfis realmente distintos?

Para além do problema da definição de novas substâncias psicoativas (NSP), que é merecedora de toda a nossa atenção exatamente por dificultar a compreensão e até

monitorização do fenómeno em estudo, também esta distinção entre o tipo de consumidores (recreativos e virtuais) e os contextos onde os consumos ocorrem são suscetíveis de uma longa reflexão.

Apesar de termos assumido, à partida, a existência de dois grupos distintos de consumidores – os consumidores recreativos (CR) e os consumidores virtuais (CV), reconhecemos a possibilidade que o mesmo sujeito se integre simultaneamente em ambos os grupos, seja porque é frequentador de espaços virtuais e mercados de venda online de drogas (CV) ou porque simplesmente foi um dos inquiridos e selecionados num dos contextos recreativos de recolha de dados (CR) deste estudo.

Para além de não se terem verificado grandes disparidades entre ambos os grupos em termos do seu perfil e hábitos de consumo, percebe-se que embora a amostra de consumidores virtuais seja reduzida, os espaços online ganham uma importância crescente na vida das pessoas e entre os consumidores, sendo por isso importante clarificar os benefícios de distinguirmos, pelo menos, estes dois espaços distintos quando estudamos o tema das NSP.

O que queremos com isto dizer é que, enquanto contextos privilegiados de recolha de informação sobre o tema das novas drogas, os espaços virtuais e os contextos festivos não deixam de ser dois campos que devem aparecer conjugados no debate em torno das NSP, mas que não devem determinar perfis de consumidores de NSP. São, mais do tudo, locais adequados para a recolha de informação sobre o tema das NSP.

Apesar de termos percebido, por exemplo, que Portugal apresenta um cenário muito particular em termos da oferta e procura de substâncias em meio virtual, onde os consumidores virtuais de NSP parecem ter pouca expressão na realidade portuguesa (Benschop et al., 2017; Lavado et al., 2018), a evidência científica não cessa em demonstrar que efetivamente a internet desempenha um papel incontornável no debate sobre NSP (Nabben, 2015; OEDT, 2016), nem que seja por ser a principal e primeira fonte de informações sobre drogas para os indivíduos (Pires et al., 2015). Na verdade, ao mesmo tempo que ficamos com a sensação que são poucos os ditos “consumidores virtuais de NSP”, sabemos que alguns autores nacionais já têm vindo a alertar para as dinâmicas dos espaços online e o seu papel na vida e no conhecimento adquirido dos sujeitos (Calado, 2006; Pires et al., 2015), embora se saiba que o uso destas substâncias permaneça essencialmente associado aos contextos recreativos (Calado et al., 2017; Calado e Lavado, 2016; Lavado et al., 2018).

Se num total de 233 participantes, apenas 62 foram sujeitos pertencentes ao grupo de “consumidores virtuais”, ou seja, provenientes de uma amostra recolhida em contextos virtuais, isto parece sugerir-nos que os portugueses não se enquadram de forma expressiva neste grupo

de consumidores, os “internautas”, mas sim mais no grupo de “consumidores recreativos”. Porém, mesmo sabendo que o fenómeno das NSP é essencialmente internauta (Calado, 2013; OEDT, 2016; UNODC, 2013), o número reduzido de “consumidores virtuais” apresentado neste estudo não pretende determinar nem sugerir que há mais ou menos consumidores virtuais e/ou recreativos entre os vários e possíveis consumidores de NSP, mas sim sugerir que os portugueses poderão estar menos habituados a recorrer ao mundo virtual, sendo inclusivamente menos participativos neste tipo de contextos, não respondendo por isso ao questionário de forma pronta e espontânea. Afinal, dados recentes também nos sugerem que são muito poucos os consumidores de NSP que as adquirem na internet, sendo os amigos e os traficantes de rua os seus principais distribuidores em território português (Balsa et al., 2018; Lavado et al., 2018).

Como podemos verificar pelas respostas dadas pelos participantes deste estudo, apenas 11,6% da amostra total já tinha adquirido NSP na internet, embora não tenha sido possível, por exemplo, nomear o sítio exato onde as mesmas foram adquiridas, identificando algum tipo de nome comercial ou sugestivo. Quando questionados sobre isso, podendo escolher mais do que uma resposta, apenas 11 declararam ter adquirido NSP numa loja especializada; 4, num fórum da internet; 3, nalguma rede social; 10, na *darknet* com *marketplace*; 7, na *darknet* sem *marketplace* e 2, “noutro site”, como o *ebay* e/ou um “site legal de produtos químicos”.

Estes dados tornam-se especialmente interessantes quando percebemos que apenas 4 destes indivíduos pertencem ao grupo de consumidores virtuais (CV), ou seja, ao grupo de participantes cuja amostra foi inteiramente recolhida online. Exposto de outra maneira, para além de nos sugerir que o mercado online de NSP não tem grande expressão em Portugal, reforça a predominância do mercado de rua de drogas em detrimento do virtual, demonstrando que apenas uma pequena parte recorre a este tipo de comércio, seja para consumo próprio ou, eventualmente, para revenda.

Aprofundando ainda mais esta questão, até para conseguirmos extrair uma noção mais clara das diferenças que também se verificam ao nível destes mercados e tipos de comércio de droga contemporâneos (na rua ou na internet), percebemos que não só nós, mas também outros investigadores se têm debruçado sobre estes aspetos nos últimos anos (Nabben, 2015; OEDT, 2016; Pires et al., 2015). Estes contextos (online, virtuais), tais como as plataformas informativas, de discussão e até aquisição de drogas, têm sido alvo de muita atenção e considerados por estes espaços privilegiados de recolha de informação em primeira mão, onde se acede a um conjunto de informação sem filtros, partilhada abertamente pelos próprios consumidores e até vendedores de algumas substâncias, sendo por isso essenciais ao desenvolvimento de conhecimento científico (Wouters e Fountain, 2015). O espaço virtual, por

exemplo, funciona também como fonte de informações variadas, sendo por isso um local público e acessível a todos para a busca de informações mais detalhadas acerca das substâncias, tendo já isto sido reconhecido entre alguns autores nacionais que se dedicam exclusivamente à exploração destes espaços para fins de recolha de dados (Calado, 2013; Pires et al., 2015).

O facto de, por exemplo, não existirem identidades geográficas e/ou pessoais associadas a determinado sujeito, permitindo assim o seu anonimato e dificultando o acesso aos mesmos, facilita o esquema e dinâmicas do mercado de drogas, mas ao mesmo tempo desafia os investigadores que procuram descrever e desenhar perfis de consumidores e de substâncias. É praticamente ilusório esperar que um sujeito que recorre aos *criptomercados* para venda e/ou aquisição de NSP ceda a um pedido de participação num estudo, mesmo que de forma anónima. Acreditamos, por exemplo, que mais facilmente contamos com a colaboração de um sujeito que consumiu determinada substância voluntariamente num contexto específico (e que tem conhecimento sobre a mesma), do que com alguém que se integra perfeitamente neste fenómeno exatamente pelo seu anonimato e pela possibilidade de poder adotar novas formas de agir e movimentar no meio, sem grandes constrangimentos legais associados.

Sendo assim, estes aspetos que aqui apresentamos e trazemos para discussão não são só características do fenómeno das NSP, mas também fatores importantes e explicativos da forma como os indivíduos se movimentam nos espaços virtuais e lhes atribuem significado. Se por um lado os utilizam para fins de aquisição de NSP ou de outras drogas, por outro encontram nele uma oportunidade única para partilhar experiências, informar-se sobre determinadas substâncias e aceder aos melhores produtos. Como todos os envolvidos estão sujeitos a uma espécie de avaliação – produtor, vendedor e comprador -, de certa forma há espaço para um controlo maior sobre a qualidade dos produtos, e uma base para a criação de relações de confiança entre os envolvidos, sendo este um dos grandes aspetos a destacar por nós e por outros autores (Nabben, 2015; Pires et al., 2015).

c) Novas drogas, novas tendências de consumo, mas não necessariamente recentes.

Apesar de estarmos perante “novas substâncias”, existem questões mais profundas que dizem respeito, por exemplo, às novas tendências de consumo, muito específicas de determinados contextos e países e/ou à sua recente aparição de certas drogas no mercado. Podendo tratar-se de uma simples moda associada a determinado fenómeno ou uma nova onda de crenças, ficamos com a sensação que tanto o mediatismo, como o propósito de uso de

determinadas substâncias poderão ser fatores determinantes para o consumo de NSP. O exemplo mais claro que apresentamos para retratar esta afirmação é a prevalência de consumo e menções de substâncias como o “DMT”, um forte e conhecido alucinogénio utilizado com propósitos muito particulares e já identificado no mercado português de NSP (Lavado et al., 2018), e a Sálvia, outro famoso alucinogénio que parece ter ressurgido em Portugal essencialmente na altura das *smartshops* (Calado, 2013).

O “DMT” ou N, N-dimetiltriptamina é, por exemplo, uma substância psicadélica ilegal de *triptaminas* encontrada no corpo humano e em cerca de 60 espécies de plantas no mundo. Considerado o “primeiro psicadélico endógeno humano” e talvez o mais potente da história, surge nos nossos resultados de forma muito peculiar: quando os participantes foram inquiridos sobre o seu consumo, sendo-lhes solicitado uma identificação concreta destas NSP, verificam-se 92 menções a substâncias como o “DMT”, onde incluímos também os exemplos como a “changa” e a “ayahuasca” fornecidos pelos sujeitos, sendo estas últimas alguns derivados deste composto (DMT).

Destacando um exemplo concreto por forma a ilustrar este mundo de significados que parecem surgir associados a esta NSP, anotámos que um dos participantes adquiriu “ayahuasca” num ritual espiritualizante em Portugal e, em combinação com um dos contributos de um dos “peritos em NSP” entrevistados para este trabalho (C3), conseguimos perceber o seu significado enquanto “substância espiritualizante” e por isso entender que a mesma possa ser utilizada de diferentes formas e em contextos distintos. A “Changa”, fumada e utilizada em contexto festivo, e a “Ayahuasca”, enquanto preparação em chá associada a práticas ritualizantes, ambos preparados de DMT, mas com propósitos e utilidades eventualmente distintas.

Referimo-nos, pois, ao “misticismo da droga” (Springer, 2015), outro conceito que nos leva a concretizar a importância das tendências, das modas ou novos hábitos associados ao consumo de certas substâncias, que mais não é do que um dos exemplos de determinadas drogas que existem há anos, mas que agora retornam repletas de significado, explicando a sua frequência no mercado de oferta e procura e, portanto, na vida dos sujeitos. A verdade é que, no caso específico de certas NSP, o seu significado consegue extrapolar o recreativo, colocando-se muito mais numa frente ritualizante e espiritual, trazendo associado a si todo um conjunto de práticas e ambientes particulares de partilha grupal de cerimónias restritas. Poderá tratar-se inclusivamente de uma espécie de celebração ou simples momentos que marcam uma tendência importante no âmbito do estudo das substâncias, uma viragem no que toca à interpretação dos comportamentos padrão esperados de um consumidor de NSP.

Por isto, esta referência coloca a questão do “novo” e do “velho”, tal como acontece com o exemplo da sálvia. Apesar de se tratar de um poderoso alucinogénio associado às *smartshops*, esta é uma substância milenar que parece ter ressurgido agora em formato de droga de uso e abuso (Calado, 2013), apropriando-se de novos significados, embora com pouca expressão entre os consumidores de NSP participantes neste estudo e a nível nacional (Lavado et al., 2018). Desta forma, reforça-se, assim, a ideia de que múltiplas transformações estão a ocorrer em torno deste tema das NSP, criando novos subgrupos de indivíduos, com relações mais estritas com substâncias específicas e com um consumo repleto de significado e crenças associadas àquela opção grupal e pessoal dos indivíduos.

Concluindo, e fazendo um balanço destas três questões-base apresentadas na conclusão deste trabalho, relativamente ao primeiro ponto, a existência de uma linha muito ténue e discutível que distingue “novas drogas”, “NSP” e “substâncias convencionais”, parece dificultar o processo de definição concreta de NSP, complexificando a sua presença e significado para os indivíduos. Neste caso, optar por metodologias exaustivas de análise de forma a conseguir aprofundar certas questões e conhecer determinados hábitos associados a certas NSP, como por exemplo o grupo de consumidores virtuais, seria uma excelente alternativa e um dos seguintes passos para esta investigação.

Olhando exclusivamente para os dados obtidos neste estudo, é possível perceber que todos os consumidores de NSP já tinham consumido, pelo menos, uma substância convencional o longo da vida, o que retira a possibilidade de as encarmos como uma possível porta de entrada ao uso e abuso de substâncias, mas demonstra a sua funcionalidade de “alternativas às drogas mais antigas”. De facto, outros autores já nos têm sugerido que praticamente todos os consumidores de NSP consumiram, pelo menos uma vez, substâncias ilícitas tradicionais ao longo da vida, mas que nem todos os consumidores de ilícitas consumiram NSP (Balsa et al., 2018; Lavado et al., 2018)

Por último, apesar deste estudo se focar apenas em dois grupos de consumidores de NSP - recreativos (CR) e virtuais (CV), Susana Henriques e colaboradores (2018) chamam recentemente a atenção para as diferenças que se podem verificar ao nível das diferentes regiões de Portugal, como os Açores e a Madeira. Tal como mencionado no início do trabalho, as Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, enfrentando este fenómeno de forma ligeiramente diferente, parecem recorrer ao consumo de NSP em situação de escassez de substâncias convencionais ou por motivos de inflação dos preços (mais caros), algo que parece não acontecer nas regiões de Portugal continental. Para além destes últimos serem alguns dos principais motivos associados ao surgimento e consumo de NSP em determinadas realidades e

regiões do país (Henriques, 2018; Lavado et al., 2018) e do mundo (OEDT, 2016; UNODC, 2013), existem muitos casos de consumidores problemáticos de NSP nestas regiões (Henriques et al., 2018), sugerindo-nos algumas diferenças e possivelmente a existência de “micro-realidades” de droga em território nacional.

Concluindo, uma das grandes questões que se destaca é o facto de notarmos uma forte dificuldade em torno da definição concreta de NSP, o que parece consensual entre investigadores, consumidores e profissionais da área (Calado et al., 2017; Calado e Lavado, 2016; Henriques et al., 2018; Lavado et al., 2018). Por este motivo, e por também percebermos que este exercício de investigação poderá servir como material de apoio ao desenho de novas pesquisas e mais profundas, deixamos aqui algumas notas para investigações futuras:

1. As NSP são um fenómeno marcado pelo anonimato e atualmente por uma grande dificuldade na sua definição. Exatamente por termos sentido várias vezes a necessidade de saber um pouco mais sobre determinados aspetos, por percebermos as limitações de um inquérito por questionário no que toca à recolha de informação mais profunda e por se tratar de um tema tão delicado e oculto do ponto de vista do entrevistador e do entrevistado, o estudo do fenómeno das NSP parece apelar a um maior investimento em métodos qualitativos de análise. Apesar do recurso a metodologias extensivas de investigação ser adequada para conhecer tendências, o recurso a metodologias intensivas de investigação poderá ser fundamental para aceder a informações mais complexas e profundas sobre os mais diversos temas (Bryman, 2012). Neste estudo em particular, o que também percebemos muitas vezes ao longo do processo de investigação e análise de resultados foi que metodologias quantitativas tendem excluir indivíduos devido à própria dificuldade na compreensão do conceito e fraco conhecimento em torno do tema das NSP;

2. Identificar e incluir diferentes regiões do país numa só amostra poderá sugerir diferenças interessantes do ponto de vista da prevalência de consumo de NSP em diferentes localidades portuguesas. Dada a diversidade e as múltiplas motivações associadas ao consumo de NSP, perceber a sua dinâmica enquadrada em regiões concretas, contextos e categorias de NSP parecem ser questões fundamentais para o estudo do tema. Por isso, por exemplo, abranger as regiões autónomas de Portugal em estudos futuros poderá ser um passo fundamental à compreensão das diferentes características das NSP, do seu comércio e uso em realidades concretas;

3. As modas e tendências parecem ditar os comportamentos dos indivíduos e ter implicações nos seus estilos de vida (Henriques, 2007). A espiritualidade associada ao consumo de substâncias não é algo novo, mas uma tendência que se verifica principalmente em torno do

tema das NSP (o uso do DMT, por exemplo, sob diversas formas), sendo fenómeno bastante contemporâneo e em crescimento (Springer, 2015). Embora se distinga do uso e abuso de drogas em determinados contextos (festivos, por exemplo), as práticas ritualizantes (em cerimónias, eventos especiais e temáticos) são mencionadas pelos entrevistados deste estudo e aparentemente evidenciadas entre os participantes deste estudo devido ao número elevado de vezes em que estes declararam ter consumido DMT ou algum dos seus derivados. Substâncias como a “Changa” e a *Ayahuasca* são alguns dos exemplos fornecidos, dando-nos a sensação que, no âmbito das NSP do tipo psicadélicos, estas poderão ter alguma expressão entre os consumidores portugueses de NSP;

4. O *e-commerce* e os *criptomercados* da *darknet* são dimensões de investigação que importa explorar em projetos futuros. Para além de uma declarada associação entre estes, o consumo e a venda de NSP (Aldridge e Décary-Héту, 2014; Nabben, 2015; OEDT, 2016; 2018), sabe-se que o comércio e distribuição de drogas passa por um conjunto de etapas que envolvem desde as atividades de preparação, ao cultivo /produção, à circulação intermédia/tráfico e à sua distribuição (Lavorgna, 2014), sendo atualmente um processo em rede, com recurso a tecnologias e internet. Os *criptomercados* estão geralmente mais envolvidos nas fases relativas à distribuição do produto e, por isso, envolvem indivíduos que procuram acima de tudo o anonimato. A sofisticação técnica destes mercados implica um elevado grau de complexidade para gerir um ou para comprar num, portanto é normal que os seus utilizadores sejam também difíceis de aceder para fins de recolha de informação (OEDT, 2016). O mais recente relatório do OEDT (2018) identifica a manutenção da tendência de crescimento do mercado das NSP, acentuando os desafios à saúde pública e à política das drogas – velocidade de aparecimento de novas substâncias, a abertura dos mercados, a ausência de conhecimento acerca dos seus efeitos e riscos. Em Portugal, bem como no presente estudo, estes hábitos de consumo virtuais parecem ter pouca expressão (Balsa et al., 2018; Lavado et al., 2018; Ribeiro et al., 2014), porém importa continuar a investir no desenvolvimento de conhecimento em torno deste grupo de consumidores (virtuais) de NSP e em intervenções mais focalizadas, recorrendo eventualmente a formas inovadoras de obtenção de dados, tais como estudos qualitativos ou mistos sobre o tema, recolha de informação e ações de sensibilização nos ditos contextos virtuais de consumo de drogas (internet). Isto não só permitiria o desenvolvimento de conhecimento acerca destes espaços virtuais, como acompanhava a intenção e propósito de anonimato que cobre os indivíduos consumidores, aumentando por isso as probabilidades de conseguir aceder aos mesmos.

É neste cenário que podemos situar o contributo desta tese.

BIBLIOGRAFIA

- ACMD - Advisory Council on the Misuse of Drugs (2010), *Consideration of the Cathinones*. Consultado em 02.02.2017. Disponível em: https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/119173/acmd-cathinodes-report-2010.pdf.
- Aldridge, Judith e David Décary-Héту (2014), Not an “e-bay for drugs”: The cryptomarket “Silk Road” as a paradigm shifting criminal innovation. Consultado em 03.01.2017. Disponível em: <https://www.escholar.manchester.ac.uk/uk-ac-man-scw:253395>.
- Balsa, Casimiro, Clara Vital e Cláudia Urbano (2018), *IV Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral, Portugal 2016/2017*, Lisboa, Instituto da Droga e da Toxicodependência.
- Balsa, Casimiro et al. (2012), *III Inquérito Nacional ao Consumo de Substâncias Psicoativas na População Geral: Portugal 2012*, Lisboa, Instituto da Droga e da Toxicodependência.
- Becker, Howard (1963), *Outsiders: Studies in The Sociology of Deviance*, Free Pass, New York.
- Benschop, Annemieke et al. (2017), *New Psychoactive Substances: Transnational Project on different user groups, user characteristics, extent and patterns of use, markets dynamics and best practices in prevention*. Consultado em 04.03.2018. Disponível em: <https://npstransnational.org/onewebmedia/NPS-transnational%20final%20report.pdf>
- Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction*, Paris, Les Éditions de Minuit.
- Bryman, Alan (2012), *Social Research Methods*. Oxford, University Press.
- Calado, Vasco (2006), *Drogas Sintéticas. Mundos Culturais, Música Trance e Ciberespaço*, Lisboa, Instituto da Droga e da Toxicodependência.
- Calado, Vasco (2007), Trance Psicadélico, drogas sintéticas e paraísos artificiais – Representações: uma análise a partir do ciberespaço. *Revista Toxicodependências*, 13 (1), 21-28.
- Calado, Vasco (2013), *Novas Substâncias Psicoativas – O caso da Salvia Divinorum*, Lisboa, Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.
- Calado, Vasco e Elsa Lavado (2016), *Representações sociais da droga e da toxicodependência - Inquérito ao público jovem presente no Rock in Rio – Lisboa 2016*. Consultado em 02.07.2017. Disponível em: http://www.sicad.pt/BK/EstatisticaInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/173/sinopse_rock_in_rio16_pt.pdf.

- Calado, Vasco, Elsa Lavado e Lúcia Dias (2017), *Novas Substâncias Psicoativas e Outras Drogas. Inquérito ao Público do Festival NOS Alive – 2017*. Consultado em 12.01.2018. Disponível em: http://www.sicad.pt/BK/EstatisticaInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/187/NPS-PT.pdf.
- Carapinha, Ludmila e Vasco Calado (2018), *Comportamentos Aditivos aos 18 Anos. Inquérito aos Jovens Participantes no Dia da Defesa Nacional – 2017*, Lisboa, Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.
- Carvalho, Maria (2007), *Culturas juvenis e novos usos de drogas em meio festivo – o trance psicadélico como analisador*, Porto, Campo das Letras.
- Castaneto, Marisol et al. (2014), “Synthetic cannabinoids: epidemiology, pharmacodynamics and clinical implications”, *Drug Alcohol Depend*, 144, 12-41.
- Chaves, Miguel (1998), “Consumos de “Novas Drogas”: pontos de partida para a investigação sociológica”, *Revista Toxicodependências*, 2, 15-23.
- Chaves, Miguel (2000), “Dar à fuga: comunidade e sujeito num contexto de narcotráfico”, *Análise Social*, 153.
- Corazza, Ornella, Sulaf Assi e Fabrizio Schifano (2013), “From “Special K” to “Special M”: the evolution of the recreational use of ketamine and methoxetamine”, *CNS Neuroscience e Therapeutic*, 19.
- DGS – Direção Geral de Saúde (2012), *Notificação de casos desencadeados pelo consumo de novas substâncias psicoativas: relatório*. Consultado em 21.09.2016. Disponível em: <http://www.dgs.pt/?cr=23450>
- Dias, Lúcia (2007), *As Drogas em Portugal - o Fenómeno e os factos Jurídico-Políticos de 1970 a 2004*, Lisboa, Pé de Página.
- Durkheim, Émile (1912) [2002], *As formas elementares da vida religiosa: O sistema totémico na Austrália*, Oeiras, Celta Editora.
- Eurobarómetro (2014), *Young people and drugs - Report*. Flash Eurobarometer. Consultado em 20.11.2015. Disponível em: http://ec.europa.eu/commfrontoffice/publicopinion/flash/fl_401_en.pdf
- Fernandes, José Luís (1990), *Os pós-modernos ou a cidade, o sector juvenil e as drogas*, Prova de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica, Porto, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

- Fernandes, José Luís (1998), *O sítio das drogas: etnografia das drogas numa periferia urbana*, Lisboa, Editorial Notícias.
- Fernandes, José Luís e Maria Carvalho (2000), Por onde anda o que se oculta: o acesso a mundos sociais de consumidores problemáticos de drogas através do método do *snowball*. *Revista Toxicodependências*, 6 (3), 17-28.
- Giddens, Anthony (1984), *The Constitution of Society – outline of the theory of structuration*, Berkeley e Los Angeles, University of California Press.
- Giddens, Anthony (1994), *Modernidade e identidade pessoal*, Oeiras, Celta Editora.
- Giddens, Anthony (2000), *Dualidade da estrutura*, Oeiras: Celta Editora.
- Henriques, Susana (2002), Risco Cultivado no Consumo de Novas Drogas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 40, 63-85.
- Henriques, Susana (2007), *Imagem mediática dos consumos: Mediação do jornalismo de mercado na construção social dos estilos de vida*, Tese de Doutoramento, Lisboa, Departamento de Sociologia, ISCTE.
- Henriques, Susana, Joana Silva e Katrina Hsu (2018), *Overview on new psychoactive substances in Portugal*, Lisboa, CIES e-working paper.
- Hout, Marie Claire e Tim Bingham (2013), ‘Silk Road’, the virtual drug marketplace: A single case study of user experiences. *International Journal of Drug Policy* 24 (5), 385–391.
- Lavado, Elsa, et al (2018). *Novas Substâncias Psicoativas em Portugal – Metodologia Trendspotter / Relatório Final 2018*, Lisboa, Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.
- Lavorgna, Anita (2014), “The online trade in counterfeit pharmaceutical new criminal opportunities, trends and challenges”, *European Journal of Criminology*, 1-16.
- Martins, Daniel, Helena Valente e Cristiana Pires (2015). Check!ng: A última fronteira para a Redução de Riscos em Contextos Festivos. *Saúde e Sociedade de São Paulo*, 24 (2), 646-660.
- Moscovici, Serge (1961), *La Psychanalyse – Son Image et son Public*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Nabben, Ton (2015), “From subcultures to screencultures”, em Marije Wouters e Jane Fountain (orgs.), *Between street and screen – traditions and innovations in the drugs field*, Lengerich, PABST Science Publishers.

Negreiros, Jorge (1997), *Consumo de drogas nas prisões portuguesas*, Lisboa, Gabinete de Planeamento e de Coordenação do Combate à Droga, Ministério da Justiça.

Negreiros, Jorge (2003), *As drogas e as cidades: prevalências e perfis de consumidores*. Consultado em 02.06.2016. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/95851>

OEDT (2009), *Understanding the “Spice” phenomenon*. Thematic Papers.

OEDT (2009a), *EMCDDA–Europol joint publications. Methamphetamine A European Union perspective in the global context*. Consultado em 02.05.2015. Disponível em: http://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/542/Methamphetamine_final_163584.pdf.

OEDT (2010), *Relatório Anual 2010 – A evolução do fenómeno da droga na Europa*. Lisboa, Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência.

OEDT (2011), *Relatório Anual 2011 – A evolução do fenómeno da droga na Europa*. Lisboa, Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência.

OEDT (2012), *Relatório Anual 2012 – A evolução do fenómeno da droga na Europa*. Lisboa, Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência.

OEDT (2013), *Relatório Europeu sobre Drogas – Tendências e evoluções*. Lisboa, Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência.

OEDT (2014), *EMCDDA–Europol Joint Report on a new psychoactive substance: 4,4'-DMAR (4-methyl-5-(4-methylphenyl)-4,5-dihydrooxazol-2-amine)*. Consultado em 06.06.2016. Disponível em: http://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/812/TDAS14006ENN_476050.pdf.

OEDT (2014a), *EMCDDA–Europol Joint Report on a new psychoactive substance: 25I-NBOMe (4-iodo-2,5-dimethoxy-N-(2-methoxybenzyl) phenethylamine)*. Consultado em 22.05.2016. Disponível em: http://www.emcdda.europa.eu/publications/joint-report/25I-NBOMe_en.

OEDT (2014b), *EMCDDA–Europol Joint Report on a new psychoactive substance: methoxetamine (2-(3-methoxyphenyl)-2-(ethylamino)cyclohexanone)*. Consultado em 22.05.2016. Disponível em: http://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/818/TDAS14004ENN-1_465208.pdf.

OEDT (2014c), *EMCDDA–Europol Joint Report on a new psychoactive substance: AH-7921 3,4-dichloro-N-[[1-(dimethylamino)cyclohexyl] methyl]benzamide*. Consultado em 22.05.2016. Disponível em: http://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/816/AH-7921_465209.pdf.

- OEDT (2014d), *EMCDDA–Europol Joint Report on a new psychoactive substance: 1-cyclohexyl-4-(1,2-diphenylethyl)piperazine ('MT-45')*. Consultado em 22.05.2016. Disponível em: http://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/810/TDAS14007ENN_477731.pdf.
- OEDT (2015), *Relatório Europeu sobre Drogas – Tendências e evoluções*, Lisboa, Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência.
- OEDT (2016), *The internet and the drug markets*, Luxembourg, EMCDDA.
- OEDT (2017), *Relatório Europeu sobre Drogas – Tendências e evoluções*. Consultado em 15.09.2018. Disponível em: <http://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/4541/TDAT17001PTN.pdf>.
- OEDT (2017a), *Perspectives on drugs – synthetic cannabinoids in Europe*. Consultado em 09.12.2017. Disponível em: http://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/2753/POD_Synthetic%20cannabinoids_0.pdf.
- OEDT (2018), *Relatório Europeu sobre Drogas – Tendências e evoluções*. Consultado em 09.13.2018. Disponível em: http://www.emcdda.europa.eu/system/files/publications/8585/20181816_TDAT18001PTN_PDF.pdf
- OMS (2014), *Methoxetamine - Critical Review Report de World Health Organization*. Consultado em 22.06.2015. Disponível em: http://www.who.int/medicines/areas/quality_safety/4_22_review.pdf
- Pais, José (2003), *Traços e Riscos de Vida. Uma Abordagem Qualitativa a Modos de Vida Juvenis*, Porto, Âmbar.
- Pires, Cristiana, Marta Borges e Helena Valente (2015), “Netreach work in Europe: responses to developments on the dark web and the use of new psychoactive substances”, em M.Wouters e J. Fountain (orgs.), *Between street and screen – traditions and innovations in the drugs field*, 57-74, Lengerich, PABST Science Publishers.
- Quivy, Raymond e Luc Van Campenhoudt (2005), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.
- Resende, José e Maria Vieira (1992), “Subculturas juvenis nas sociedades modernas: os Hippies e os Yuppies”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 35, 131-147.
- Ribeiro, Marcos (2004), Do junkie da “castanha” ao junkie “pastilhado” – para uma caracterização. *Revista Toxicodependências*, 10 (1), 43-50.

- Ribeiro, Carla et al. (2014), *Consumos, Representações e Perceções das Novas Substâncias Psicoativas entre Estudantes Universitários 2014*. Consultado 06.02.2017. Disponível em: http://www.sicad.pt/BK/EstatisticaInvestigacao/EstudosConcluidos/Lists/SICAD_ESTUDOS/Attachments/150/Sinopse_NSP_2013_2014.pdf
- SICAD (2013), *Consumos, Representações e Perceções das Novas Substâncias Psicoativas entre Estudantes Universitários 2013*, Lisboa, Serviço de Intervenção em Comportamentos Aditivos e Dependências.
- SICAD (2013a), *Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e das Dependências 2013-2020*, Lisboa, SICAD
- Silva, Joana (2012), *As Representações Sociais das “Smart Drugs” – Uma breve descrição do fenómeno*, [Tese de Mestrado não publicada], ISPA Instituto Universitário: Lisboa.
- Simmel, Georg (2004), *The Philosophy of Money por Tom Bottonmore e David Frisby*, London e New York, Routledge.
- Springer, Alfred (2015), “Shamans in cyberspace”, em M.Wouters e J. Fountain (orgs.), *Between street and screen – traditions and innovations in the drugs field*, 91-110, Lengerich, PABST Science Publishers.
- Torres, Anália e Maria do Carmo Gomes (2002), *Drogas e Prisões em Portugal*, Lisboa, CIES/ISCTE.
- Torres, Anália et al. (2009), *Drogas e Prisões: Portugal 2001-2007*, Lisboa, CIES/ISCTE.
- Torres, Anália et al. (2016), *Inquérito Nacional Sobre Comportamentos Aditivos em Meio Prisional – Caracterização da população prisional, crimes cometidos e dependências face às drogas, bebida alcoólicas e jogo a dinheiro*, Lisboa, CIEG/ISCSP-ULisboa.
- Tzanetakis, Meropi (2015), Online drug distribution: alternatives to physical violence in conflict resolution. em M. Wouters e J. Fountain (Eds.), *Between street and screen – traditions and innovations in the drugs field*, pp. 41-56, Lengerich, PABST Science Publishers.
- UNODC (2012), *World Drug Report 2013*, Austria, United Nations Office on Drugs and Crime.
- UNODC (2013), *The Challenge of New Psychoactive Substances*. Consultado 08.10.2016. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/scientific/NPS_2013_SMART.pdf.
- UNODC (2014), *Global Synthetic Drugs Assessment – Amphetamine-type stimulants and New Psychoactive Substances*, Vienna, United Nations Office on Drugs and Crime.

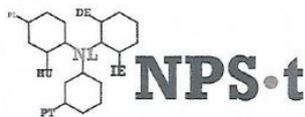
- Valentim, Artur (1996), “Percepção social do consumo de drogas: inquérito às paróquias”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 21.
- Valentim, Artur (1997), “A construção social do problema-droga: alguns dados sobre a evolução recente”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 25.
- Valentim, Artur (1998), “Drogas e toxicodependência nas representações de párocos e médicos”, *Análise Social*, 145.
- Vavrincikova, Lenka et al (2016), “NPS New Psychoactive Substances among People Who Use Drugs Heavily. Towards effective and comprehensive health responses in Europe”, *5-country RAR Report*. Consultado em 05.06.2017. Disponível em: http://www.npsineurope.eu/images/pdf/publication/NPS_5_country_rar_report.pdf.
- Winstock, Adam e Chris Wilkins (2011), “Legal highs: the challenge of new psychoactive substances”, *TNI/IDPC Transnational Institute Series on Legislative Reform of Drug Policies*, Vol. 16. Consultado em 05.05.2016. Disponível em: <https://www.tni.org/files/download/dlr16.pdf>.
- Wouters, Marije e Jane Fountain (2015), *Between street and screen – traditions and innovations in the drugs field*, Lengerich, PABST Science Publishers.
- Zawilska, Jolanta e Dariusz Andrzejczak (2015), Next generation of novel psychoactive substances on the horizon – a complex problem to face, *Drug and Alcohol Dependence*, 157, 1-17.
- Zawilska, Jolanda e Jakub Wojcieszak (2014), “Spice/K2 drugs - more than innocent substitutes for marijuana. Drug and Alcohol Dependence”, *International Journal of Neuropsychopharmacology*, 17 (3), 509–525.

FONTES

1. Decreto-lei nº 54/2013 de 17 de abril.
2. Decreto-lei Regional nº28/2012/M de 31 de outubro.
3. Decreto-lei nº745/75 de 31 de dezembro.
4. Decreto-lei nº13/2012 de 26 de março
5. Decreto-lei nº 124/2011 de 29 de dezembro.
6. Decreto-lei nº130/2001 de 23 de abril.
7. Decreto-lei nº15/93 de 22 de janeiro
8. Decreto-lei nº745/75 de 31 de dezembro
9. Decreto-lei nº 7/2017 de 2 de março

ANEXOS

ANEXO A



This project is co-funded by the Home programme of the European Union

Bem-vindo ao nosso inquérito sobre a utilização de NPS. Este inquérito faz parte de um projeto de investigação internacional. Estamos a analisar vários aspetos da utilização de NPS em seis países Europeus. Por NPS, referimo-nos a todos os tipos de Novas Substâncias Psicoativas, puras e de marca. Nomes alternativos para NPS são "substâncias químicas experimentais (RCs)", "drogas legais", "incensos herbáceos", "fertilizantes para plantas" e "cristais". Uma marca comum é "Fidel-Mix". As NPS abrangem uma gama completa de grupos farmacêuticos como estimulantes, empatogénicos, sedativos e dissociativos. Desta forma, as NPS podem ser canabinóides sintéticos, catinonas, anfetaminas, opiáceos e outras drogas químicas, e podem ser usadas para toda uma gama de efeitos desde dormir a diversão. Levará cerca de 30 minutos a responder às nossas questões (haverá 64 questões, mas na maioria dos casos, não terá de responder a todas).

A participação é completamente anónima. Para mais informações, contacte-nos aqui.

Section A: Origem / participação (face a face ou Internet) / elegibilidade (12 meses)

A1. Participa neste inquérito face a face ou pela Internet?

face a face

Internet

Outro

Entrevistador: se, por exemplo, o sujeito inquirido afirma não ter consumido "misturas de ervas", as perguntas C2, C9, C10, C11 e C12 devem ser ignoradas. No caso de ter confirmado o consumo de alguma destas substâncias, mas há mais de 12 meses, apenas deverá ser pedido para identificar quais foram. Estes exemplos são válidos para todas as restantes possibilidades de resposta.

C9. Sabe que tipo de misturas de ervas consumiu?

Sim

Não

C10. Por favor indique até 3 misturas de ervas que consumiu.

Mistura de ervas marca 1

Mistura de ervas marca 2

Mistura de ervas marca 3



C11. Conhece os princípios ativos das misturas de ervas que consumiu?

Sim

Não

C12. Por favor indique até três dos princípios ativos das misturas de ervas que consumiu.

Princípios ativos da marca 1

Princípios ativos da marca 2

Princípios ativos da marca 3

C15. Sabe que tipo de NPS estimulantes de marca ("cristais", "fertilizantes para plantas") consumiu?

Sim

Não

C16. Por favor indique até 3 marcas de NPS estimulantes ("cristais", "fertilizantes para plantas") que consumiu.

NPS estimulante marca 1

NPS estimulante marca 2

NPS estimulante marca 3

C17. Conhece os princípios ativos das NPS estimulantes de marca ("cristais", "fertilizantes para plantas") que consumiu?

Sim

Não



C18. Por favor indique até 3 princípios ativos de NPS estimulantes de marca ("cristais", "fertilizantes para plantas") que consumiu.

Princípios ativos de NPS estimulantes de marca 1

Princípios ativos de NPS estimulantes de marca 2

Princípios ativos de NPS estimulantes de marca 3

C19. Sabe que tipo de NPS estimulantes / empatogénicas (obtidas puras) consumiu?

Sim

Não

C20. Por favor indique até 3 NPS estimulantes / empatogénicas (obtidas puras) que consumiu.

NPS estimulantes 1

NPS estimulantes 2

NPS estimulantes 3

C21. Sabe que tipo de NPS psicadélicas (por ex. NBOMe-x; 2C-x) consumiu?

Sim

Não

C22. Por favor indique até 3 NPS psicadélicas (por ex. NBOMe-x; 2C-x) que consumiu.

NPS psicadélicas 1

NPS psicadélicas 2

NPS psicadélicas 3

C23. Sabe que tipo de NPS dissociativas (por ex. MXE) consumiu?

Sim

Não

C24. Por favor indique até 3 NPS dissociativas (por ex. MXE) que consumiu.

NPS dissociativas 1

NPS dissociativas 2

NPS dissociativas 3



C25. Declarou ter consumido "outras" NPS. Sabe que tipo de outras NPS consumiu?

Sim

Não

C26. Declarou ter consumido "outras" NPS e que sabe quais eram. Por favor indique até 3 destas NPS.

Outras NPS 1

Outras NPS 2

Outras NPS 3

C29. Já alguma vez consumiu uma das seguintes drogas ilegais?

	Não, nunca	Sim, mas não nos últimos 12 meses	Sim, nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias	Sim, nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas	Sim, nas últimas 24 horas	Não respondo
Marijuana, haxixe ou outras drogas à base de cannabis	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Anfetaminas / Speed	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Ecstasy / MDMA (XTC)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cocaína (pó)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Crack-cocaína ("rocks", "freebase")	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Heroína (ou outros opiáceos não prescritos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cogumelos mágicos ("shrooms")	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
LSD ("Ácido", "Trips")	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Metanfetaminas (Crystal Meth)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Cetamina ("Special K", "Vitamin K")	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
GHB, GBL ("ecstasy líquido")	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Medicamentos sujeitos a receita médica não prescritos UPPER (por ex. "Ritalina")	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Medicamentos sujeitos a receita médica não prescritos DOWNER (por ex. benzodiazepinas e fármacos Z; mas SEM opiáceos)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

ANEXO B

Guião de entrevista a informantes privilegiados – Orientações/Planeamento

Esta entrevista é dirigida a sujeitos que, de alguma forma, estão associados ao tema das NSP e, anteriormente ou por referência, foram envolvidos no projeto de investigação “NPS Transnational” em Portugal. Assim, como respondentes incluímos todos os sujeitos com uma relação de proximidade com o tema das NSP, maiores de 18 anos e com alguma das seguintes características:

1. Consumidores de NSP;
2. frequentadores assíduos de contextos festivos (pelo menos, 1 vez por semana);
3. internautas;
4. fortes conhecedores do tema em estudo (NSP) – drogas, políticas, leis, etc.;
5. trabalhador em contextos festivos (produtoras de eventos, embaixadores, etc.);

A sua participação é completamente anónima e confidencial. Qualquer dado mais pessoal, que não adicione nada ao trabalho de investigação a que nos propomos, não será revelado ou publicado.

Para procedermos à sua identificação fictícia, por favor, escolha um nome para representá-lo neste estudo.

Se possível, concentre sempre a sua resposta na temática das NSP...

Pequeno questionário padronizado antes de iniciar a entrevista: idade, sexo, profissão.

1. Conceito/Definição de NSP

- a) Conceito de “Novas Substâncias Psicoativas”? (e.g., substâncias sintéticas, drogas herbáceas, legais vs. já ilegais, “prazo” para ser uma “nova” substância);
- b) NSP em Portugal (quando, como, de que forma...);
- c) Grandes grupos de NSP (quais, efeitos, et.);
- d) Consumidores de NSP: quem são?

2. Consumo/oferta de NSP

- a) Consumo de NSP;
- b) Experiências com NSP;
- c) Informação acerca das NSP: onde e como;
- d) Formas e locais de aquisição das NSP.

3. Contextos e formas de consumo de NSP

- a) Principais contextos de consumo de NSP;
- b) NSP mais consumidas em Portugal;
- c) Razões associadas ao consumo de NSP;

ANEXO C

TABELA I

- **Tipos de NSP e IDADES (grupos de idade)**

Test Statistics^a

	NSP canabinóides	NSP estimulantes sintéticos	NSP Psicadélicas	NSP Dissociativas	Outra NSP
Mann-Whitney U	5872,500	6407,500	6040,500	5727,000	5621,000
Wilcoxon W	13132,500	13667,500	13300,500	12987,000	12062,000
Z	-1,879	-,773	-1,531	-2,795	-2,468
Asymp. Sig. (2-tailed)	,060	,440	ns,126	,005	,014

a. Grouping Variable: Idade; $p < 0,10$

TABELA II

- **Tipos de NSP e CONSUMIDORES (grupos de consumidores)**

Test Statistics^a

	NSP canabinóides	NSP estimulantes sintéticos	NSP Psicadélicas	NSP Dissociativas	Outra NSP
Mann-Whitney U	3562,500	4161,500	3319,500	4683,500	4374,000
Wilcoxon W	18268,500	18867,500	5272,500	6636,500	19080,000
Z	-4,071	-2,673	-4,640	-1,853	-2,233
Asymp. Sig. (2-tailed)	,000	,008	,000	,064	,026

a. Grouping Variable: Grupos de consumidores NSP; $p < 0,001$

TABELA III

- Tabela relativa à prevalência de consumo de substâncias convencionais pelos participantes do estudo

CANABINÓIDES

	N	%
Não, nunca	1	,4
Sim, mas não nos últimos 12 meses	18	7,7
Sim, nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias	15	6,4
Sim, nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas	34	14,6
Sim, nas últimas 24horas	165	70,8
Total	233	100,0

ANFETAMINAS/SPEED

	N	%
Não, nunca	33	14,2
Sim, mas não nos últimos 12 meses	38	16,3
Sim, nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias	57	24,5
Sim, nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas	78	33,5
Sim, nas últimas 24horas	27	11,6
Total	233	100,0

ECSTASY/MDMA

	N	%
Não, nunca	10	4,3
Sim, mas não nos últimos 12 meses	16	6,9
Sim, nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias	51	21,9
Sim, nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas	108	46,4
Sim, nas últimas 24horas	47	20,2
Não respondo	1	,4
Total	233	100,0

COCAÍNA (PÓ)

	N	%
Não, nunca	29	12,4
Sim, mas não nos últimos 12 meses	30	12,9
Sim, nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias	52	22,3
Sim, nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas	84	36,1
Sim, nas últimas 24 horas	37	15,9
Não respondo	1	,4
Total	233	100,0

CRACK-COCAÍNA

	N	%
Não, nunca	177	76,0
Sim, mas não nos últimos 12 meses	37	15,9
Sim, nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias	11	4,7
Sim, nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas	5	2,1
Sim, nas últimas 24 horas	2	,9
Não respondo	1	,4
Total	233	100,0

HEROÍNA (ou outros opiáceos não prescritos)

	N	%
Não, nunca	204	87,6
Sim, mas não nos últimos 12 meses	25	10,7
Sim, nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias	1	,4
Sim, nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas	1	,4
Não respondo	2	,9
Total	233	100,0

COGUMELOS MÁGICOS

	N	%
Não, nunca	54	23,2
Sim, mas não nos últimos 12 meses	60	25,8
Sim, nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias	64	27,5
Sim, nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas	45	19,3
Sim, nas últimas 24horas	10	4,3
Total	233	100,0

LSD

	N	%
Não, nunca	25	10,7
Sim, mas não nos últimos 12 meses	34	14,6
Sim, nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias	61	26,2
Sim, nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas	85	36,5
Sim, nas últimas 24horas	28	12,0
Total	233	100,0

METANFETAMINAS

	N	%
Não, nunca	192	82,4
Sim, mas não nos últimos 12 meses	18	7,7
Sim, nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias	12	5,2
Sim, nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas	8	3,4
Sim, nas últimas 24horas	1	,4
Não respondo	2	,9
Total	233	100,0

CETAMINA, “KETAMINA”

	N	%
Não, nunca	127	54,5
Sim, mas não nos últimos 12 meses	26	11,2
Sim, nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias	36	15,5
Sim, nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas	34	14,6
Sim, nas últimas 24horas	10	4,3
Total	233	100,0

GHB ou “ECSTASY LÍQUIDO”

	N	%
Não, nunca	192	82,4
Sim, mas não nos últimos 12 meses	25	10,7
Sim, nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias	9	3,9
Sim, nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas	5	2,1
Sim, nas últimas 24horas	1	,4
Não respondo	1	,4
Total	233	100,0

MEDICAMENTOS

- Medicamentos sujeitos a receita médica não prescritos UPPER (ex.: Ritalina)

	N	%
Não, nunca	192	82,4
Sim, mas não nos últimos 12 meses	20	8,6
Sim, nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias	12	5,2
Sim, nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas	6	2,6
Sim, nas últimas 24horas	2	,9
Não respondo	1	,4
Total	233	100,0

- Medicamentos sujeitos a receita médica não prescritos DOWNER (ex.: benzodiazepinas e fármacos Z, mas sem opiáceos)

	N	%
Não, nunca	195	83,7
Sim, mas não nos últimos 12 meses	17	7,3
Sim, nos últimos 12 meses, mas não nos últimos 30 dias	11	4,7
Sim, nos últimos 30 dias, mas não nas últimas 24 horas	8	3,4
Sim, nas últimas 24horas	1	,4
Não respondo	1	,4
Total	233	100,0